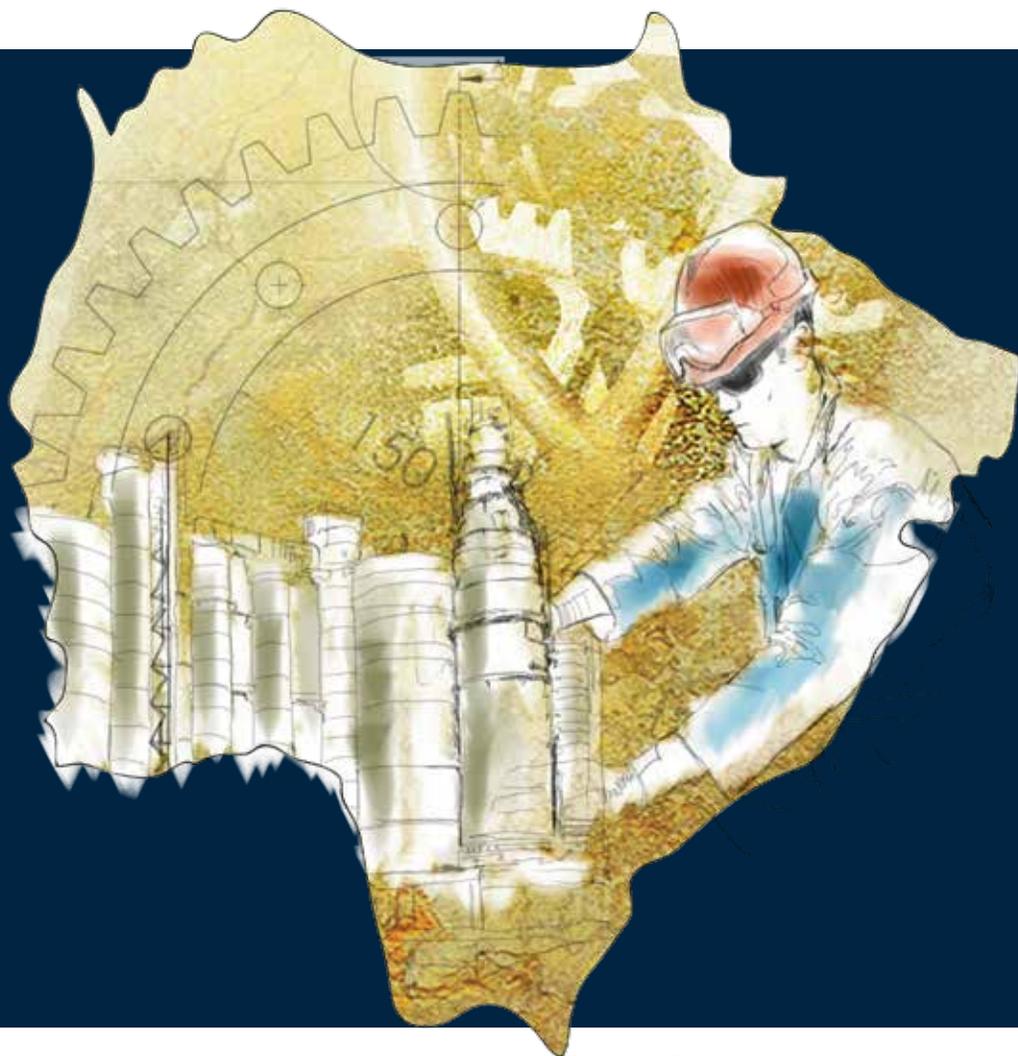


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Matto Grosso do Sul



FERNANDA FIALHO
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Mato Grosso do Sul

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes

Organizadora: Fernanda Fialho

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Mato Grosso do Sul 2000-2013 / Fernanda Fialho, org. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
168 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-256-2

1. Mato Grosso do Sul - Política. 2. Mato Grosso do Sul - Economia. 3. Mato Grosso do Sul - Investimentos públicos. 4. Mato Grosso do Sul - Aspectos sociais. 5. Mato Grosso do Sul - Administração pública. 6. Ciência e tecnologia. I. Fialho, Fernanda. II. Série.

CDU 32(817.1)

CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 ASPECTOS GERAIS E INDICADORES
- 19 INDICADORES SOCIAIS
- 29 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
- 55 ECONOMIA DO ESTADO
- 85 INFRAESTRUTURA
- 121 SUSTENTABILIDADE E CONDICIONANTES AMBIENTAIS
- 143 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 147 CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- 159 CONJUNTURA POLÍTICA
- 163 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)
- 165 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 167 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

MATO GROSSO DO SUL 2000-2013

FERNANDA FIALHO
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

ASPECTOS GERAIS E INDICADORES

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: COMPOSIÇÃO ETÁRIA, RACIAL E DE GÊNERO, TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL, IMIGRANTES E PROJEÇÕES

O Mato Grosso do Sul é uma das 27 unidades federativas do Brasil (Figura 1), está localizado ao sul da região Centro-Oeste e tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso ao norte, Paraná ao sul e São Paulo ao sudeste, além da Bolívia a oeste e o Paraguai ao oeste e ao sul. Sua capital e maior cidade é Campo Grande e outros municípios importantes são: Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Naviraí, Aquidauana e Nova Andradina. Ocupa uma superfície de 358.159 km², participando com 22,2% da superfície da Região Centro-Oeste do Brasil e 4,2% da área territorial brasileira, sendo ligeiramente maior que a Alemanha (Figura 1).

Possui, ainda, 79 municípios, 165 distritos, quatro mesorregiões geográficas, 11 microrregiões geográficas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O governo do estado de Mato Grosso do Sul, dividiu em sua administração o estado em nove macrorregiões (gestão André Puccineli).

O território estadual é drenado a leste pelos sistemas dos rios Paraná e a oeste é drenado pelo Paraguai. Pelo Rio Paraguai escoam as águas da planície do Pantanal e terrenos periféricos. Na baixada, produzem-se anualmente inundações de longa duração Na planície do Pantanal, no oeste do estado, durante o período de cheias do Rio Paraguai, a região vira a maior

Figura 1**Localização do Mato Grosso do Sul**

região alagadiça do planeta, lá se combinam vegetações de todo o Brasil (até mesmo da Caatinga e da Floresta Amazônica).

É um dos biomas com maior abundância de biodiversidade do Brasil, embora seja considerada pouco rica em número de espécies. O Mato Grosso do Sul é mundialmente conhecido por sua biodiversidade, encontrada principalmente no Complexo do Pantanal e no Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Suas principais cidades turísticas são os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena localizados no Parque Nacional da Serra da Bodoquena; cidades de Corumbá, Aquidauana, Anastácio e Porto Murtinho no Complexo do Pantanal; Ponta Porã e Bela Vista na fronteira com o Paraguai, além das cidades de Costa Rica, Rio Verde e Fátima do Sul.

Figura 2

Sub-bacias hidrográficas



Síntese geral do estado do Mato Grosso do Sul e as principais cidades polo

População Total do estado	2.449.024
Área (km ²)	357.145,532
Densidade demográfica (hab/km ²)	6,86
Número de municípios	79
Principais municípios do estado	
Campo Grande	786.797
Dourados	196.035
Três Lagoas	101.791
Corumbá	103.703

O estado de Mato Grosso do Sul concentra mais de 60,7% do seu contingente populacional em apenas dez municípios (com mais de 40.000 habitantes) ocupando uma extensão territorial de 128.296 km², em que residem atualmente 1.486.459 pessoas, resultando em uma densidade demográfica de 11,59 hab/km².

Por outro lado, 53 municípios têm população residente inferior a 20.000 pessoas, em uma área total de 160.408,51 km² (44,92% da área territorial do estado), com uma população de 575.545 habitantes (23,50% da população estadual), portanto, com densidade demográfica de 3,59 hab/km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de aproximadamente 0,802 no estado e a expectativa de vida é de 73,5 anos. A mortalidade infantil no Mato Grosso do Sul é de 16,9 a cada mil nascidos. Apenas 8,7% da população não são alfabetizadas.

A população é composta por imigrantes nacionais e internacionais, que vieram principalmente dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo; e de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano. Esse fato contribui para estabelecer, em um mesmo território, uma pluralidade cultural.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

Ver Figuras 3 e 4, na página ao lado.

COMPOSIÇÃO RACIAL

No Mato Grosso do Sul existe uma grande concentração de pessoas brancas e pardas como podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1

Mato Grosso do Sul – Composição étnica da população de Mato Grosso do Sul (em %) 2010

Composição étnica	Percentual
Branco	51,1
Negro	5,3
Pardo	41,8
Amarelo/indígena	1,7

Fonte: IGBE 2010.

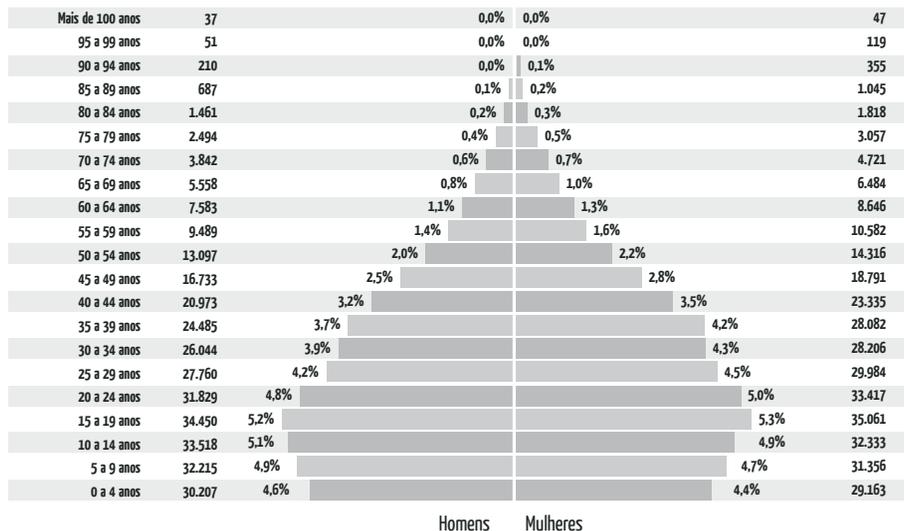
TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL

FECUNDIDADE

Na Tabela 2 podemos constatar que todas as regiões do Brasil sofreram queda acentuada na taxa de fecundidade e a região Centro-Oeste seguiu o

Figura 3

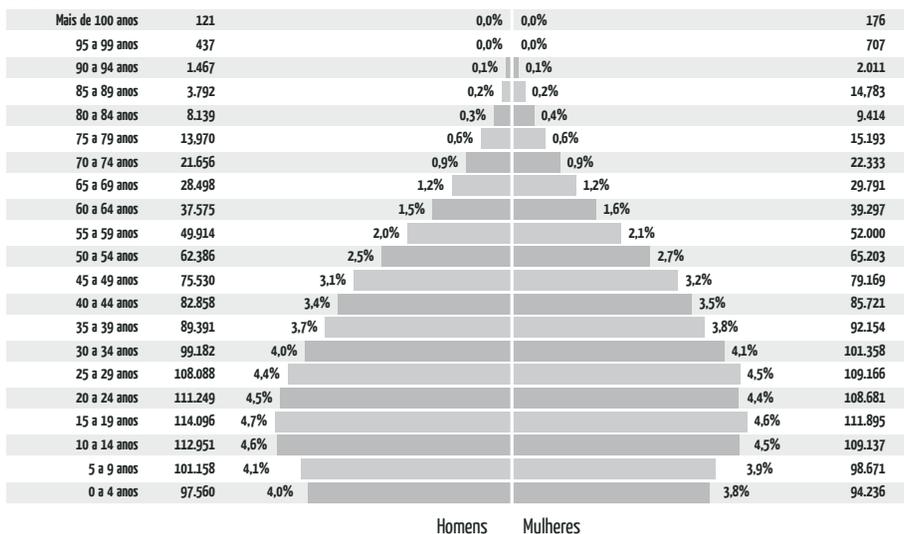
Mato Grosso do Sul – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade 2000



Fonte: IBGE 2000.

Figura 4

Mato Grosso do Sul – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade 2010



Fonte: IBGE 2010.

mesmo perfil. Em 1940 apresentava uma taxa de fecundação de 6,36 e caindo para 1,92 em 2010, o que representa uma redução de 70%.

Tabela 2

Brasil e grandes regiões – Taxa de fecundidade total
1940-2010

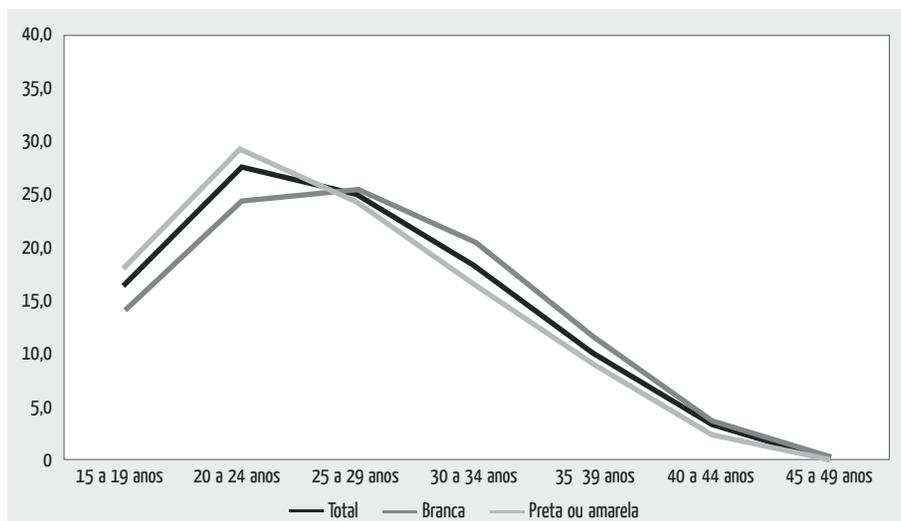
Grandes regiões	Taxa de fecundidade total							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,89	2,38	1,90
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16	2,47
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,06
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,70
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,78
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,92

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

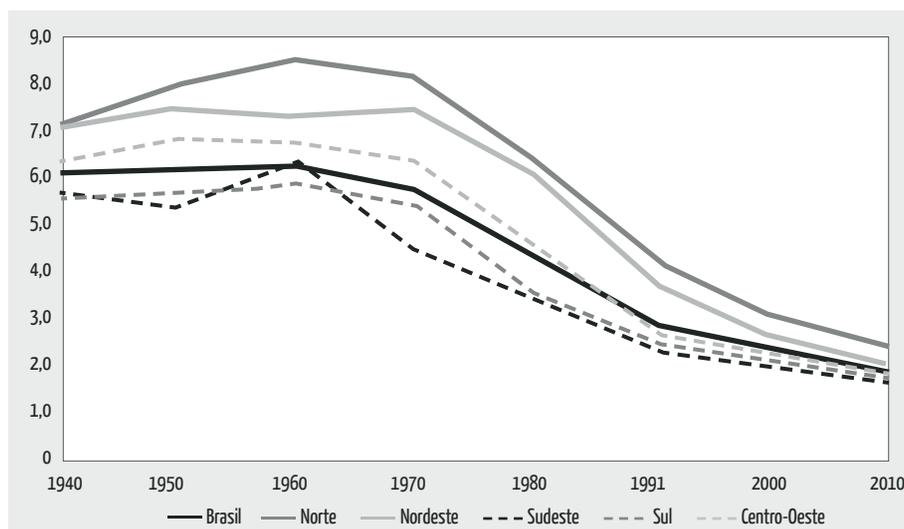
A taxa de fecundidade também apresenta variação quando fazemos a análise por raça. De 15 a 24 anos, a taxa é superior na raça preta ou parda, decaindo com o aumento da idade. Já de 30 a 39 anos, a taxa de fecundidade é superior na raça branca. Esta distribuição pode estar relacionada com o grau de instrução e oportunidades.

Gráfico 1

Brasil – Distribuição das taxas de fecundidade das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça (em %) 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa nacional de Amostra de Domicílio, 2011.

Gráfico 2**Grandes regiões – Taxa de fecundidade total
1940/2010**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940/2001.

A taxa de fecundidade total, que representa o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 aos 49 anos de idade) foi, no ano de 1991 no Brasil, de aproximadamente 2,88, já no Mato Grosso do Sul foi um pouco superior, ficando em 2,95. A taxa em 2010 descendeu em ambos os parâmetros atingindo o patamar de 1,89 para o Brasil e 2,04 em Mato Grosso do Sul.

Tabela 3**Brasil, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – Taxa de fecundidade total
1991, 2001 e 2010**

Grandes regiões	Taxa fecundidade 1991	Taxa fecundidade 2000	Taxa fecundidade 2010
Brasil	2.88	2.37	1.89
Mato Grosso	3.14	2.50	2.08
Mato Grosso do Sul	2.95	2.42	2.04

Fonte: IBGE.

Apesar do Mato Grosso do Sul apresentar uma taxa de fecundidade total superior a nacional, de 1991 a 2010 houve decréscimo de quase 30%,

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

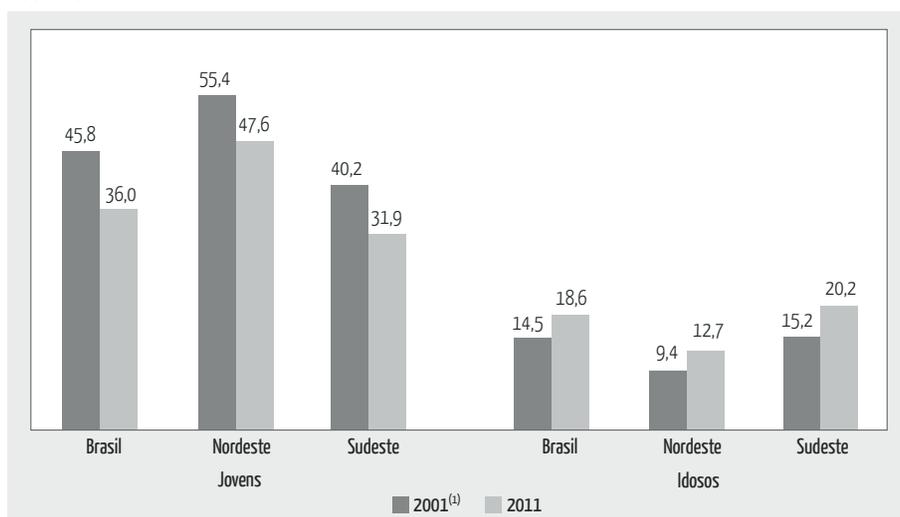
Por utilizar grupos etários, a razão de dependência também é um indicador importante para se avaliar o processo de envelhecimento de uma população. No caso do Brasil, os dados refletem o forte processo de envelhecimento da população: de 2001 para 2011, diminuiu de 45,8 para 36,0 o número de pessoas de 0 a 14 anos para cada 100 pessoas de 15 a 59 anos de idade. No outro extremo, aumentou de 14,5 para 18,6 a quantidade de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa. Uma vez que a dinâmica demográfica se deu de forma diferenciada entre as Grandes Regiões, verifica-se que, em 2011, a razão de dependência de jovens na região Nordeste ainda é maior do que a encontrada na Região Sudeste em 2001 (Gráfico 3).

A região Centro-Oeste registrou o maior percentual (30,1%) de residentes não naturais, sendo estes originários, principalmente, das regiões Nordeste (43,1%) e Sudeste (32,1%).

No estado de Mato Grosso do Sul, que está localizado na região Centro-Oeste do país, a predominância de migração é primeiro da região Sudeste, seguida pela região Sul e Nordeste.

Gráfico 3

Brasil, Nordeste e Sudeste – Razão de dependência de jovens e idosos
2001-2011



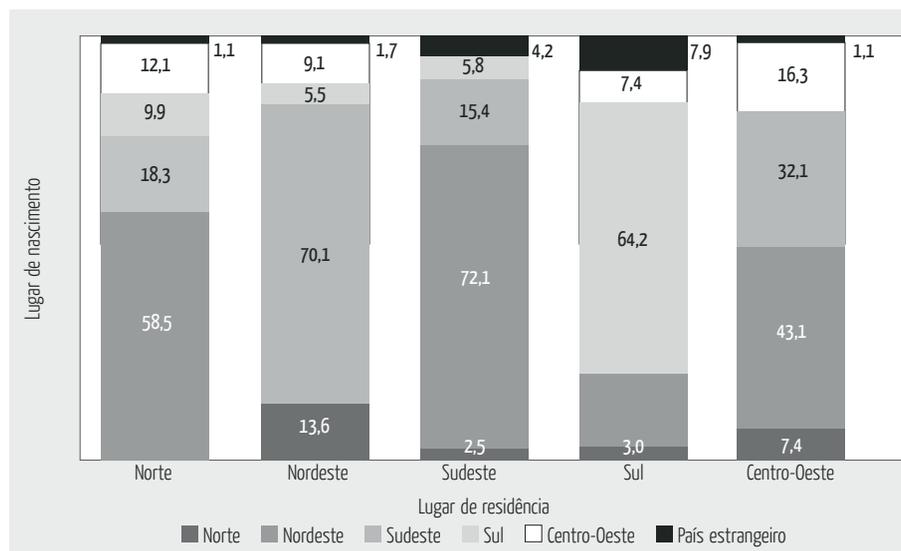
Fonte: IBGE, Pesquisa nacional de Amostra de Domicílio, 2011.

1. Excluída a população rural de Rodônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 4

Grandes regiões – Distribuição da população não natural, por grande região de residência, segundo o lugar de nascimento (em %)

2011



Fonte: IBGE, Pesquisa nacional de Amostra de Domicílio, 2011.

MIGRANTES

Tabela 4

Mato Grosso do Sul – Migração: perfil da população residente no estado

2010

	Nº de pessoas	Percentual
População residente estado Mato Grosso do Sul	2.449.024	100,00
População residente por lugar de nascimento Norte	12.174	0,49
População residente por lugar de nascimento Nordeste	108.556	4,43
População residente por lugar de nascimento Sudeste	267.411	10,90
População residente por lugar de nascimento Sul	174.872	7,14
População residente por lugar de nascimento Centro-Oeste	1.860.884	75,98
População residente por lugar de nascimento Brasil - sem especificação	10.448	0,42
População residente por lugar de nascimento - país estrangeiro	14.679	0,59

Fonte: Censo 2010 – IBGE.

PROJEÇÕES

A projeção da população residente de Mato Grosso do Sul, foi baseada em um crescimento de aproximadamente 8,5% a cada dez anos, demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5**Mato Grosso do Sul – Projeção da população
2013 a 2030**

População projetada - homens - 2013	1.630.897 pessoas
População projetada - mulheres - 2013	1.551.216 pessoas
População projetada - total - 2013	3.182.113 pessoas
População projetada - homens - 2020	1.761.644 pessoas
População projetada - mulheres - 2020	1.693.448 pessoas
População projetada - total - 2020	3.455.092 pessoas
População projetada - homens - 2030	1.898.417 pessoas
População projetada - mulheres - 2030	1.852.052 pessoas
População projetada - total - 2030	3.750.469 pessoas

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000-2030.

INDICADORES SOCIAIS

POBREZA, DESIGUALDADE, DESEMPREGO, MORADORES DE RUA, SEM TERRA, HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, e o advento da estabilização monetária com o Plano Real, foi possível que o país voltasse a planejar as políticas públicas sob os aspectos econômicos. Na primeira década dos anos 2000, já foi visível os impactos decorrentes deste novo cenário econômico que fomos inseridos, bem como as políticas adotadas, promoveram um grande avanço social.

O índice de desenvolvimento humano, que é uma média geométrica dos índices das dimensões de renda, educação e longevidade com pesos iguais, mostrou uma melhora na adequação, registrando um aumento de 49,38% de 1991 a 2010 em Mato Grosso do Sul, ficando acima de Mato Grosso, mas abaixo do estado de Goiás. Avaliando a faixa de Desenvolvimento Humano na Figura 5 e Tabela 6, constatamos que Mato Grosso do Sul passou nos últimos dez anos de um índice médio de IDHM para um índice considerado alto.

Figura 5

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

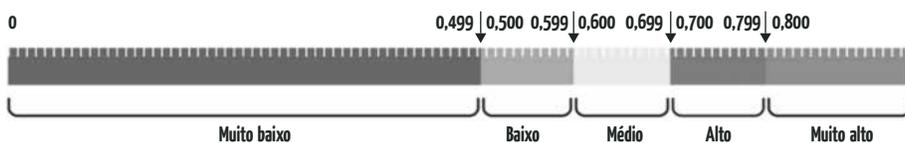


Tabela 6**Mato Grosso do Sul – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**
1999, 2000, 2010

	IDHM (1991)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasil	0.493	0.612	0.727
Goiás	0.487	0.615	0.735
Mato Grosso	0.449	0.601	0.725
Mato Grosso do Sul	0.488	0.613	0.729

Fonte: PNUD <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>.

A seguir serão apresentados alguns indicadores sociais, tais como: pobreza, desigualdade, desemprego, informalidade, entre outros para avaliar o avanço social do estado.

POBREZA

A extrema pobreza é avaliada pela proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, onde o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. De 1991 a 2010, Mato Grosso do Sul, reduziu em 67,74% de indivíduos que viviam em extrema pobreza, reflexo das políticas sociais do governo federal (Tabela 7).

Quando avaliamos o percentual de indivíduos vulneráveis à pobreza (2010), constatamos que 26,83% da população de Mato Grosso do Sul vive em situação de fragilidade. Esta proporção é um pouco abaixo do percentual nacional, mas avaliando os demais estados brasileiros, podemos constatar que estamos em posição relativamente mais confortável. Em 2000, tínhamos quase 48,36%, mostrando que as políticas sociais de desenvolvimento foram essenciais para retirada de indivíduos da margem da pobreza (Tabela 8, p. 22).

Quando o parâmetro é crianças vulneráveis à pobreza, sendo este a proporção de indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar igual ou inferior a R\$ 255,00, o percentual em 2010 chega a 42,54%, mostrando a fragilidade e a necessidade de políticas voltadas para esta faixa etária (Tabela 9, p.22).

A média da renda *per capita* dos indivíduos pobres e extremamente pobres diminuiu de 2000 a 2010, e a dos indivíduos vulneráveis à pobreza aumentou de R\$141 para R\$158,00 (Tabela 10, p. 23).

DESIGUALDADE

A desigualdade é avaliada pela média da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição, segundo a ren-

Tabela 7

Estados brasileiros- Proporção de indivíduos extremamente pobres (em %) 1991, 2000, 2010

	1991	2000	2010
Brasil	18.64	12.48	6.62
Acre	28.43	22.99	15.59
Alagoas	36.62	31.95	16.66
Amapá	15.11	17.40	9.93
Amazonas	22.97	27.13	16.43
Bahia	38.96	25.68	13.79
Ceará	39.76	28.11	14.69
Distrito Federal	3.99	3.28	1.19
Espírito Santo	16.40	7.04	2.67
Goiás	10.86	6.11	2.32
Maranhão	45.57	37.21	22.47
Mato Grosso	13.72	7.83	4.41
Mato Grosso do Sul	10.92	7.10	3.55
Minas Gerais	17.84	9.05	3.49
Pará	26.43	22.89	15.90
Paraíba	41.18	25.17	13.39
Paraná	12.57	6.08	1.96
Pernambuco	31.60	22.30	12.32
Piauí	47.84	32.51	18.77
Rio de Janeiro	7.24	3.64	1.98
Rio Grande do Norte	33.08	21.54	10.33
Rio Grande do Sul	9.89	5.01	1.98
Rondônia	25.17	12.60	6.39
Roraima	20.47	16.53	15.66
Santa Catarina	9.26	3.82	1.01
São Paulo	2.70	2.42	1.16
Sergipe	31.04	24.52	11.70
Tocantins	31.86	22.28	10.21

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

da domiciliar *per capita*. A Tabela 11, demonstra por faixas de 20, 40, 60 e 80% o percentual de renda domiciliar apropriadas pelos indivíduos mais pobres. Em 2010, 80% do quinto mais pobre do estado do Mato Grosso do Sul, deteve o percentual de 30,40% da renda. Em contrapartida, o percentual apropriado pelos 20% dos mais ricos, deteve no estado em 2010, 60% da renda (Tabela 11, p. 23 e Tabela 12, p. 24).

Tabela 8Estados brasileiros – Proporção de indivíduos vulneráveis à pobreza (em %)
1991, 2000, 2010

	1991	2000	2010
Brasil	58.53	48.39	32.56
Acre	73.58	65.28	50.97
Alagoas	82.60	76.24	59.76
Amapá	60.38	59.32	45.22
Amazonas	65.45	68.38	51.78
Bahia	81.62	71.25	52.71
Ceará	82.66	73.43	54.85
Distrito Federal	33.98	28.89	16.00
Espírito Santo	62.81	46.40	26.82
Goiás	59.30	46.38	24.22
Maranhão	88.08	81.41	63.58
Mato Grosso	60.87	46.92	27.00
Mato Grosso do Sul	59.24	48.36	26.83
Minas Gerais	64.54	48.17	28.85
Pará	75.18	69.77	55.99
Paraíba	84.68	72.39	53.65
Paraná	56.86	41.24	19.70
Pernambuco	76.85	67.83	51.86
Piauí	87.05	77.60	58.13
Rio de Janeiro	45.76	32.56	22.26
Rio Grande do Norte	78.92	68.29	47.70
Rio Grande do Sul	49.62	34.53	18.65
Rondônia	70.14	53.65	33.33
Roraima	55.99	53.97	45.72
Santa Catarina	49.34	31.40	12.36
São Paulo	29.57	26.55	16.13
Sergipe	78.73	70.77	52.13
Tocantins	78.56	68.45	44.71

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>**Tabela 9**Brasil e Mato Grosso do Sul – Proporção de crianças vulneráveis (em %)
2000 e 2010

	Extremamente pobres 2000	Pobres 2000	Extremamente pobres 2010	Pobres 2010
Brasil	11.47	26.01	63.10	49.41
Mato Grosso do Sul	6.34	18.11	62.01	42.54

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Tabela 10

Brasil, GO, MT e MS – Renda *per capita* média de indivíduos extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza

2000 e 2010

	Extremamente pobres (2000)	Extremamente pobres (2010)
Brasil	35.64	31.66
Goiás	38.67	29.38
Mato Grosso	34.27	23.55
Mato Grosso do Sul	39.76	29.90
	Pobres (2000)	Pobres (2010)
Brasil	72.75	75.19
Goiás	85.39	87.39
Mato Grosso	79.65	74.25
Mato Grosso do Sul	84.83	81.80
	Vulneráveis à pobreza (2000)	Vulneráveis à pobreza (2010)
Brasil	123.07	142.72
Goiás	144.03	169.02
Mato Grosso	140.07	153.35
Mato Grosso do Sul	141.42	158.74

Tabela 11

Brasil, GO, MT e MS – Porcentagem de renda domiciliar apropriada por faixas da população

2000 e 2010

	20% mais pobres 2000	20% mais pobres 2010	40% mais pobres 2000	40% mais pobres 2010	60% mais pobres 2000	60% mais pobres 2010	80% mais pobres 2000	80% mais pobres 2010
Brasil	1.84	2.41	6.85	8.59	15.90	19.23	32.44	36.60
GO	2.90	3.74	9.03	11.24	18.73	22.68	34.72	40.17
MT	2.55	3.22	8.47	10.66	17.91	22.32	33.61	40.39
MS	2.71	3.27	8.50	10.41	17.75	21.73	33.45	39.40

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

A razão que avalia os mais ricos em relação aos mais pobres é a medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Este parâmetro compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres. A razão dos mais ricos sob os mais pobres reduziu nos últimos 10 anos (Tabela 13).

Tabela 12**Brasil, GO, MT e MS – Porcentagem de renda domiciliar apropriada por faixa da população
2000 e 2010**

	10% mais ricos 2000	10% mais ricos 2010	20% mais ricos 2000	20% mais ricos 2010
Brasil	51.94	48.93	67.56	63.40
GO	50.93	45.75	65.28	59.83
MT	52.39	44.74	66.39	59.61
MS	52.00	45.67	66.55	60.60

	10% mais ricos 2010	20% mais ricos 2010	Razão 10% mais ricos 40% mais pobres 2010	Razão 20% mais ricos 40% mais pobres 2010
Brasil	48.93	63.40	22.78	14.83
MS	45.67	60.60	17.55	11.63

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>**Tabela 13****Brasil, GO, MT e MS – Porcentagem de renda domiciliar apropriada por faixa da população
2000 e 2010**

	Razão 10% mais ricos 40% mais pobres 2000	Razão 10% mais ricos 40% mais pobres 2010	Razão 20% mais ricos 40% mais pobres 2000	Razão 20% mais ricos 40% mais pobres 2010
Brasil	30.31	22.78	19.71	14.83
GO	22.55	16.27	14.45	10.65
MT	24.75	16.79	15.68	11.17
MS	24.48	17.55	15.66	11.63

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>**Tabela 14****Brasil e Mato Grosso do Sul – Índice de Gini
2010**

Brasil	0.60
Mato Grosso do Sul	0.56

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>**DESEMPREGO**

Razão entre a pessoa de dez anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na

semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a pesquisa. Os dados apontam uma redução na taxa de atividade dos 10 aos 17 anos, bem como, redução da taxa de desocupação nessa mesma faixa etária (Tabelas 15 e 16).

Tabela 15

Brasil, GO, MT e MS – Taxa de atividade
2000 e 2010

	10 anos ou mais (2000)	10 anos ou mais (2010)
Brasil	45.49	49.19
Goiás	47.64	52.78
Mato Grosso	46.20	51.07
Mato Grosso do Sul	47.04	51.52
	10 a 14 anos (2000)	10 a 14 anos (2010)
Brasil	9.28	7.53
Goiás	10.59	8.95
Mato Grosso	10.56	8.99
Mato Grosso do Sul	9.99	7.13
	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)
Brasil	40.05	29.78
Goiás	45.76	37.56
Mato Grosso	46.28	35.91
Mato Grosso do Sul	46.24	34.13
	18 anos ou mais (2000)	18 anos ou mais (2010)
Brasil	65.69	66.54
Goiás	67.90	70.78
Mato Grosso	68.19	70.23
Mato Grosso do Sul	68.39	70.57
	8 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Brasil	70.43	68.05
Goiás	71.30	72.69
Mato Grosso	69.60	69.52
Mato Grosso do Sul	71.90	72.02
	25 a 29 anos (2000)	25 a 29 anos (2010)
Brasil	77.18	78.23
Goiás	76.31	80.82
Mato Grosso	74.95	78.35
Mato Grosso do Sul	77.64	81.00

Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>.

Tabela 16**Brasil, GO, MT e MS – Taxa de desocupação
2000 e 2010**

	10 anos ou mais (2000)	10 anos ou mais (2010)
Brasil	15.39	7.98
Goiás	13.04	6.61
Mato Grosso	12.44	6.57
Mato Grosso do Sul	13.76	6.44
	10 a 14 anos (2000)	10 a 14 anos (2010)
Brasil	29.94	17.30
Goiás	37.59	20.64
Mato Grosso	33.67	16.20
Mato Grosso do Sul	34.39	16.78
	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)
Brasil	35.90	24.19
Goiás	30.74	22.02
Mato Grosso	29.55	21.99
Mato Grosso do Sul	33.51	21.99
	18 anos ou mais (2000)	18 anos ou mais (2010)
Brasil	13.82	7.29
Goiás	11.32	5.76
Mato Grosso	10.63	5.75
Mato Grosso do Sul	11.92	5.69
	18 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Brasil	23.47	15.07
Goiás	18.54	11.61
Mato Grosso	17.84	11.25
Mato Grosso do Sul	18.73	12.31
	25 a 29 anos (2000)	25 a 29 anos (2010)
Brasil	14.36	8.77
Goiás	11.33	6.74
Mato Grosso	10.17	6.45
Mato Grosso do Sul	11.86	6.46

Fonte: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>.

O grau de escolaridade entre os ocupados (2010), no Mato Grosso do Sul, é maior com fundamental completo e os setores que mais empregam são o de comércio (16,59%), serviço (45%) e agropecuário (15,24%) (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17

Brasil e Mato Grosso do Sul – Ocupados com 18 anos ou mais, por escolaridade (em %) 2010

	Com fundamental completo	Com ensino médio completo	Com superior completo
Brasil	62.29	44.91	13.19
MS	60.31	43.09	13.65

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Tabela 18

Brasil e Mato Grosso do Sul – Ocupados com 18 anos ou mais, por setor (em %) 2010

Setor agropecuário	
Brasil	13.55
Mato Grosso do Sul	15.24
Setor extrativo mineral	
Brasil	0.48
Mato Grosso do Sul	0.21
Indústria de transformação	
Brasil	11.92
Mato Grosso do Sul	9.65
SIUP	
Brasil	0.93
Mato Grosso do Sul	0.88
Setor de construção	
Brasil	7.40
Mato Grosso do Sul	8.16
Setor de comércio	
Brasil	15.38
Mato Grosso do Sul	16.59
Setor de serviços	
Brasil	44.29
Mato Grosso do Sul	45.28

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

MORADORES DE RUA, SEM TERRA, HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

Há uma carência geral de informações nestes setores mais vulneráveis. Os dados da violência contra índios referem-se apenas à capital do Mato Grosso do Sul.

No estado do Mato Grosso do Sul temos uma população de aproximadamente 77 mil indígenas (Censo 2010). A secretaria de assistência social de Campo Grande registrou em sistema no ano de 2009, 20 casos de violência contra índios; 24 em 2010; 30 em 2011; 26 em 2012 e até novembro de 2013, registrou-se 17 casos. A maioria das notificações foram decorrentes de negligência dos familiares/ou responsáveis contra indígenas.

Para a população LGBT, o sistema criou em 2014 um campo específico para as violências decorrentes de homofobia.

HOMICÍDIO

A taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) na população total de Mato Grosso do Sul foi de 27 homicídios por 100 mil habitantes.

Os homicídios ocorridos contra a população jovem (de 15 a 24 anos de idade) no período de 2001/2011, no estado foi de 42,3% (42,3 homicídios por 100 mil jovens).

A taxa de homicídio (por 100 mil) na população feminina total no ano de 2011 foi de 6,2 % (por 100 mil mulheres).

Taxas de homicídio (por 100 mil) na população feminina jovem (15 a 24 anos) em 2011, foi de 9,4% (por 100 mil mulheres jovens).

Taxas de homicídio (por 100 mil) na população total segundo raça/cor no ano de 2011 no Mato Grosso do Sul foi de:

- brancos: 15,7 % (por 100 mil brancos)
- negros: 35,2% (por 100 mil negros)

*Considerando como negros o somatório de pretos e pardos registrados pelo IBGE.

Taxas de homicídio (por 100 mil) na população jovem (15 a 24 anos) segundo raça/cor em 2011 foi de:

- brancos: 26,4 % (por 100 mil brancos)
- negros: 62,3% (por 100 mil jovens negros)

*Considerando como negros o somatório de pretos e pardos registrados pelo IBGE.

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EDUCAÇÃO, TRABALHO, ASSISTÊNCIA, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PROJEÇÕES

ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL: AFIANÇANDO DIREITOS E CONTRIBUINDO COM O COMBATE À POBREZA NO MS

A assistência social, como política pública de seguridade social, vem passando por profundas transformações a partir da Constituição de 1988. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, foi criado em Lei em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, que alterou dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/1993) e garantiu no ordenamento jurídico brasileiro, inúmeras conquistas efetivadas ao longo desses anos.

Os governos Lula e Dilma investiram técnica e politicamente para fazer avançar o Sistema de Proteção Social no país.

PAPEL DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O SUAS se fundamenta na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e estabelece as respectivas competências e responsabilidades comuns e específicas.

As responsabilidades se pautam pela ampliação da proteção socioassistencial em todos os seus níveis, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil, o enfrentamento da pobreza, da extrema pobreza e das desigualdades sociais, e para a garantia dos direitos, conforme disposto na Constituição Federal e na legislação relativa à assistência social.

A NOB/SUAS/2012 estabelece as responsabilidades dos Estados de forma detalhada, entre as quais, destacam-se:

a) *destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.*

Conforme a LOAS, art. 22, os benefícios eventuais são em pecúnia, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. De acordo com a sistemática de cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (2014), para os Fundos Municipais de Assistência Social, pode ser aplicado até 30% do valor em benefícios eventuais, abrangendo 100% dos municípios.

b) *cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local.*

Em âmbito regional nenhum projeto está sendo financiado, descumprindo o pacto federativo, conforme Norma Operacional Básica - SUAS, 2012. Em relação ao âmbito local, os recursos estaduais são repassados aos municípios, mediante critérios de partilha (Resolução CIB - Comissão Intergestores Bipartite 317, de 19 de novembro de 2013).

c) *estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.*

No atual governo não foi estimulado nenhuma formação de consórcio entre os municípios. (ver pacto de aprimoramento da gestão)

d) *organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da proteção social especial de média e alta complexidade.*

De acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS. Não existem serviços regionalizados, no entanto há demanda para a regionalização de serviços como abrigos para crianças e adolescentes, idosos e mulheres em situação de violência, bem como centros de atendimento a população em situação de rua.

e) *apoiar técnica e financeiramente os Municípios na implantação da vigilância socioassistencial.*

O apoio da SETAS na implantação da Vigilância Socioassistencial é de fundamental importância, pois é um tema recente e não está acontecendo com a efetividade que o serviço requer. Nos municípios menores as dificuldades são grandes devido à insuficiência de equipe técnica e equipamentos.

f) *aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados.*

O monitoramento e avaliação acontecem em todos os municípios, porém é imprescindível maior apoio do Estado na gestão, uma vez que inexistem indicadores de qualidade dos serviços socioassistenciais. Estes deverão ser construídos. Há falta de pessoal preparado para a execução dos serviços, bem como a estrutura física e equipamentos são precários em muitos municípios.

INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADES

O índice mede o grau de desigualdade existente segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. Observa-se uma redução da desigualdade entre 2009 e 2010.

Tabela 19

Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul – Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade 2009-2011

Ano	Brasil	Centro-Oeste	MS
2009	0,518	0,540	0,518
2011	0,501	0,520	0,499

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

POPULAÇÃO NA EXTREMA POBREZA

Tabela 20

Brasil e Mato Grosso do Sul – População na extrema pobreza 2000-2010

	Censo Demográfico 2000	Censo Demográfico 2010	Varição
Brasil	22.887.465	15.002.815	-4,14
MS	177.722	114.716	-4,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Consta-se uma redução significativa, com Mato Grosso do Sul acompanhando a tendência nacional.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Tabela 21

Mato Grosso do Sul – Índice de Desenvolvimento Humano 2010

IDHM	IDHMRenda	IDHM Longevidade	IDHMEducação
0,729	0,740	0,833	0,629

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).

Entre os 27 estados brasileiros, Mato Grosso do Sul ocupa a 10ª posição no ranking de IDHM. O índice do estado é considerado alto. Entre os seus 78 municípios, Campo Grande, que tem a melhor posição, ocupa o 100º lugar entre as cidades brasileiras. Japorã tem o pior desempenho, segundo o levantamento.

Depois de Campo Grande, os melhores colocados no IDHM são: Chapadão do Sul (467º no país), Dourados (599º), Três Lagoas (667º), Maracaju (876º) e São Gabriel do Oeste (1.052º). Ponta Porã ficou na 1.866ª posição nacional. Já na lista dos piores índices, classificados como baixos, aparecem quatro municípios da região Sul: Tacuru (4.309º), Coronel Sapucaia (4.416º), Paranhos (4.444º) e Japorã (5.426º).

O IDH dos municípios vai de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano; quanto mais próximo de um, melhor. O índice considera indicadores de longevidade (saúde), renda e educação.

*PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA FINANCIADOS
PELO GOVERNO FEDERAL*

Tabela 22

Mato Grosso do Sul – Programa Bolsa Família
Dez/2013

Programa Bolsa Família	Dez/2013	Acumulado 2013
Total de famílias beneficiadas	147.021	–
Valor repassado	21.555.096,00	246.093.588,00
Estimativas	Nº famílias	Cobertura (%)
Estimativa famílias de baixa renda – perfil Cadastro Único (Censo 2010)	229.612	119,95
Estimativa famílias pobres - perfil Bolsa Família (Censo 2010)	138.382	106,24

Fonte : SAGI/MDS.

Tabela 23

Mato Grosso do Sul – Benefício de Prestação Continuada (BPC)
Dez/2013

Benefícios	Nº de beneficiários	Repasse mês (R\$)	Acumulado (R\$)
BPC - Idosos	41.614	28.183.708,36	332.985.173,63
BPC - PCD	34.993	23.681.407,65	276.112.570,94
Total	76.607	51.865.116,01	609.097.744,57

Fonte : SAGI/MDS.

*REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL FINANCIADA
PELO GOVERNO FEDERAL*

Tabela 24

**Mato Grosso do Sul – Serviços de proteção social especial (em R\$)
Dez/2013**

Programas/Ações	Beneficiários	Metas	Repasso de Dez/2013)	Acumulado
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos	Crianças e/ou idosos e suas famílias	2.469	195.235,66	1.171.413,96
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos - Centro Dia	Crianças e/ou idosos e suas famílias 160.000,00			80.000,00
Serviços de acolhimento	Crianças e/ou idosos e suas famílias	980	144.240,00	1.287.184,80
Serviços de acolhimento - Residência inclusiva	Crianças e/ou idosos e suas famílias	20	20.000,01	60.000,00
Serviço especializado para pessoas em situação de rua - Centro Pop	Crianças e/ou idosos e suas famílias	600		
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI e serviço de abordagem social	Crianças e/ou idosos e suas famílias	3.210	1.210.400,00	3.121.000,00
Serviço de proteção social ao adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade – MSE	Adolescentes e suas famílias	2.120		
Total Proteção social especial			2.325.875,66	9.384.638,76
Total (Proteção social básica + Proteção social especial)			5.318.764,73	24.619.545,95

Fonte : SAGI/MDS.

Tabela 25

Mato Grosso do Sul – Serviços de proteção social básica (em R\$)
Dez/2013

Programas/Ações	Beneficiários	Metas	Repasso de Dez/2013)	Acumulado
PAIF - Serviços de proteção social básica à família	Capacidade de atendimento das famílias	84.825	2.035.800,00	10.250.100,00
Serviços de convivência e/ou no domicílio	Crianças e/ou idosos e suas famílias	-	231.631,32	1.113.941,19
Serviço de equipe volante	Quantidade de equipes volantes cofinanciadas	33	288.000,00	1.755.000,00
ProJovem adolescente	Coletivos	-	437.457,75	2.115.866,00
Total proteção social básica			2.992.889,07	15.234.907,19

Fonte : SAGI/MDS.

PROGRAMA VALE UNIVERSIDADE

Tabela 26

Mato Grosso do Sul – Programa Vale Universidade (em R\$)
2007-2013

Ano	Nº de beneficiários	Valor investido
2007	160	230.878,32
2008	391	769.283,00
2009	638	1.575.717,87
2010	948	2.569.062,61
2011	1.035	3.202.982,65
2012	1.385	5.838.751,87
2013 (abril)	1.380	1.904.980,12

Fonte: SETAS.

Tabela 27

Mato Grosso do Sul – Programa Vale Universidade Indígena (em R\$)
2007-2013

Ano	Nº de beneficiários	Valor investido
2007	107	259.154,00
2008	139	346.000,00
2009	108	374.718,00
2010	110	350.498,00
2011	107	294.358,00
2012	110	290.498,00
2013 (abril)	75	68.486,00

Fonte: SETAS.

PROGRAMA VALE RENDA

A meta do Vale Renda nos anos de 2008 e 2009 era de 50 mil beneficiários e a partir de 2010 passou a ser de 60 mil. Trata-se de uma continuidade do Programa de Transferência de Renda, iniciado no governo anterior com outra denominação.

Tabela 28

Mato Grosso do Sul – Programa Vale Renda (em R\$)
2008-2013

Ano	Nº de beneficiários	Valor do benefício	Valor investido
2008	48.130	120,00	43.956.240,00
2009	49.748	120,00 + 13º parcela de 130,00	77.180.060,00
2010	55.428	130,00 + 13º parcela	88.995.669,00
2011	54.055	145,00+ 13º parcela	102.945.070,00
2012	54.813	155,00+ 13º parcela	110.063.795,00
2013 jan/jul	54.307	160,00	61.223.360,00

Fonte: SETAS.

FINANCIAMENTO

Os recursos financeiros da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) são destinados ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, a execução de serviços, programas, projetos e benefícios e também ao aprimoramento da gestão. A transferência dos recursos federais aos estados e municípios tem como objetivos a oferta de apoio técnico e o co-financiamento das despesas relativas aos serviços de Proteção Social Básica e/ou Especial.

De acordo com o artigo 20 da LOAS, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

A transferência de recursos federais se dá por meio de fundos públicos de assistência social, com base nos critérios de partilha aprovados pelos conselhos de assistência social, responsáveis pelo exercício do controle social. No caso dos estados, os critérios também são pactuados nas comissões intergestores.

RECURSOS MENSIS APLICADOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Tabela 29 evidencia os recursos mensais aplicados em 2013 pelo governo federal nos programas de transferência de renda BPC e Bolsa Família

e na transferência do Fundo Nacional para os Fundos Municipais destinados aos serviços socioassistenciais, abaixo especificados, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços (Resolução nº 109/2009 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social).

A Tabela evidencia também os recursos mensais aplicados pelo governo do estado no Programa Vale Renda, bem como em serviços socioassistenciais.

Tabela 29

Mato Grosso do Sul – Recursos mensais aplicados na assistência social (em R\$)
2008-2013

Governo	Transferência de Renda para o Cidadão			Transferência para FMAS		Total
	BPC	Bolsa Família	Vale Renda	Redes municipais socioassistenciais	Apoio à gestão municipal	
Federal	51.865.116,01	21.555.096,00	-	5.318.764,73	149.147,86	78.888.124,60
Estadual			8.746.194,28	1.066.856,17	-	9.814.050,45
Total geral	51.865.116,01	21.555.096,00	8.746.194,28	6.385.620,90	149.147,86	88.702.175,05

Fonte: MDS.

COFINANCIAMENTO DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA OS FUNDOS MUNICIPAIS PARA SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E BENEFÍCIOS EVENTUAIS

A Resolução CIB/MS nº 317, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial 8.567, de 02 de dezembro de 2013, estabelece critérios de cofinanciamento do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais no exercício de 2014, prevendo o valor anual de R\$ 13.442.387,80 a serem aplicados 70% em serviços e 30% em benefícios eventuais.

Tabela 30

Mato Grosso do Sul – Cofinanciamento do fundo estadual de assistência social para os fundos municipais para serviços socioassistenciais e benefícios eventuais (em R\$)
2012-2014

Ano	2012	2013 (previsão)	2014 (previsão)
Valor	12.802.274,00	12.802.274,00	13.442.378,70

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS SOCIAIS DO SUAS

QUANTIDADE DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NO BRASIL E NA REGIÃO CENTRO-OESTE

O CRAS é o equipamento público estatal responsável pela organização,

coordenação e oferta de serviços da proteção básica. Tem como principal objetivo orientar o convívio sociofamiliar e comunitário, trabalhando na prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais. Devem ser instalados preferencialmente em territórios que concentrem situações de vulnerabilidade e risco social.

Tabela 31

Brasil e Centro-Oeste – Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)
2012

Brasil	7.725
Mato Grosso do Sul	124
Mato Grosso	173
Goiás	277
Distrito Federal	26

Fonte: SAGI/MDS/ Censo SUAS, 2012.

CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO BRASIL E REGIÃO CENTRO-OESTE

Os CREAS são os coordenadores e articuladores da proteção especial de média complexidade. Configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados à famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto etc.)

Tabela 32

Brasil e Centro-Oeste – Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)
2012

Brasil	2.167
Mato Grosso do Sul	62
Mato Grosso	43
Goiás	106
Distrito Federal	8

Fonte: SAGI/MDS/ Censo SUAS, 2012.

UNIDADES DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E REGIÃO CENTRO-OESTE

Uma das modalidades de serviço de proteção social especial de alta complexidade, os serviços de acolhimento institucional têm por principal finalidade proteger pessoas que tenham tido os laços familiares rompidos ou que se

encontram de alguma maneira vulneráveis. Este serviço deve ser prestado por unidades inseridas na comunidade de caráter residencial, de forma a desenvolver relações equivalentes ao ambiente familiar.

Tabela 33**Brasil e Centro-Oeste – Unidades de acolhimento institucional
2012**

Brasil	4.360
Mato Grosso do Sul	149
Mato Grosso	82
Goiás	123
Distrito Federal	44

Fonte: SAGI/MDS/ Censo SUAS, 2012.

PONTOS CRÍTICOS DA GESTÃO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) **Gestão centralizada na capital** - dificultando o acesso dos municípios às capacitações e reuniões mensais, desconsiderando as diferenças regionais e geográficas.

b) **Insuficiência de apoio técnico aos municípios** - gerando problemas graves nas gestões municipais, devido as rápidas transformações que passam a assistência social com a criação do SUAS, tais como novas legislações que exigem adequações e reordenamentos e os municípios não conseguem acompanhar. O monitoramento aponta as falhas, mas não dá resposta às dificuldades encontradas. A insuficiência é devido ao *déficit* de profissionais da SETAS. Como a gestão é centralizada na capital, não há uma sistemática de acompanhamento aos municípios de forma regionalizada. As visitas técnicas são realizadas por profissionais diferentes e não existe um plano de acompanhamento aos municípios que estão descumprindo as exigências do SUAS.

c) **Insuficiência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)** - repassados aos municípios para o cofinanciamento dos serviços, além de não permitir o cofinanciamento de recursos humanos, a exemplo do governo federal, fato que sobrecarrega as prefeituras. O valor total/mês repassado pelo FEAS em 2013 foi de apenas R\$ 1.066.856,17 para os 79 municípios, enquanto que no mesmo período, o governo federal repassou R\$ 5.318.764,73 .

d) **Déficit de recursos humanos na SETAS** - o quadro de servidores muda constantemente, visto que grande parte são convocados pela Secretaria de Educação, gerando descontinuidade nos trabalhos. O concurso público, previsto no Pacto de Gestão/2012, ainda não foi realizado.

e) **Falta de infraestrutura para o apoio aos municípios** - tais como veículos e equipamentos. De acordo com o SUAS, essa responsabilidade é do estado, por meio da SETAS.

f) **Centralidade do estado na gestão do programa Vale Renda** - gerando sobreposição de benefícios e o desrespeito do comando único da gestão nos municípios.

g) **Desresponsabilização do estado na execução dos serviços de alta complexidade** - que, segundo o PNAS, devem ser executados na esfera estadual de forma regionalizada, tais como: abrigo para mulheres em situação de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e população em situação de rua.

h) **Atendimento insuficiente à população indígena pela política de assistência social do estado** - existem apenas dois Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, localizados em Dourados e em Caarapó e não existem Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS nas áreas indígenas, bem como ações efetivas de combate ao álcool e outras drogas.

i) **Falta de articulação intersetorial das políticas sociais** - as políticas sociais são muito setORIZADAS, dificultando o trabalho em rede e uma ação mais efetiva no enfrentamento da pobreza e exclusão social.

j) **O sistema de informações do estado não está integrado ao do governo federal** - os sistemas não interagem.

h) **Não existem programas de capacitação continuada para os profissionais da SETAS.**

i) **Trabalho com dependentes químicos ineficiente** - a SETAS atende apenas com o Centro Recomeçando, sendo que algumas entidades recebem por convênio, recursos do FIS.

j) **Ineficiência no trabalho de ressocialização do adolescente em conflito com a lei** - dos 62 municípios que possuem CREAS, 56 executam o programa de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo que desses, apenas 42 recebem recurso do governo federal. Já as medidas privativas de liberdade estão sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

SAÚDE EM TERMOS GERAIS

Unidades desconcentradas: HEMOSUL (exames), LACEN (laboratório), Casa da Saúde (distribuição de medicamentos de alto custo), Coordenadoria de Controle de Vetores (imunização), Auditoria, Central de Regulação, Almoxarifado.

Unidade descentralizada (autônoma): FUNSAU – Fundação de Saúde que administra o Hospital Regional.

Sistema de Administração da Saúde: o estado é normatizador e o município o executor (tensão básica - centros de saúde e unidades de saúde).

Necessidades urgentes: recursos humanos (pessoal) e recursos financeiros.

Necessidade de mais hospitais: foi dito que a necessidade/prioridade na área da saúde não é ter mais hospitais, inclusive disseram que foi oferecido o Hospital Regional ao município de Campo Grande, para que administrasse, mas o governo municipal não aceitou.

Orçamento financeiro: os 12% previstos na Constituição Federal está sendo todo utilizado, mas não é suficiente porque alegam que o sistema de rateio reduz esses 12% para aproximadamente 7%; tem o orçamento normal e o Fundo Especial de Saúde (orçamento anexo); os repasses aos municípios podem ser verificados no “site” da Secretaria de Saúde (www.saude.ms.gov.br).

Observação: foi dito pelos servidores que a melhor forma do repasse é por meio do “fundo a fundo”; foi informado também que o Programa Saúde da Família (PSF) foi transformado em Estratégia Saúde da Família(ESF).

ANÁLISES TÉCNICAS

Este estudo tem por objetivo a apresentação de uma análise da aplicação dos recursos estaduais em saúde durante os sete primeiros anos do atual governo, de forma a permitir a visualização ano a ano dos recursos próprios destinados ao setor, bem como do montante que deixou de ser destinado ao setor para cumprir-se o “mínimo” exigido pela Emenda Constitucional 29. Além disso, é possível identificar a discrepância entre um ano eleitoral e os demais anos da gestão no uso dos recursos da saúde, setor que, mais que qualquer outro, não deveria contingenciar seus poucos recursos atendendo outros critérios que não a promoção, a vigilância e a atenção digna à saúde dos cidadãos sul-mato-grossenses.

Foram avaliados também diversos indicadores epidemiológicos (incidência, prevalências, morbidades e mortalidades, além de outros) e assistenciais (número de consultas e exames nas principais especialidades, internações, capacidade instalada da rede e outros), avaliação que nos permite fazer alguns destaques:

Mortalidade por câncer de mama é um indicador preocupante e é bastante razoável associar tal indicador com a baixa cobertura de exames de mamografia, sobretudo na faixa etária mais crítica, dos 50 aos 69 anos (Tabela 34).

Ainda com relação às neoplasias malignas tivemos um aumento do número de casos de aproximadamente 20% em todas as modalidades com rela-

Tabela 34

Brasil e Centro-Oeste – Taxa de incidência de neoplasias malignas
2008-2013

	2012-2013		2010-2011		2008-2009	
Pulmão, traqueia e brônquios						
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	20,48	11,19	18,75	10,96	19,12	10,68
Mato Grosso	14,89	7,09	14,04	6,83	14,06	7,05
Goiás	16,39	9,83	15,29	9,65	15,24	9,59
Distrito Federal	15,79	8,02	15,07	8,20	15,45	7,20
Brasil	17,90	10,08	18,37	9,82	18,86	9,72
Esôfago						
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	10,71	2,89	9,00	2,72	9,13	2,60
Mato Grosso	6,92	1,93	5,92	1,89	5,68	1,43
Goiás	6,52	2,12	5,81	1,79	5,87	1,84
Distrito Federal	4,39	1,73	5,12	2,08	5,69	1,74
Brasil	8,10	2,67	8,12	2,69	8,35	2,72
Estômago						
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	18,96	8,19	16,54	7,02	17,46	6,80
Mato Grosso	12,67	5,27	11,50	5,64	11,63	5,29
Goiás	12,13	6,47	9,95	5,39	10,38	5,49
Distrito Federal	14,55	7,73	12,02	6,93	12,10	7,26
Brasil	13,20	7,42	14,25	7,70	14,92	7,93
Cólon, junção reto sigmoides, reto e ânus						
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	19,74	18,43	14,95	14,16	13,70	13,31
Mato Grosso	8,92	8,65	6,69	6,83	5,60	6,95
Goiás	13,84	13,57	10,27	10,53	9,44	9,79
Distrito Federal	16,89	20,50	13,04	15,96	13,06	15,52
Brasil	14,75	15,94	13,73	14,80	13,23	14,88
Mama feminina						
Mato Grosso do Sul	60,55	45,49	47,69			
Mato Grosso	34,48	26,78	25,85			
Goiás	42,56	34,44	34,73			
Distrito Federal	61,26	50,17	51,11			
Brasil	52,50	49,27	50,71			

continua

Colo do útero

	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	35,13	25,46	25,06			
Mato Grosso	33,27	22,47	17,94			
Goiás	24,19	17,58	19,08			
Distrito Federal	23,05	17,12	16,80			
Brasil	17,49	18,47	19,18			

D.5.g.m Próstata

	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	101,98	65,46	60,88			
Mato Grosso	70,69	45,10	42,62			
Goiás	68,43	44,47	43,58			
Distrito Federal	68,72	45,05	45,36			
Brasil	62,54	53,84	52,43			

Outras neoplasias malignas da pele

	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Mato Grosso do Sul	133,11	151,73	53,94	65,57	58,37	75,51
Mato Grosso	131,20	93,86	47,00	51,83	41,80	57,95
Goiás	127,48	108,89	43,03	82,59	43,33	74,60
Distrito Federal	101,76	86,88	35,62	41,38	40,16	34,93
Brasil	65,17	71,30	55,12	60,51	59,16	60,70

Fonte: SAGI/MDS/ Censo SUAS, 2012.

ção ao ano anterior, e em alguns casos de 50% em relação aos outros estados. Está faltando diagnóstico precoce e Centros de Referência em Alta Complexidade em Oncologia, onde o paciente possa seguir toda linha de cuidado em uma única unidade de saúde. A complexidade da Atenção Oncológica envolvendo todas as especialidades, hoje só é possível nas grandes unidades públicas de saúde, que possuem equipe multiprofissional e interdisciplinar. Mesmo assim, diante do aumento do número de casos novos de câncer, devido ao não atendimento do governo do estado às deliberações da VII Conferência Estadual de Saúde, que definiu pela construção dos Complexos Hospitalares de Três Lagoas, Corumbá e Dourados, dos cinco aparelhos de radioterapia e um aparelho de braquiterapia que receberíamos, iremos receber apenas três aparelhos de radioterapia e um de braquiterapia (perdemos dois aparelhos).

Os indicadores de morbidade hospitalar ligados às causas externas, mais especificamente ao trauma, são a expressão da realidade assistida pela população nos noticiários. Há uma verdadeira epidemia da violência e essa realidade vem ocupando toda a força de trabalho do segmento (ortopedia) para o atendimento das urgências e emergências, condenando os pacientes necessitados de procedimentos cirúrgicos eletivos a uma espera infundável.

Tabela 35

Brasil e Centro-Oeste – Taxa de mortalidade proporcional por grupos de causas
2008-2013

	2011	2010
Doenças infecciosas e parasitárias		
Mato Grosso do Sul	3,7	4,2
Mato Grosso	4,5	5,7
Goiás	5,2	5,4
Distrito Federal	4,2	4,5
Neoplasias		
Mato Grosso do Sul	15,7	15,6
Mato Grosso	15,2	14,0
Goiás	15,0	15,1
Distrito Federal	19,2	19,1
Doenças do aparelho circulatório		
Mato Grosso do Sul	31,5	32,0
Mato Grosso	27,3	28,0
Goiás	28,5	28,5
Distrito Federal	26,9	27,8
Doenças do aparelho respiratório		
Mato Grosso do Sul	10,9	10,9
Mato Grosso	9,8	10,1
Goiás	12,6	12,3
Distrito Federal	9,6	8,8

Temos uma taxa elevada de tuberculose em relação aos outros estados da região Centro Oeste. Tanto a tuberculose, como a hanseníase, têm prevalência elevada no estado. Opinião muito particular do Dr. Ronaldo Costa é de que teremos de abominar a prática da cuia única de “tereré” que roda nos encontros, e que expõe um à saliva do outro. Este é um fator comum em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e que não se encontra no estado de Goiás. Mas necessitamos realizar estudos epidemiológicos. (Vamos ter de interromper o “tereré do Cabral”).

Nos casos de leishmaniose, em Mato Grosso do Sul fica bem evidente a importância da capacitação permanente (educação continuada) dos profissionais de saúde, principalmente no diagnóstico e tratamento das doenças predominantes no estado. A elevada notificação, incidência e prevalência é fruto do treinamento adequado dos profissionais para suspeitar, diagnos-

ticar e tratar doenças do território em que esta população de médicos está inserida. Temos uma incidência 1000% maior que Mato Grosso e 3000% maior que o Distrito Federal e Goiás. Em Goiás e Distrito Federal deve estar ocorrendo subnotificação.

Tabela 36**Brasil e Centro-Oeste – Indicadores de morbidade**

2004-2012

	2012	2010	2009	2008	2007	2005	2004
Coqueluche							
Mato Grosso do Sul	95	24	6	28	25	22	40
Mato Grosso	23	3	14	10	4	3	15
Goiás	75	10	36	18	13	58	35
Distrito Federal	62	15	45	32	9	23	45
Sífilis congênita							
Mato Grosso do Sul	183	106	137	104	54	91	32
Mato Grosso	110	66	40	58	65	44	16
Goiás	113	74	65	79	56	102	115
Distrito Federal	118	93	66	70	113	142	135
Taxa de incidência de doenças transmissíveis							
Aids							
Mato Grosso do Sul	25,27	17,88	13,47	19,56	17,33	16,69	17,93
Mato Grosso	19,39	17,36	10,66	18,43	19,41	16,55	23,82
Goiás	16,54	13,99	9,06	12,23	10,55	11,92	14,61
Distrito Federal	21,26	15,80	10,78	18,22	18,49	16,42	20,77
Brasil	20,20	17,94	11,55	18,18	17,79	15,05	17,01
Tuberculose							
Mato Grosso do Sul	37,08	33,61	37,53	37,58	36,33	40,54	38,37
Mato Grosso	42,66	38,71	32,75	36,45	34,60	39,95	35,32
Goiás	15,08	14,76	14,97	13,82	9,57	17,35	17,41
Distrito Federal	14,01	11,17	11,01	13,73	16,84	14,96	16,48
Brasil	37,28	37,57	38,41	37,48	38,02	43,78	43,92
Dengue							
Mato Grosso do Sul	397,79	2.537,99	591,26	32,19	2.971,42	28,62	13,22
Mato Grosso	1.069,13	1.156,13	1.723,38	222,81	565,04	230,12	82,20
Goiás	405,77	1.657,40	739,58	605,95	257,49	338,67	95,05
Distrito Federal	55,96	594,55	32,49	45,48	47,00	17,44	7,84
Brasil	301,47	514,09	204,26	293,35	265,56	84,87	35,00

continua

	2012	2010	2009	2008	2007	2005	2004
Leishmaniose tegumentar americana							
Mato Grosso do Sul	5,63	3,80	4,28	5,22	4,29	5,87	8,79
Mato Grosso	84,58	79,54	131,19	85,23	94,67	130,24	138,25
Goiás	5,09	9,38	7,69	5,99	4,40	9,32	7,50
Distrito Federal	1,28	2,06	1,27	0,90	1,40	1,29	2,50
Brasil	11,86	11,59	11,37	10,63	11,44	14,12	15,82
Leishmaniose visceral							
Mato Grosso do Sul	11,86	3,80	6,99	10,02	9,57	8,83	10,09
Mato Grosso	1,86	79,54	2,27	1,96	1,07	0,71	0,73
Goiás	0,47	9,38	0,61	0,55	0,38	0,23	0,31
Distrito Federal	0,42	2,06	0,42	0,55	0,53	0,39	-
Brasil	1,58	11,59	1,86	1,78	1,69	1,89	1,80
Hanseníase							
Mato Grosso do Sul	35,21	27,19	27,79	27,31	-	-	-
Mato Grosso	82,40	85,07	90,31	92,60	-	-	-
Goiás	36,26	41,49	44,40	47,61	-	-	-
Distrito Federal	7,14	7,78	9,44	10,21	-	-	-
Brasil	17,39	18,75	19,88	21,53	-	-	-

Outro ponto que merece destaque na análise são as taxas altíssimas de suicídios em nosso estado.

Tabela 37

Brasil e Centro-Oeste – Taxa de mortalidade por causas externas

2010-2011

	2011	2010
Suicídios		
Mato Grosso do Sul	8,5	7,7
Mato Grosso	5,1	5,3
Goiás	5,6	5,2
Distrito Federal	3,8	5,8
Brasil	5,1	5,0

Na Tabela 37, fica clara a necessidade de criar uma rede de atenção específica nas áreas de ortopedia e trauma.

Tem fator e confundimento? Sim. Mortalidade indígena? Mas e a causa da indução ao suicídio pela população indígena? Quanto representa a popu-

Tabela 38**Brasil e Centro-Oeste – Taxa de internação hospitalar por causa externas (SUS)
2009-2012**

	2012	2010	2009
Causas externas			
Mato Grosso do Sul	71,02	68,53	67,37
Mato Grosso	69,40	56,05	55,05
Goiás	67,42	59,32	58,68
Distrito Federal	51,35	49,96	47,08
Brasil	51,50	48,71	46,20
Quedas			
Mato Grosso do Sul	25,95	20,33	18,39
Mato Grosso	14,75	11,15	10,58
Goiás	29,50	28,26	24,84
Distrito Federal	24,16	20,33	16,62
Acidentes de transporte terrestre			
Mato Grosso do Sul	8,68	7,92	6,29
Mato Grosso	10,87	12,05	10,14
Goiás	11,80	12,77	12,63
Distrito Federal	6,23	8,96	6,92
Brasil	8,21	8,44	7,01

lação indígena em relação ao total da população do estado? Mascaramento todo este processo de aumento dos casos de suicídio, que propalam ser indígena, está a população branca exposta a um fator comum, epidemiologicamente um indicador direto de aumento de casos de suicídio, que é o agrotóxico.

E falando em agrotóxicos, é importante o Senado incorporar o compromisso em estruturar um Centro Avançado de Pesquisas em Toxicologia Humana e Ambiental para o estado, que tem no agronegócio uma matriz produtiva importante, gera riscos à saúde da população, até o presente momento completamente desumanizada, sem chance das populações (e do meio ambiente) expostos aos riscos terem diagnóstico e tratamentos corretos. Isto se torna uma “bola de neve” com pessoas sem potencial laborativo, que se tornam dependentes da Previdência Social, além de ser fator de diminuição da população economicamente ativa. Também não há controle sobre o uso de pesticidas em Mato Grosso do Sul. Estamos sobre o “aquífero guarani”, diretamente exposto à contaminação. No estado de Mato Grosso dez poços artesianos monitorados do aquífero Guarani estão contaminados. A pesquisa é do Professor da UFMT Wanderlei Pignatti.

O melhor indicador, neste caso de Mato Grosso do Sul, é o das doenças cardiovasculares agudas. Ele é capaz de apontar a real diferença entre assistência preventiva e desassistência.

Na atenção básica a estratégia de saúde da família apresenta uma cobertura aproximada de 62% da população e com a alteração da cobertura proposta por equipe, pelo ministério, essa cobertura populacional deve cair para próximo da metade.

Desta forma, temos que a atenção básica que já é precária e um nó crítico, não depende apenas do governador, pois também é obrigação dos municípios. Se não for resolvida a (des)organização da carreira para os profissionais de saúde, iremos terminar a cada ano com subterfúgios e soluções mirabolantes, sem resolver a necessária cobertura de 100.000 médicos que precisamos no país para a Atenção Básica. Isto porque os municípios não conseguem oferecer carreira e pagar salários para os médicos sem a ajuda do estado e da União. Por falta dos municípios terem a saúde como uma prioridade as unidades básicas de saúde oferecidas são precaríssimas. Bom seria se o governo federal fizesse um projeto arquitetônico piloto, tipo CIEPS idealizado por Darci Ribeiro, que possibilitasse velocidade de construção/instalação, baixo custo, conforto e adequação estrutural às exigências dos atendimentos a serem realizados. Hoje existe o Manual do Ministério da Saúde para edificações hospitalares. Este projeto para unidades básicas de saúde seria um passo adiante.

Entretanto, avaliando a conjuntura atual, urge que o estado adote como prioridade otimizar os serviços das equipes já implantadas, criando mecanismos que garantam a oferta integral de todos os recursos instalados, humanos e materiais, durante todo o período de funcionamento da unidade. Só então o estado poderá pensar em ampliação de cobertura para atender a nova proposição do ministério.

É fundamental que o estado venha a intervir de forma mais enérgica nas soluções das dificuldades de acesso da população aos procedimentos de média e alta complexidades, em especial às consultas e aos exames especializados que precisam ser garantidos nas micro e macrorregiões de saúde. Essa intervenção não pode se limitar a transferência de alguns poucos incentivos financeiros a municípios para a realização de cerca de 60 procedimentos. Essa intervenção precisa de forma muito mais responsável garantir, isso sim, o acesso da população a tais procedimentos. Com incentivos, mas com um monitoramento muito mais eficaz, e quando necessário, assumir o papel de execução seja com serviços contratados seja com serviços próprios, adotando como organizadores desse papel executor os “Centros de Referência de Atenção Especializada em Saúde”.

FINANCIAMENTOS

Tabela 39 (parte 1)

Mato Grosso do Sul – Análise dos recursos efetivamente aplicados em saúde nos primeiros 7 anos do atual governo

2007-2013

	2007	2008	2009	2010
Receitas de impostos e transferências constitucionais e legais	3.424.224.660,63	4.078.834.124,41	4.104.504.867,90	4.463.259.027,48
Despesas totais (liquidada) lançadas em saúde	512.066.105,64	609.057.087,82	750.554.034,23	817.317.828,77
Previsão de despesas com recursos transferidos pela União (-)	116.309.581,34	175.197.700,00	155.852.946,86	157.069.186,31
Encargos da dívida estadual (-)	18.524.402,71	16.298.212,43	13.971.900,97	11.268.523,70
Amortização da dívida (-)	155.236.400,67	148.942.638,90	186.640.871,41	202.824.959,73
Rateio (-)				
Lançamentos indevidos (Encargos+ amortização + rateio)	173.760.803,38	165.240.851,33	200.612.772,38	214.093.483,43
Despesas com recursos próprios por fonte (REAL)	221.995.720,92	268.618.536,49	394.088.314,99	446.155.159,03
SIOPS	460.792.340,72	529.451.391,72	606.571.452,85	666.095.580,05
Desp. com recursos próprios + federais (REAL)	338.305.302,26	443.816.236,49	549.941.261,85	603.224.345,34
% Despesas com recursos próprios REAL	6,48%	6,59%	9,60%	10,00%
% Despesas com recursos próprios SIOPS	13,46%	12,98%	14,78%	14,92%
Mínimo obrigatório 12%	410.906.959,28	489.460.094,93	492.540.584,15	535.591.083,30
Efetivamente executado	221.995.720,92	268.618.536,49	394.088.314,99	446.155.159,03
Recurso não aplicado para cumprir o mínimo obrigatório	¹ 88.911.238,36	220.841.558,44	98.452.269,16	89.435.924,27
Investimentos com recursos federais + estaduais	6.307.326,66	20.924.121,70	35.228.429,27	57.387.253,43
Investimentos só com recursos estaduais				
Total de investimentos/despesas totais em saúde	1,86%	4,71%	6,41%	9,51%
				Ano eleitoral

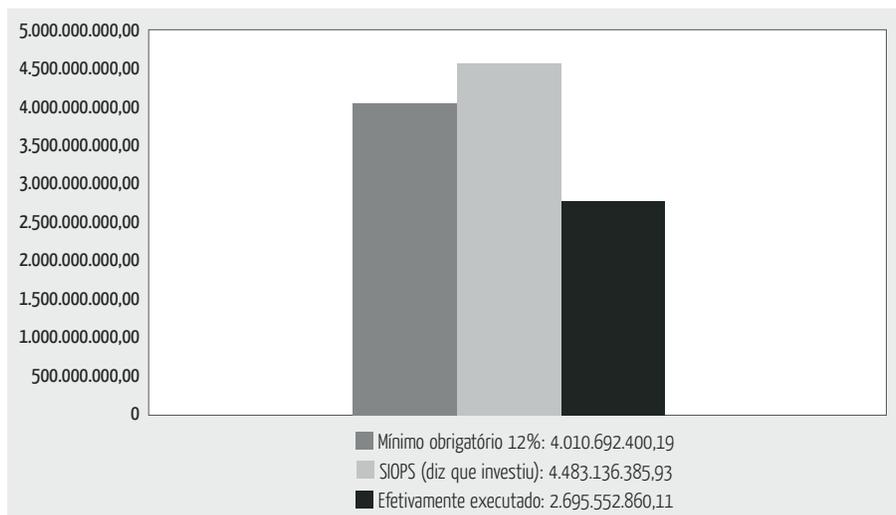
Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Tabela 39 (conclusão)**Mato Grosso do Sul – Análise dos recursos efetivamente aplicados em saúde nos primeiros 7 anos do atual governo**

2007-2013

	2011	2012	2013	Em 7 anos
Receitas de impostos e transferências constitucionais e legais	5.293.907.152,03	5.673.954.352,99	6.383.752.482,82	33.422.436.668,26
Despesas totais (liquidada) lançadas em saúde	669.825.134,91	839.731.001,94	929.650.920,84	5.128.202.114,15
Previsão de despesas com recursos transferidos pela União (-)	140.006.399,44	161.039.085,26	170.884.803,70	1.076.359.702,91
Encargos da dívida estadual (-)	8.384.401,25			68.447.441,06
Amortização da dívida (-)	175.624.141,65			869.269.012,36
Rateio (-)		197.056.886,56	221.516.211,15	418.573.097,71
Lançamentos indevidos (Encargos+ amortização + rateio)	184.008.542,90	197.056.886,56	221.516.211,15	1.356.289.551,13
Despesas com recursos próprios por fonte (REAL)	345.810.192,57	481.635.030,12	537.249.905,99	2.695.552.860,11
SIOPS	737.960.077,27	684.460.911,87 642.674.115,38	797.804.631,45	4.483.136.385,93
Desp. com recursos próprios + federais (REAL)	485.816.592,01	642.674.115,38	708.134.709,69	3.771.912.563,02
% Despesas com recursos próprios REAL	6,53%	8,49%	8,42%	8,01%
% Despesas com recursos próprios SIOPS	13,94%	12,06%	12,50%	13,52%
		11,33%		
Mínimo obrigatório 12%	635.268.858,24	680.874.522,36	766.050.297,94	4.010.692.400,19
Efetivamente executado	345.810.192,57	481.635.030,12	537.249.905,99	2.695.552.860,11
Recurso não aplicado para cumprir o mínimo obrigatório	289.458.665,67	199.239.492,24	228.800.391,95	1.315.139.540,09
Investimentos com recursos federais + estaduais	24.396.605,11	21.883.632,91	14.112.163,93	180.239.533,01
Investimentos só com recursos estaduais		16.022.566,31		
Total de investimentos/despesas totais em saúde	5,02%	3,41%	1,99%	4,78%

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Gráfico 5**Mato Grosso do Sul – Análise dos recursos próprios efetivamente aplicados em sete anos (compilado) 2007-2013**

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Tabela 40**Brasil e Centro-Oeste – Evolução dos investimentos em saúde ano a ano 2007-2013**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos com recursos federais+estaduais	6.307.326,66	20.924.121,70	35.228.429,27	57.387.253,43	24.396.605,11	21.883.632,91	14.112.163,93

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Tabela 41**Brasil e Centro-Oeste – Análise dos recursos efetivamente aplicados em saúde nos primeiros sete anos do atual governo 2007-2013**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Despesas (mínimo legal)	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
% Despesas com recursos próprios SIOPS (apresentadas)	13,46%	12,98%	14,78%	14,92%	13,94%	12,06%	12,50%
% Despesas com recursos próprios REAL	6,48%	6,59%	9,60%	10,00%	6,53%	8,49%	8,42%

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Tabela 42

MS, MT, GO e TO – Quadro comparativo de financiamento em saúde

Indicador	Valor	MS	MT	GO	TO
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do estado	55,97%	46,88%	83,29%	22,71%
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	22,95%	29,07%	52,90%	56,94%
1.3	Participação % das transferências para a saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	6,10%	9,80%	2,60%	5,40%
1.4	Participação % das transferências da União para a saúde no total de recursos transferidos para a saúde no estado	99,80%	80,40%	100,00%	100,00%
1.5	Participação % das transferências da União para a saúde (SUS) no total de transferências da União para o estado	12,80%	11,90%	4,90%	6,70%
1.6	Participação % da receita de impostos e transferências constitucionais e legais na receita total do estado	67,50%	61,30%	109,40%	65,70%
2.1	Despesa total com saúde, sob a responsabilidade do município, por habitante	335,21	325,22	188,05	690,45
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com saúde	29,91%	43,27%	47,86%	56,56%
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com saúde	2,77%	1,73%	5,23%	0,44%
2.4	Participação da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com saúde	4,33%	10,97%	10,56%	25,88%
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com saúde	2,61%	0,76%	2,13%	1,97%
2.20	Subfunções vinculadas	49,24%	51,23%	46,01%	35,32%
2.21	Atenção básica	3,69%	4,66%	3,96%	0,06%
2.22	Assistência hospitalar e ambulatorial	41,85%	41,97%	34,53%	30,84%
2.23	Suporte profilático e terapêutico	2,29%	4,17%	6,26%	0,80%
2.24	Vigilância sanitária	0,55%	0,06%	0,17%	0,07%
2.25	Vigilância epidemiológica	0,87%	0,37%	1,10%	3,54%
2.26	Alimentação e nutrição	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2.30	Informações complementares	6,97%	0,87%	0,00%	0,21%
3.1	Participação das transferências para a saúde em relação à despesa total do município com saúde	18,75%	29,62%	7,80%	17,53%
3.2	Participação da receita própria aplicada em saúde conforme a EC 29/2000	12,06%	12,67%	12,12%	18,48%

A omissão do estado na saúde pública tem o retrato perfeito na proporção de médicos, dentistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem por habitante. O governo Puccinelli, com a Lei do Rateio, investiu apenas 8% dos

Tabela 43

Brasil e Centro-Oeste – Evolução dos investimentos em saúde ano a ano
2007-2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimentos com recursos federais+estaduais	6.307.326,66	20.924.121,70	35.228.429,27	57.387.253,43	24.396.605,11	21.883.632,91	14.112.163,93

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

Tabela 44

Brasil e Centro-Oeste – Análise dos recursos efetivamente aplicados em saúde nos primeiros sete anos do atual governo
2007-2013

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Despesas (mínimo legal)	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
% Despesas com recursos próprios SIOPS (apresentadas)	13,46%	12,98%	14,78%	14,92%	13,94%	12,06%	12,50%
% Despesas com recursos próprios REAL	6,48%	6,59%	9,60%	10,00%	6,53%	8,49%	8,42%

Fonte: SIOPS, Relatórios de gestão SES/MS e Relatório da AGE/MS.

12% que deveria investir na saúde. E no curso da sua administração, não fez nenhum concurso significativo, que possibilitasse interiorizar recursos humanos e incrementar gradativamente os hospitais regionais com aumento do potencial de resolubilidade. Transferiu para o município de Coxim um hospital regional, “lavando as mãos” do compromisso com a saúde da população, praticamente obrigando o prefeito de um pequeno município a assumir tamanha responsabilidade de estado. É lógico que não prosperou. A sorte do paciente grave de Coxim é conseguir chegar com vida em Campo Grande e conseguir vaga.

Em Nova Andradina a situação é semelhante. O hospital só possui clínica médica, ginecologia, cirurgia geral, pediatria e urologia. O único procedimento que faz de alta complexidade é vasectomia, dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNEs).

Em Ponta Porã, o hospital regional está há anos em uma reforma intermi-nável. A situação de obras eternamente inacabadas é fator de desativação de uns serviços, precarização de outros e impossibilidade de que outros se instalem.

Em Naviraí temos uma situação peculiar, pois é um município em que existe o hospital municipal bem estruturado, mas faltam profissionais especializados para assumir serviços de maior complexidade.

Em outros municípios do porte de Naviraí, pelo interior do estado existem dezenas de hospitais filantrópicos que prestam serviços para o SUS. Como esta rede filantrópica não tem potencial de contratação de equipes, o que possibilitaria a organização dos serviços, os hospitais acabam por servir mais aos interesses dos médicos do que da população. Seria importante a proposição de um projeto de lei em que os municípios assumissem seu papel na assistência básica e hospitalar, onde profissionais pudessem ter os salários compostos pelas três esferas, tal qual o Fundo Municipal de Saúde. Não há como falar de Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), se não se organizar a carreira dos profissionais que farão cumprir as metas pactuadas.

ECONOMIA DO ESTADO

PIB, FINANÇAS PÚBLICAS, ENDIVIDAMENTO, PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS

APRESENTAÇÃO

O presente diagnóstico traz um breve panorama da socioeconomia sul matogrossense. Os dados e informações são apresentados de acordo com a regionalização proposta pela Superintendência de Planejamento do governo estadual.

O relatório foi elaborado com base na pesquisa de dados secundários, especialmente, consulta ao Banco de Dados do Estado, e na pesquisa documental oficial, como o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul 2011 e Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento, produzido em 2011 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia.

O objetivo deste diagnóstico é orientar a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores - PT ao governo estadual nas eleições de outubro de 2014. Para tanto, é necessário alinhar o nível de conhecimento entre os membros da equipe, extrair diretrizes que possam balizar o diálogo com as lideranças que possam contribuir com a campanha e gerar questionamentos e críticas que possam pautar a construção de um plano de governo moderno e inovador.

DADOS E INFORMAÇÕES

Tabela 44

Mato Grosso do Sul – Produto Interno Bruto
2007-2010

Variável	2007	2008	2009	2010
PIB (R\$ milhão)	28.121,42	33.142,75	36.368,09	43.514,21
PIB <i>per capita</i> (R\$1,00)	12.411,18	14.187,47	15.406,96	17.765,68

Fonte: BDE/MS.

Tabela 45

Mato Grosso do Sul – Variação nominal (em %)
2007-2012

Variável	2007	2008	2009	2010	Média	Acumulada
PIB	15,5	17,9	9,7	19,6	15,6	62,7
PIB <i>per capita</i>	17,2	14,3	8,6	15,3	13,8	55,4

Fonte: Elaboração do autor.

Observação 1: Acumulado do IPCA, período de janeiro/2002 a dezembro/2010 foi de 76,31%.

Observação 2: Variação acumulada do PIB de 2007 a 2010: 62,7.

Observação 3: Variação acumulada do PIB *per capita* de 2007 a 2010: 55,4%.

Tabela 46

Mato Grosso do Sul – Emprego (pessoas economicamente ativas)
2007-2012

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação
Total	1.295.859	1.332.416	1.342.581	-	1.343.878	1.375.418	6,1
Homens	731.780	743.700	749.914	-	760.049	783.819	7,1
Mulheres	564.079	588.716	592.667	-	583.829	591.599	4,9

Fonte: BDE/MS.

Tabela 47

Mato Grosso do Sul – Índice de Desenvolvimento Humano
2000-2010

Variável	2000	2010	Variação
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	0,778	0,729	-6,3
IDH - educação	0,864	0,629	-27,2
IDH - longevidade	0,751	0,833	10,9
IDH - renda	0,718	0,74	3,1

Fonte: BDE/MS.

Tabela 48

Mato Grosso do Sul – Remuneração, por sexo e por faixa de rendimento (salário-mínimo) 2007-2012

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Até 1/2 SM - mulheres	63.967	69.364	72.469	-	46.911	43.123
Até 1/2 SM - homens	25.848	24.930	22.368	-	11.824	12.139
Até 1/2 SM - total	89.815	94.294	94.837	-	58.735	55.262
Mais de 1/2 a 1 SM - homens	109.197	97.481	106.183	-	84.365	88.762
Mais de 1/2 a 1 SM - total	235.519	228.510	232.220	-	197.106	218.557
Mais de 1/2 a 1 sm - mulheres	126.322	131.029	126.037	-	112.741	129.795
Mais de 1 a 2 sms - total	450.699	470.459	484.920	-	502.633	540.118
Mais de 1 a 2 sm - mulheres	183.827	177.710	203.227	-	211.696	226.925
Mais de 1 a 2 sm - homens	266.872	292.749	281.693	-	290.937	313.193
Mais de 2 a 3 sm - homens	107.908	115.050	116.262	-	156.902	131.480
Mais de 2 a 3 sm - total	150.229	163.638	159.428	-	219.976	188.422
Mais de 2 a 3 sm - mulheres	42.321	48.588	43.166	-	63.074	56.942
Mais de 3 a 5 sm - total	102.737	101.622	120.046	-	121.419	160.788
Mais de 3 a 5 sm - mulheres	31.662	32.918	40.012	-	44.547	54.010
Mais de 3 a 5 sm - homens	71.075	68.704	80.034	-	76.872	106.778
Mais de 5 a 10 sm - mulheres	28.426	26.208	25.208	-	34.692	33.917
Mais de 5 a 10 sm - homens	51.696	46.981	51.048	-	67.804	65.730
Mais de 5 a 10 sm - total	80.122	73.189	76.256	-	102.496	99.647
Mais de 10 a 20 sm - homens	30.692	27.163	26.785	-	22.070	25.544
Mais de 10 a 20 sm - total	40.706	35.472	36.552	-	31.925	33.081
Mais de 10 a 20 sm - mulheres	10.014	8.309	9.767	-	9.855	7.537
Mais de 20 sm - total	14.540	13.427	11.970	-	15.770	12.562
Mais de 20 sm - mulheres	2.585	2.876	2.205	-	2.760	1.675
Mais de 20 sm - homens	11.955	10.551	9.765	-	13.010	10.887
Sem rendimento - mulheres	74.955	88.516	70.261	-	52.426	33.068
Sem rendimento - homens	55.891	54.979	55.146	-	28.775	24.281
Sem rendimento - total	130.846	143.495	125.407	-	81.201	57.349

Fonte: BDE/MS.

AS REGIÕES DO ESTADO

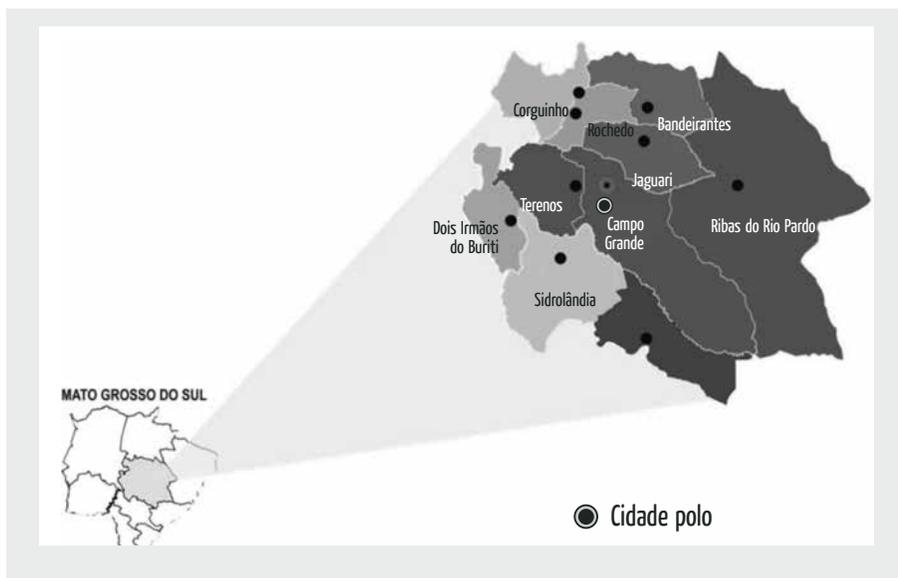
REGIÃO DE CAMPO GRANDE

Ver Figura 6, na página seguinte.

■ A região tem como principal polo econômico o município de Campo Grande, maior centro industrial, comercial e de serviços do estado.

Figura 6

Mapa da região de Campo Grande



Fonte: Semac/Suplan/2011.

■ O setor industrial vem se expandindo, principalmente nos setores de alimento, confecções, álcool combustível e metalomecânico, com destaque para os municípios de Campo Grande, Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul.

■ Esta é uma região que detém o maior contingente populacional do estado, onde vivem 916.927 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo de 2010.

■ Campo Grande tem uma densidade demográfica de 18,29 hab/km², onde 93% da sua população vive na área urbana, com destaque para a urbanização observada no município de Campo Grande, que é de 98,66%, segundo dados de 2010, contra 85,64% de média do estado.

■ A economia da região de Campo Grande gerou em 2008 um Produto Interno Bruto avaliado em R\$ 12,21 bilhões, representando 36,84% da riqueza produzida no estado naquele ano.

■ O perfil da economia da região está centrado na atividade de comércio e serviços, segmentos que respondem por 74,76% do valor adicionado no agregado economia.

■ A indústria aparece como a segunda atividade da região, respondendo por 18,45% do valor adicionado regional.

■ Esta região é polarizadora da estrutura de comércio e serviços dentro do estado, concentrando 40,47% dos estabelecimentos comerciais de Mato Grosso do Sul e 36,19% das salas de aula oferecidas à população estadual em 2009.

■ Na área de saúde é detentora de 42,05% dos leitos hospitalares existentes no ano de 2010.

■ A rede de serviços bancários também tem grande parte de seu atendimento localizado na região de Campo Grande, onde estão localizadas 104 agências bancárias das 255 existentes no estado, segundo dados de 2010.

■ A região tem uma produção agrícola significativa, produzindo mais de 1,10 milhões de toneladas de grãos; dentre os principais produtos cultivados destacam-se: soja, milho e cana-de-açúcar.

■ A área ocupada com agricultura vem crescendo nos últimos anos, com destaque para os municípios de Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Campo Grande. De maneira geral, a agricultura na região, embora esteja em expansão, é um elemento de importância secundária em relação aos demais setores econômicos.

■ A pecuária vem reduzindo seu rebanho na bovinocultura e expandindo na avicultura de corte e de postura, principalmente nos municípios de Sidrolândia, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti e Terenos.

■ No que diz respeito ao turismo, existe um grande potencial ainda pouco explorado economicamente. Campo Grande tem se sobressaído com o turismo de negócios e de eventos pela infraestrutura hoteleira e de recepção a eventos.

REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

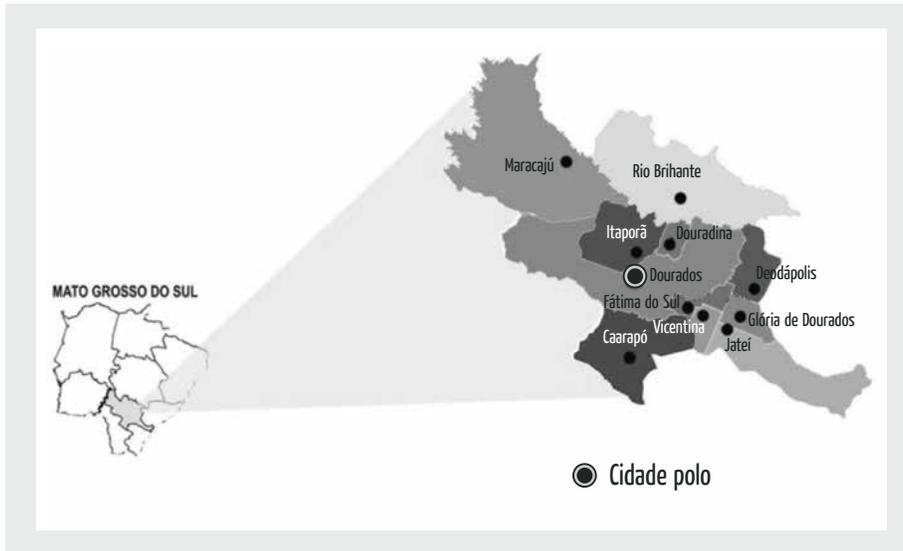
Ver Figura 7, na página seguinte.

■ Esta é uma região que passou por um rápido crescimento econômico, fundamentado na exploração de grandes lavouras (soja, milho e trigo) e na exploração da pecuária. Hoje resta pouco da cobertura vegetal original.

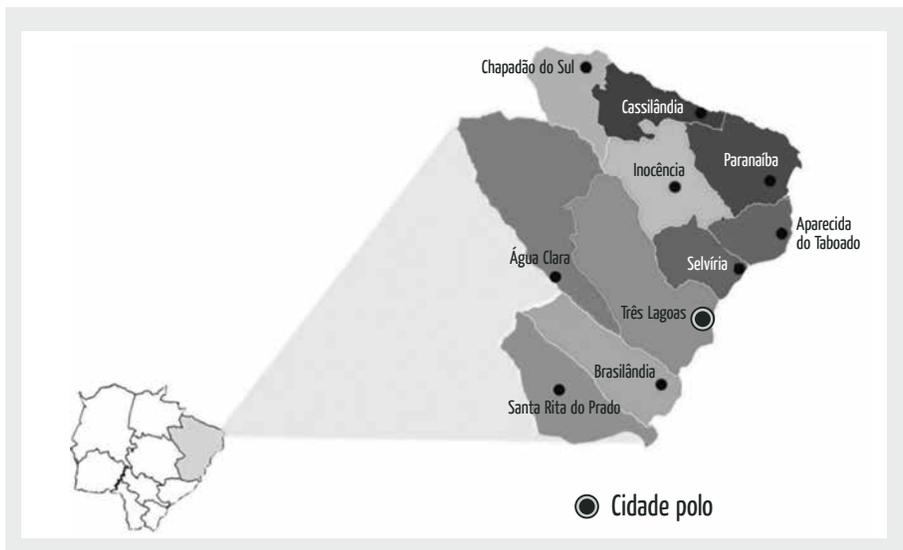
■ A soja, principal cultura explorada na região, está concentrada nos municípios de Maracaju, Caarapó, Rio Brillhante, Fátima do Sul, Itaporã e Dourados, sendo este último um dos maiores centros do agronegócio no Brasil.

■ A região possui forte tendência para bovinocultura de corte. Existem frigoríficos com serviço de inspeção federal cujos produtos são comercializados tanto dentro do estado quanto externamente, com outros estados e países. Ressalta-se também a suinocultura, que conta com sistemas integrados de produção, liderados por empresas de alta tecnologia e com capacidade de exportação para outros estados e países.

■ A avicultura e a ovinocultura vêm experimentando um período de expansão.

Figura 7**Mapa da região da Grande Dourados**

Fonte: Semac/Suplan/2011.

Figura 8**Mapa da região do Bolsão**

Fonte: Semac/Suplan/2011.

■ A indústria liga-se principalmente às áreas de esmagamento de soja, álcool e abate de animais, com razoável grau de diversificação e verticalização da cadeia produtiva. Dourados é o principal polo industrial, comercial e de serviços da região.

■ A região da Grande Dourados vem se transformando em polo de produção de álcool e açúcar no estado. Das 21 unidades industriais desse segmento em operação atualmente no Mato Grosso do Sul, sete estão localizadas em municípios dessa região, sendo três unidades em Rio Brillhante e uma unidade nos municípios de Dourados, Caarapó, Maracaju e Vicentina.

REGIÃO DO BOLSÃO

Ver Figura 8.

■ É uma região que se desenvolveu dentro de características agropastoris com forte predomínio de pecuária. Porém, nos últimos anos, vem se esforçando para diversificar sua economia com a expansão de polos industriais, onde se destacam os municípios de Três Lagoas e Aparecida do Taboado. Neste sentido alguns setores têm adquirido características promissoras, entre eles o da indústria oleiro-cerâmica, de derivados de leite, o têxtil, o de confecções, frigorífico e o da indústria de produtos e subprodutos oriundos da silvicultura, papel e sucroalcooleira.

■ A agricultura da região, com exceção do município de Chapadão do Sul, se apresenta com baixa dinâmica, sempre ocupou papel secundário na economia da maior parte dos seus municípios. Isso se explica pela aptidão dos solos mais favoráveis à pecuária de corte e de leite e à silvicultura. A partir de 2010 a produção de cana-de-açúcar passa a ter destaque, com 4.080.513 toneladas, onde os municípios relevantes nessa cultura são Aparecida do Taboado, com 1.466.800 toneladas, seguido de Chapadão do Sul com 901.670 toneladas, Paranaíba com 637.500 toneladas e Santa Rita do Pardo com 648.000 toneladas.

■ Com a inclusão do município de Chapadão do Sul, a região do Bolsão ganha peso na agricultura, ampliando a sua produção agrícola em mais 490 mil toneladas, passando de pouco mais de 80 mil para 574 mil toneladas, com destaque para a produção de soja e milho em Chapadão do Sul que soma mais de 427 mil toneladas em 2010, isso melhora o potencial da região do Bolsão na atração de investimentos no setor industrial.

■ Quanto à pecuária, a proximidade com outros centros produtores e de comercialização tradicionais do Brasil (Minas Gerais, Goiás e São Paulo), tem favorecido o aperfeiçoamento tecnológico e genético dos rebanhos existentes

nas inúmeras propriedades destinadas à atividade, onde o município de Três Lagoas tem o maior rebanho bovino regional, estimado em 754 mil cabeças em 2009.

■ A região do Bolsão tem características muito próprias devido a sua estreita ligação e proximidade com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Há forte relação socioeconômica com estes estados, sendo fornecedora de produtos básicos e, ao mesmo tempo, importadora de máquinas, equipamentos, peças, remédios, produtos veterinários, adubos, herbicidas e outros produtos industrializados de que necessita.

REGIÃO DO CONE SUL

Ver Figura 9, abaixo.

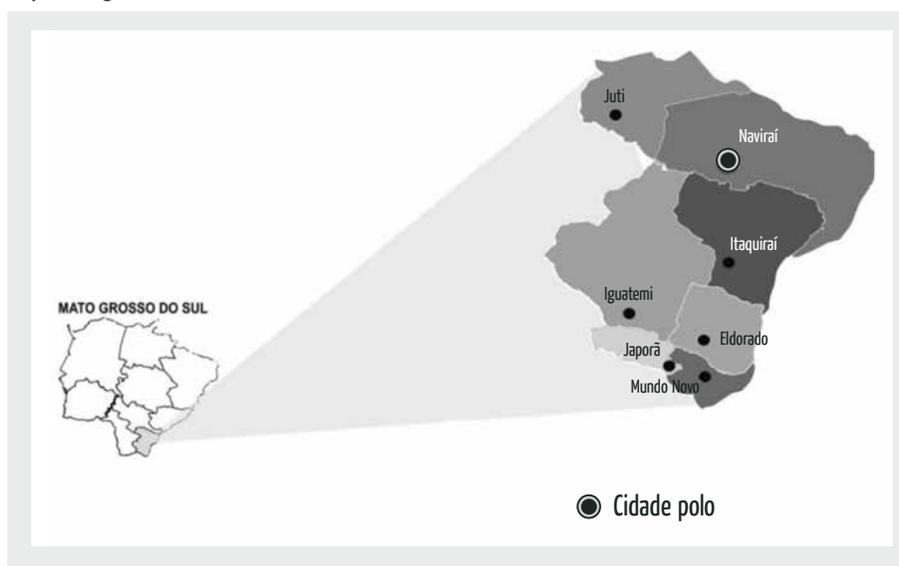
■ A região do Cone Sul tem sua formação econômica fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a produção de grãos nos municípios de Naviraí e Itaquiraí, destacando-se as culturas de milho, soja e cana-de-açúcar.

■ A pecuária bovina de corte tem rebanho estimado em um milhão de cabeças, com maior expressão nos municípios de Iguatemi, Naviraí e Itaquiraí.

■ Na região também se desponta a avicultura de corte nos municípios de Juti e Naviraí.

Figura 9

Mapa da região do Cone Sul



■ Como maior polo econômico e de liderança urbana da região aparece o município de Naviraí.

■ Além da força da sua agropecuária, este município vem experimentando um rápido crescimento da indústria e da agroindústria, onde se destacam os setores de alimento, com beneficiamento de carne, grãos, mandioca e leite; o sucroalcooleiro, da metalurgia, de cerâmica e o têxtil.

■ O PIB dessa região foi estimado no ano de 2008 em R\$ 1,34 bilhões, sendo o município de Naviraí responsável por 44,9% da formação da riqueza regional. As menores economias regionais estão nos municípios de Japorã, que contribuiu com 2,64% do PIB do Cone Sul, seguido de Juti, que representou 4,04% do PIB da região.

■ A região detém uma população residente estimada em 122.120 habitantes, dados de 2010, sendo que 74,80% residem na zona urbana, contra uma taxa de urbanização de 85,64% observada para o estado.

■ Esta região caracteriza-se pela expressiva presença da agricultura familiar, o que justifica uma menor taxa de urbanização, onde existem atualmente mais de vinte assentamentos rurais que abrigam mais de 4 mil famílias de pequenos agricultores e comunidades indígenas. Essas comunidades com produção de subsistência aparecem principalmente nos municípios de Itaquiraí, Iguatemi, Japorã e Juti, onde desenvolvem pequena produção de leite, fruticultura e criação de pequenos animais para o sustento familiar.

REGIÃO DO PANTANAL

Ver Figura 10, na página seguinte.

■ A ocupação econômica regional está centrada principalmente na pecuária de corte extensiva, com um rebanho de 3,43 milhões de cabeças de bovinos. Grande parte desse rebanho pertence a Corumbá, que detém um rebanho superior a 1,97 milhões de bovinos.

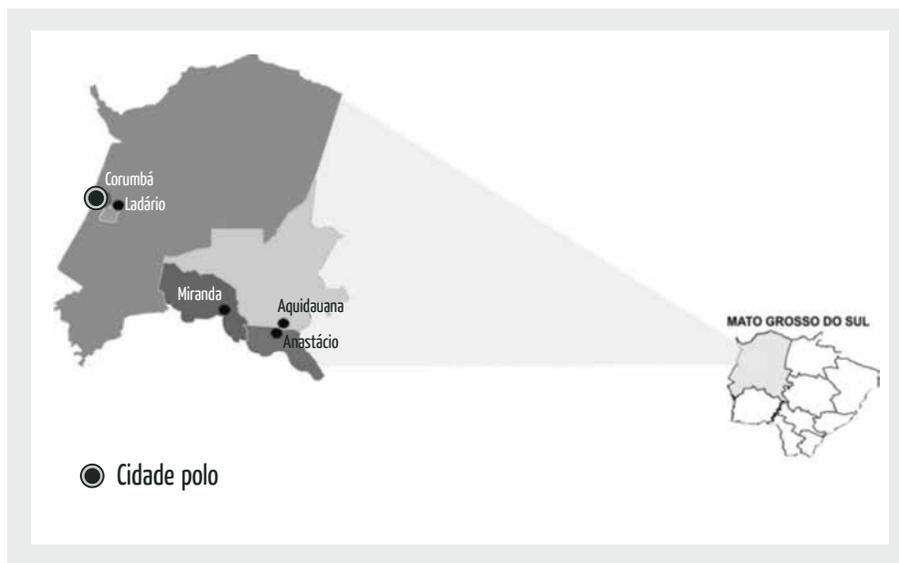
■ A agricultura, em função das características do solo, tem pouca expressão econômica, com destaque apenas para a produção de arroz irrigado no município de Miranda.

■ O turismo apresenta grande potencial e tem forte influência na economia regional, contribuindo para a ocorrência de atividades socioculturais com importância regional, como o Festival América do Sul, festivais de pesca e outros que ocorrem principalmente nos municípios de Corumbá e Aquidauana.

■ A atividade industrial da região está baseada principalmente na mineração, destaque para a extração de minério de ferro e manganês que ocorre nos municípios de Corumbá e Ladário, indústria siderúrgica em Corumbá e Aquidauana, e indústria frigorífica em Anastácio.

Figura 10

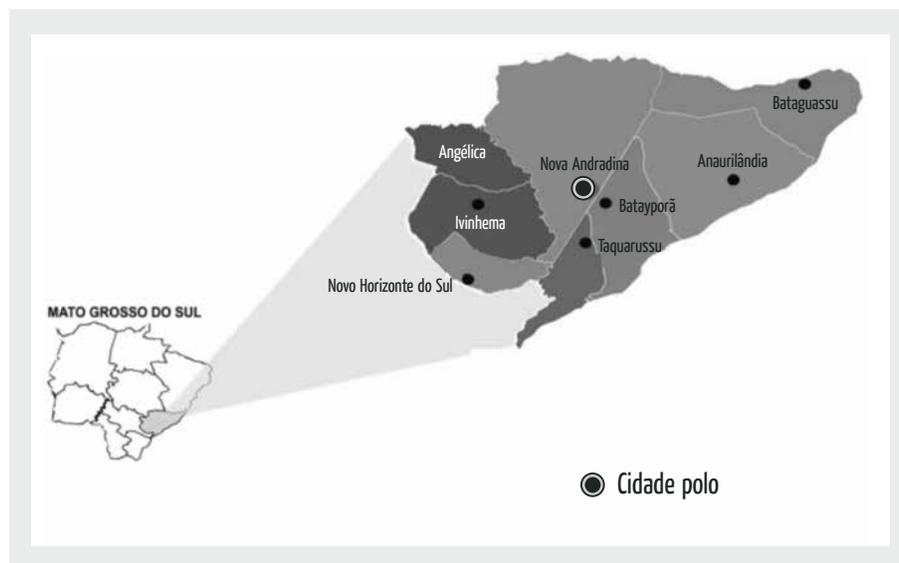
Mapa da região do Pantanal



Fonte: Semac/Suplan/2011.

Figura 11

Mapa da região Leste



Fonte: Semac/Suplan/2011.

REGIÃO LESTE

Ver Figura 11.

■ A exploração da cultura da mandioca se coloca como uma das principais atividades lavoeiras da região, sendo que Ivinhema concentra o maior número de propriedades voltadas para esse segmento.

■ Há o cultivo significativo também de cana-de-açúcar, em especial no município de Nova Andradina.

■ Existem ainda outras culturas, como a soja, o arroz, o trigo, o algodão herbáceo, o feijão e a cana-de-açúcar, que tem relativa importância para a formação do produto agrícola da região.

■ No entanto, embora a agricultura mereça destaque, existe nessa região a propensão para a pecuária, sobretudo a bovinocultura de corte, ao lado da suinocultura, a avicultura e a ovinocultura.

■ Quanto ao setor da indústria, a região do Vale do Ivinhema conta com estabelecimentos voltados principalmente para atividades de esmagamento de soja, produção de açúcar e álcool, frigorífico para abate de animais, laticínios, curtumes, fecularias e confecções, setores estes que imprimem dinâmica peculiar à economia regional. Os principais polos industriais estão nos municípios de Nova Andradina, Bataguassu e Ivinhema.

■ A região Leste, com oito municípios, tem em Nova Andradina o seu maior polo econômico, detém 39,41% do PIB regional estimado em R\$ 1,52 bilhão em 2008.

REGIÃO NORTE

Ver Figura 12, na página seguinte.

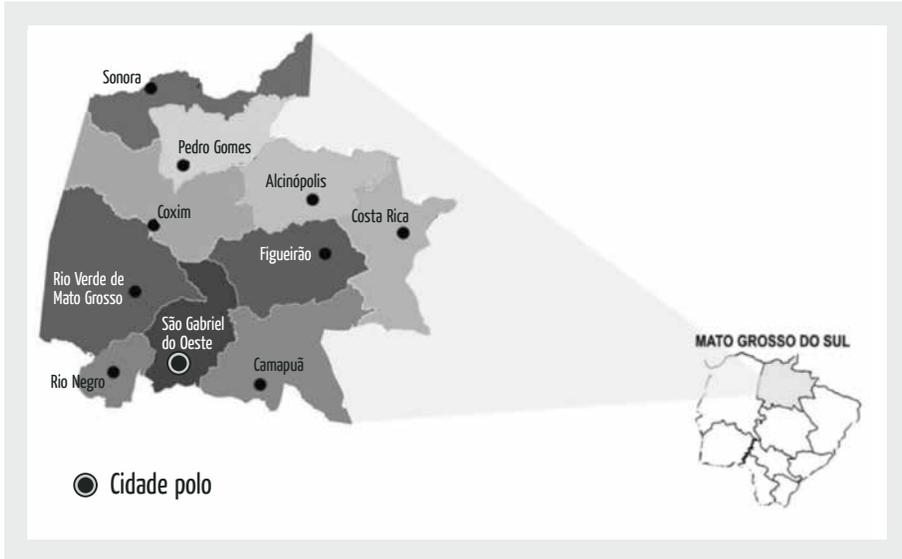
■ O Produto Interno Bruto regional foi estimado em 2008 em R\$ 2,2 bilhões.

■ Sua base econômica está centrada na agropecuária, apresentando predominância de grandes propriedades rurais, tendo em 2010 produzido aproximadamente 1,68 milhões de toneladas de grãos em uma área de 457.484 hectares, aparecendo com destaque os municípios de São Gabriel do Oeste, Costa Rica e Sonora, que juntos respondem por 88,8% da produção de grãos da região, sendo de maior expressão as culturas de soja, milho e algodão. A produção de cana-de-açúcar tem relevância no município de Sonora, com 1.090.550t colhidas em 2010.

■ A pecuária é expressiva na região, onde a pecuária bovina tem grande peso econômico, com rebanho de 6,5 milhões de cabeças em 2009. A região detém 27,3% do rebanho estadual.

Figura 12

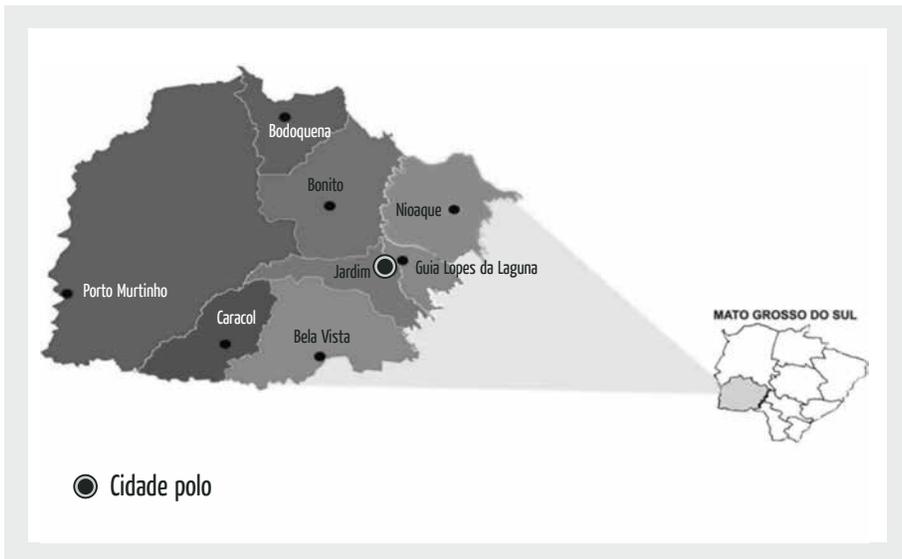
Mapa da região Norte



Fonte: Semac/Suplan/2011.

Figura 13

Mapa da região Sudoeste



Fonte: Semac/Suplan/2011.

■ Os maiores rebanhos municipais estão concentrados nos municípios de Camapuã e Rio Verde de Mato Grosso. A suinocultura de corte vem se mostrando promissora, atraída pela indústria de abate instalada no município de São Gabriel do Oeste.

■ Em 2009 a região detinha um rebanho estático estimado em 140.210 suínos. O registro de abate aponta para 290.181 animais abatidos em São Gabriel do Oeste.

■ Os principais polos de criação suína na região são: São Gabriel do Oeste e Costa Rica. Também a avicultura de corte tem importância econômica com destaque para o município de São Gabriel do Oeste.

■ A atividade industrial está concentrada em poucos municípios, entre eles podemos destacar Sonora, onde aparece o setor sucroalcooleiro e Rio Verde de Mato Grosso, com indústrias frigoríficas, de laticínio, de cerâmica e a de ração animal. Em Costa Rica observa-se a presença da indústria geradora de energia elétrica.

REGIÃO SUDOESTE

Ver Figura 13.

■ A região Sudoeste caracteriza-se por ter um grande número de atrativos turísticos, inclusive com reconhecimento internacional.

■ Destacam-se as modalidades de ecoturismo e o turismo de pesca, localizados principalmente nos municípios de Bonito, Jardim e Porto Murtinho.

■ A Região Sudoeste é formada por oito municípios e ocupa uma extensão territorial de 40.346,7 km². Grande parte de sua base territorial se localiza na parte sul da bacia pantaneira.

■ A principal atividade econômica vem da agropecuária. Maior evidência para a pecuária bovina de corte, com um rebanho de 2,8 milhões de cabeças. Os municípios com maiores rebanhos são: Porto Murtinho - 820 mil cabeças e Bela Vista - 439 mil.

■ A produção agrícola ainda é incipiente, obtendo em 2009 pouco mais de 158 mil toneladas de grãos em uma área de 50.166ha cultivada. Destaque para a produção de soja e milho nos municípios de Bela Vista e Bonito. Outras cultivares aparecem em pequenas quantidades como a cana-de-açúcar e a mandioca, que juntas ocupam uma área de 1.225 ha.

■ Pela avaliação de produção de bens e serviços de 2008, a região Sudoeste é detentora de um PIB estimado em R\$ 1,22 bilhões, onde 12,9% da formação dessa riqueza vem da atividade industrial. Por ser uma região com forte vocação turística, o setor terciário responde por 54,63% da sua economia, seguido do setor primário, com peso de 32,46%.

REGIÃO SUL-FRONTEIRA

■ A região possui forte dependência econômica ligada à produção rural.
■ Em 2010, os municípios que compõem a região produziram mais de 2,02 milhões de toneladas de grãos em uma área de aproximadamente 590 mil hectares.

■ As culturas de maior importância são: a soja e o milho. Ponta Porã, Aral Moreira e Laguna Carapã juntas são responsáveis por 77,6% da área agrícola da região.

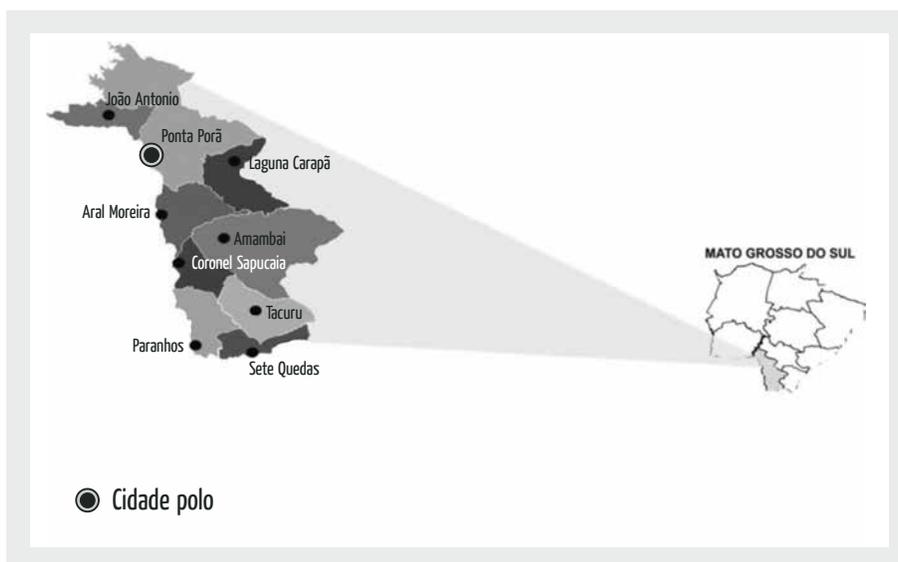
■ A mandioca tem importância local destinada à alimentação da população ou como matéria-prima de fecularias da região e entorno.

■ A erva-mate aparece como atividade cultural e alternativa econômica para a região. Produto importante para a manutenção da tradição da cultura do chimarrão e do tereré. Hoje 100% da produção estadual, estimada em 3.221t em 2009, está concentrada nos municípios que compõem a região Sul-Fronteira, com destaque para Aral Moreira, que responde por 53,3% dessa produção.

■ A pecuária de corte é uma atividade importante na ocupação de áreas com pouca aptidão agrícola, com rebanho estimado em 1,28 milhões de cabeças. As maiores concentrações de bovinos da região estão localizadas nos municípios de Amambai e Ponta Porã. Se expandindo também a criação de

Figura 14

Mapa da região Sul-Fronteira



Fonte: Semac/Suplan/2011.

suínos e aves de corte, que se desenvolvem dentro do processo de integração com a indústria de abate, localizada nos municípios de Caarapó e Dourados, na região da Grande Dourados.

■ A atividade industrial é pouco expressiva, apenas 9,08% da riqueza regional vem da indústria, segundo dados do PIB de 2008. Os principais ramos industriais estão ligados à indústria frigorífica, curtume, erva-mate e produção de fécula de mandioca. Ponta Porã é o maior polo econômico e demográfico. A região tem base econômica significativa que gerou um PIB estimado em R\$ 1,79 bilhão no ano de 2008, com uma população de 184.982 habitantes em 2010.

POTENCIALIDADE ECONÔMICA

Os eixos de desenvolvimento mais dinâmicos são o da indústria (Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas) e o do agronegócio, no nordeste do estado.

O eixo de desenvolvimento da indústria está situado em uma faixa territorial com segmentos de características variadas do Mato Grosso do Sul, ligando as cidades de Corumbá no seu extremo oeste a Três Lagoas, no extremo Leste do estado, passando pela capital, Campo Grande.

O eixo de desenvolvimento do agronegócio está situado ao norte do estado, tendo início na cidade de Campo Grande, passando pelas cidades de Rochedo, Corguinho, Rio Negro, Rio Verde, Alcínópolis, Figueirão, Costa Rica, e se estendendo até a cidade de Chapadão do Sul.

Destaca-se que os principais incentivos fiscais concentram-se em áreas já dinâmicas, conforme tabela a seguir:

Tabela 49

**Mato Grosso do Sul – Incentivos fiscais
2005-2012**

Região	Municípios	Valor (R\$)		Posição
Bolsão	Água Clara	24.500.000,00		
	Aparecida do Taboão-do	123.321.149,26		
	Brasilândia	152.000.000,00		
	Cassilândia	9.099.985,00		
	Chapadão do Sul	329.963.954,00		
	Inocência	9.110.000,00		
	Paranaíba	33.908.364,00		
	Santa Rita do Pardo	0,00		
	Selvíria	5.450.000,00		
	Três Lagoas	3.179.158.808,35	3.866.512.260,61	1
Campo Grande	Bandeirantes	684.990,00		
	Campo Grande	1.095.571.882,01		

MATO GROSSO DO SUL
2000-2013

Região	Municípios	Valor (R\$)		Posição
	Corguinho	3.623.026,39		
	Dois Irmãos do Buriti	0,00		
	Jaraguari	0,00		
	Nova Alvorada do Sul	673.670.456,00		
	Ribas do Rio Pardo	11.790.000,00		
	Rochedo	18.400.000,00		
	Sidrolândia	133.707.559,00		
	Terenos	25.000.000,00	1.962.447.913,40	4
Cone Sul	Eldorado	555.603.388,20		
	Iguatemi	30.185.319,00		
	Itaquiraí	10.422.061,44		
	Japorã	0,00		
	Juti	0,00		
	Mundo Novo	6.715.390,30		
	Naviraí	248.100.788,37	851.026.947,31	6
Grande Dourados	Caarapó	498.367.706,72		
	Deodápolis	4.920.000,00		
	Douradina	0,00		
	Dourados	914.906.355,96		
	Fátima do Sul	158.625.000,00		
	Glória de Dourados	1.500.000,00		
	Itaporã	6.864.302,00		
	Jateí	0,00		
	Maracaju	869.758.638,00		
	Rio Brilhante	1.117.667.094,20		
	Vicentina	113.224.640,00	3.685.833.736,88	2
Leste	Anaurilândia	156.900.000,00		
	Angélica	400.000.000,00		
	Bataguassu	5.880.000,00		
	Batayporã	117.710.000,00		
	Ivinhema	1.509.460.259,25		
	Nova Andradina	256.277.000,00		
	Novo Horizonte	2.370.000,00		
	Taquarussu	100.000,00	2.448.697.259,25	3

Região	Municípios	Valor (R\$)		Posição
Norte	Alcinópolis	0,00		
	Camapuã	0,00		
	Costa Rica	522.652.305,92		
	Coxim	575.000,00		
	Figueirão	0,00		
	Pedro Gomes	0,00		
	Rio Negro	0,00		
	Rio Verde de Mato Grosso	10.371.479,69		
	São Gabriel do Oeste	9.150.715,72		
	Sonora	92.083.967,00	634.833.468,33	7
Pantanal	Anastácio	0,00		
	Aquidauana	28.770.000,00		
	Corumbá	1.022.225.687,24		
	Ladário	0,00		
	Miranda	0,00	1.050.995.687,24	5
Sudoeste	Bela Vista	27.919.902,00		
	Bodoquena	17.304.962,00		
	Bonito	0,00		
	Caracol	0,00		
	Guia Lopes da Laguna	0,00		
	Jardim	325.337,55		
	Nioaque	0,00		
	Porto Murtinho	800.000,00	46.350.201,55	9
Sul-Fronteira	Amambaí	0,00		
	Antônio João	0,00		
	Aral Moreira	0,00		
	Coronel Sapucaia	651.261,00		
	Laguna Carapã	0,00		
	Paranhos	0,00		
	Ponta Porã	602.447.286,00		
	Sete Quedas	1.238.591,90		
	Tacuru	0,00	604.337.138,90	8

MATO GROSSO DO SUL E CODESUL

O Sistema Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul-BRDE) foi criado em 1961, através de um convênio entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 1992 o estado do Mato Grosso do Sul passou a integrar o Conselho.

Com o objetivo de encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais, com concentração do crescimento no centro do país, o Codesul constituiu-se num foro privilegiado à coordenação e à potencialização em torno de questões comuns aos estados-membros, em especial aquelas relativas ao desenvolvimento econômico e social e à integração ao Mercosul.

A criação do Codesul visou impulsionar a economia do extremo-sul, excluída do processo de industrialização em curso no país, acentuadamente no Sudeste brasileiro. Tradicionalmente, os estados do Sul recebem investimentos em volume menor do que as riquezas geradas por suas atividades econômicas, em decorrência de repasse desequilibrado dos recursos federais. Coube ao Codesul promover o levantamento das necessidades da região, entrosando os planejamentos estaduais, regionais e o nacional. O Codesul desenvolve, também, relações internacionais, objetivando a integração e o intercâmbio em áreas de mútuo interesse. Com o Mercosul, por exemplo, busca articular uma série de projetos que garantam a inserção competitiva da região Sul nesse mercado, em segmentos econômicos como agricultura, indústria, comércio e serviços, infraestrutura, turismo e tecnologia.

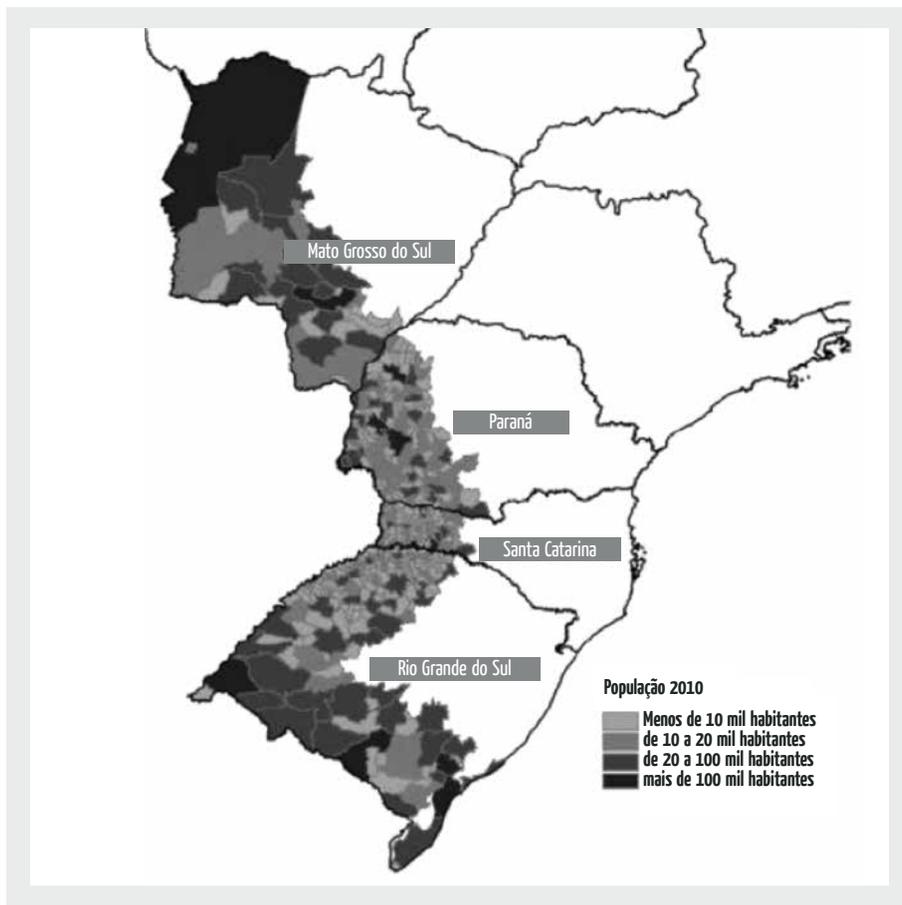
Residem na faixa de fronteira dos quatro estados do Codesul 7,3 milhões de pessoas e pertencem a elas 79% dos municípios da faixa de fronteira brasileira. A participação por estado em percentual dos municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil é de 34% no Rio Grande do Sul, 24% no Paraná, 14% em Santa Catarina e 7% em Mato Grosso do Sul e os demais estados somam 21%, Figura 5.

Os municípios com mais de 100 mil habitantes são: Corumbá(MS); Foz do Iguaçu (PR); Uruguaiana (RS) e Bagé (RS), e só na linha fronteira (borda) são 1,5 milhão de pessoas em 69 municípios com PIB, em 2009, de R\$ 26 bilhões, sendo 12 municípios no Mato Grosso do Sul. Promover o desenvolvimento na faixa de fronteira implica superar o negativismo com que é associada, as quais relacionam problemáticas como práticas de violência, narcotráfico, prostituição, abusos diversos aos direitos humanos, dentre outros. Para essa superação, deve se considerar as peculiaridades desta região, suas contradições, complementaridade e diferentes formas de integração. Sendo assim, é essencial contribuir para a construção da segurança cidadã, oportu-

nizar condições qualitativas de vida da população, garantindo a ausência de ameaças das mais diversas naturezas, além de maximizar ações que exploram as potencialidades locais e promovem o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável nessa região.

Figura 15

Faixa de fronteira dos quatro estados do Codesul



**GOVERNO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E
GRUPOS DE TRABALHO MUNICIPAIS**

O Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – NFMS foi instituído pelo decreto nº 13.303 de 22 de novembro de 2011, acordado em oficina técnica e no modelo de Gestão para

Resultados – GpR, com metas, objetivos e indicadores claramente definidos a serem monitorados e avaliados. Ou seja, após a definição dos resultados desejados, como queremos a fronteira de Mato Grosso do Sul? Os principais objetivos do Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do estado de MS – NFMS

a) Sensibilizar, articular, sistematizar as demandas dos diversos atores da faixa de fronteira;

b) elaborar e aprovar o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF);

c) acompanhar e coordenar a implantação do PDIF- MS;

d) elaborar e coordenar a execução de projetos estruturantes;

e) promover a articulação política para constituir o Núcleo com uma força política regional;

f) articular a integração da faixa de fronteira com os países vizinhos.

Tabela 50

Mato Grosso do Sul – Grupos de trabalho da faixa de fronteira e respectivos municípios sede

GTI – Municípios da Borda Fronteira Brasil/Bolívia	GTI – Municípios da Borda Fronteira Brasil/Paraguai	GTI – Municípios da Borda Fronteira Central
Corumbá (sede) Aquidauana Ladário Miranda	Ponta Porã (sede) Amambai João Antônio Ara Moreira Bela Vista Caracol Coronel Sapucaia Eldorado Iguatemi Itaquiraí Japorã Mundo Novo Paranhos Porto Murtinho Sete Quedas Tacuru	Dourados (sede) Bodoquena Boito Caarapó Deodópolis Dois Irmãos do Buriti Douradina Fátima do Sul Glória de Dourados Guia Lopes da Laguna Itaporã Jardim Jateí Juti Laguna Carapã Maracaju Naviraí Nioaque Novo Horizonte do Sul Rio Brilhante Sidrolândia Taquarussu Vicentina

POTENCIALIDADES PRODUTIVAS DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA DO MS/GTS

Tabela 51

Mato Grosso do Sul – Potencialidades produtivas do GT I (Borda Fronteira Brasil/Bolívia)

Potencialidades/região	Municípios	Potencialidades/municípios
Turismo, agroindústria, siderurgia, pecuária de corte, mineração	Anastácio	Pecuária bovina, turismo e agroindústria
	Aquidauana	Pecuária bovina, turismo, indústria siderúrgica e agroindústria
	*Corumbá	Pecuária bovina, agroindústria, turismo de eventos, de pesca, contemplativo e ecoturismo, mineração, Porto de Corumbá, siderúrgicas direcionadas ao minério de ferro, maganês e calcário
	Ladário	Base da Marinha, Porto de Ladário e mineração
	Miranda	Pecuária bovina, agricultura (arroz irrigado), turismo contemplativo e ecoturismo

Fonte: Semac/BDE. * Município polo.

Tabela 52

Mato Grosso do Sul – Potencialidades produtivas do GT II (Borda Fronteira Brasil/Paraguai)

Potencialidades/região	Municípios	Potencialidades/municípios
Pecuária de corte, agroindústria, mineração, turismo	Porto Murtinho	Pecuária bovina, agroindústria, mineração, turismo e atividade portuária
	Caracol	Pecuária bovina e agroindústria
	Bela Vista	Pecuária bovina, agricultura (milho e soja), minério e turismo
Pecuária de corte, erva mate, agroindústria, agricultura	Antonio João	Pecuária bovina, agricultura (milho e soja) e erva mate
	*Ponta Porã	Pecuária bovina, avicultura, turismo de compras, erva mate, agricultura (soja, milho e trigo) e agroindústria
	Coronel Sapucaia	Pecuária bovina e agricultura (soja, milho e mandioca)
	Paranhos	Pecuária bovina, indústria moveleira e agricultura (mandioca e milho)
	Sete Quedas	Pecuária bovina e agricultura (soja, milho e mandioca)
	Tacuru	Pecuária bovina, agricultura (milho, soja e mandioca) e agroindústria
	Amambaí	Pecuária bovina, avicultura, suinocultura, erva mate, agricultura (soja, milho e mandioca), mel de abelha e agroindústria
	Aral Moreira	Pecuária bovina, erva mate, agricultura (soja, milho e trigo) e mel de abelha
Pecuária de corte, indústria moveleira, piscicultura, agroindústria, agricultura familiar	Japorã	Bicho da seda (casulos), produção de mel, avicultura (mista – postura e corte na agricultura familiar) e suinocultura de subsistência na agricultura familiar
	Mundo Novo	Piscicultura, indústria moveleira e confecção
	Iguatemi	Pecuária bovina, produção de leite, fruticultura (melancia) e Indústria moveleira
	Itaquiraí	Pecuária bovina, produção de leite, silvicultura (eucalipto), agricultura (cana-de-açúcar) e agroindústria
		Pecuária bovina, avicultura, bicho da seda (casulos) e agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho e mandioca)

Fonte: Semac/BDE. * Município polo.

Tabela 53

Mato Grosso do Sul – Potencialidades produtivas do GT III (Borda Fronteira Central)

Potencialidades/região	Municípios	Potencialidades/municípios
Pecuária de corte, agroindústria, mineração, turismo	Bonito Nioaque *Jardim Guia Lopes da Laguna Bodoquena	Turismos contemplativo e ede eventos, pecuária, agricultura e mineração Pecuária bovina, agroindústria, mineração e turismo Pecuária bovina, comércio, turismo e mineração Pecuária bovina, agroindústria e cerâmica Pecuária bovina, minério, indústria e turismo
Indústria, agricultura, serviços, hortifrutigranjeiro, agricultura, silvicultura, pecuária de corte, pecuária de leite, turismo e eventos	Dois Irmãos do Buriti Sidolândia	Pecuária bovina, avicultura e agroindústria Pecuária bovina, produção de leite, avicultura, bicho da seda (casulos), agricultura (soja, milho e cana-de-açúcar), agroindústria e indústria
Agroindústria, serviços, piscicultura, turismo, indústria, pecuária do leite, pecuária de corte, agricultura	Maracaju Rio Brillhante Itaporã Douradina *Dourados Caarapó Deodápolis Vicentina Jateí Glória de Dourados	Pecuária bovina, suinocultura, avicultura, turismo de eventos, agricultura (cana-de-açúcar, soja e milho) e agroindústria Pecuária bovina, produção de leite, avicultura, suinocultura, mel de abelha, agricultura (cana-de-açúcar, soja, milho, arroz e trigo) e agroindústria Avicultura e suinocultura, piscicultura, cinturão verde (hortifrutigranjeiro) e agricultura (soja, milho e arroz) Avicultura e suinocultura, cinturão verde (hortifrutigranjeiro) e agricultura (soja e milho) Pecuária bovina, produção de leite, avicultura, suinocultura, agricultura (soja, milho e cana-de-açúcar), cinturão verde (hortifrutigranjeiro), mel de abelha, agroindústria, serviços e comércio Pecuária bovina, avicultura, suinocultura, agricultura (soja, milho, cana-de-açúcar) e agroindústria Produção de leite, bicho da seda (casulos), avicultura e suinocultura e agricultura (soja e milho) Suinocultura e avicultura, agricultura (cana-de-açúcar), turismo religioso e agroindústria Pecuária bovina, suinocultura, avicultura, produção de leite, agricultura (soja e milho) e agroindústria Avicultura e suinocultura, produção de leite, bicho da seda (casulos) e mel de abelha
Pecuária de corte, indústria moveleira, piscicultura, agroindústria, agricultura familiar	Juti *Naviraí	Avicultura e suinocultura Pecuária bovina, suinocultura, mel de abelha, agricultura (cana-de-açúcar, soja e milho), agroindústria e indústria
Agroindústria, agricultura, silvicultura, agricultura familiar, pecuária de corte	Taquarassu Novo Horizonte do Sul Laguna Carapã	Pecuária bovina e agricultura (cana-de-açúcar, soja e milho) Pecuária bovina, bicho da seda (casulo) e agricultura (mandioca) Agricultura (soja, milho e trigo), avicultura, suinocultura e agroindústria

Fonte: Semac/BDE. * Município polo.

AGRICULTURA FAMILIAR

A segurança alimentar de um país representa a base do desenvolvimento econômico. Razões para essa preocupação foram divulgadas em nível internacional no relatório da CEPAL/FAO/IICA (2009), que destaca a falta de atenção dos governantes pela vida rural. O relatório ressalta a ausência de maiores investimentos e políticas direcionadas para as atividades do campo, que proporcionem condições a um adequado trabalho agrícola das famílias.

Essa situação representa um grande gargalo, pois a agricultura familiar demonstrou ter uma participação acima do esperado na produção brasileira. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2009), a agricultura familiar é responsável por gerar um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 54 bilhões, ou 38% do valor total do agronegócio, contra 62% para a agricultura considerada não familiar (patronal). Mais importante é o número de pessoas ocupadas na atividade. Segundo o MDA (2009) a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas a cada 100 hectares, contra apenas 1,7 pessoas da agricultura não familiar.

A agricultura familiar é responsável por levar alimentos às mesas das pessoas, através do abastecimento de feiras em vilarejos e distritos e das Cepas nos grandes centros urbanos. Essa atividade é a garantia de renda para os pequenos produtores, além de seu sustento, com o consumo de parte do que produzem. Guanziroli et al. (2001) escrevem que o diferencial competitivo da produção familiar está na capacidade de gerar renda por unidade de trabalho, com baixa capitalização de recursos.

A agricultura familiar brasileira vem se firmando cada vez mais pela sua importância econômica, social e política. Para tanto é importante observar dados gerais deste setor na economia de nosso país, ilustradas nos quadros, gráficos e tabelas contidas neste texto.

Mato Grosso do Sul contabiliza em torno de 70 mil famílias de agricultores que são detentores de até quatro módulos fiscais, sendo eles: agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores e outros.

Ao observarmos o Censo Agropecuário de 2006, veremos que os dados oficiais até esse ano apontava a existência de 41.104 (Quadros 9 e 10) estabelecimentos de agricultores familiares. Porém, não contabiliza os novos agricultores entrantes para a categoria de 2007 até os dias de hoje.

Assim, no levantamento junto ao Incra de MS, encontramos nesse período mais 4.458 estabelecimentos de famílias assentadas. Dessa forma, a afirmação da existência de 70.000 agricultores familiares trata-se de dados oficiais.

O censo agropecuário levantou os seguintes dados e informações sobre a estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul, contabilizados os estabelecimentos, área total, pessoal ocupado, área média dos estabelecimentos e Índice de Gini (quanto mais próximo de 1, maior é concentração fundiária), conforme exposto na tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 54

Mato Grosso do Sul – Estrutura fundiária
1985, 1995/1996 e 2006

Item	1985	1995/1996	2006
Estabelecimentos recenseados	54.631	49.423	64.862
Área dos estabelecimentos (ha)	31.108.813	30.942.772	30.056.947
Pessoal ocupado (pessoas)	253.993	202.709	211.191
Área média dos estabelecimentos (ha/estab.)	570,2	628,3	465,6
Índice de Gini (desigualdade)	0,86	0,822	0,856

Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Tabela 55

Mato Grosso do Sul – Número de estabelecimentos agropecuários
1985, 1996 e 2006

Grupos de área	1985	1996	2006
Menos de 10 ha	14.916	9.170	13.396
10 a menos de 100 ha	18.750	17.753	29.277
100 a menos de 1.000 ha	14.674	15.423	15.286
1.000 ha e mais	6.215	6.902	6.603
Sem infraestrutura ou sem área	76	175	300
Total	54.631	49.423	64.862

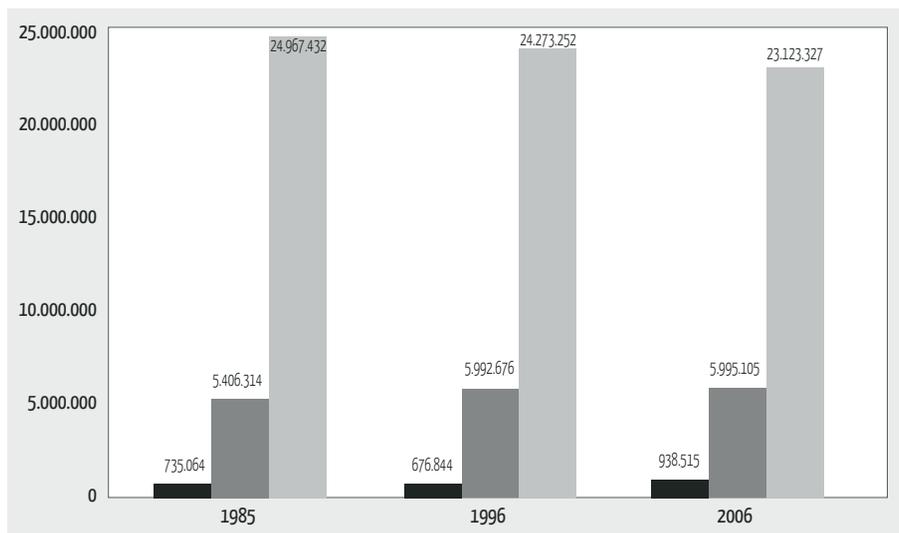
Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

De acordo com a Tabela 56, 41.104 estabelecimentos rurais enquadram-se na Lei de Agricultura Familiar, representando 63% dos estabelecimentos do estado e detém 1.190.206 hectares, representando 4% de terras, ocupando 97.431 pessoas, sendo mais 89.142 jovens acima de 14 anos e respondem por 14% do Valor Bruto da Produção em milhões.

Para ilustrarmos a importância da Agricultura familiar de Mato Grosso do Sul de forma mais clara é que os gráficos a seguir foram elaborados. Veja que a agricultura familiar ocupa somente 4% das terras do estado, mas respondem por 40% da produção global, 46% da mão de obra ocupada, 70% da produção de comida, 80% do valor bruto anual por hectares e 95% de pessoas

Gráfico 6

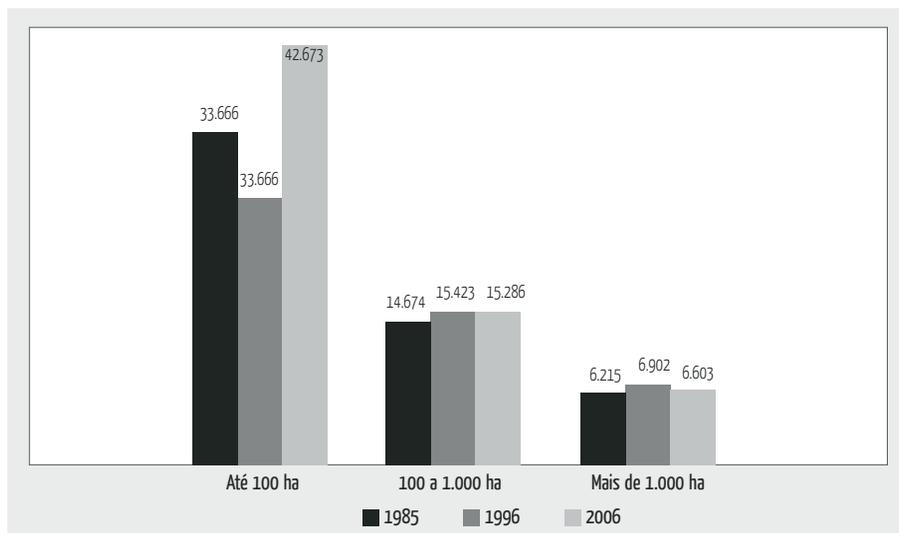
Mato Grosso do Sul – Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)
1985, 1996 e 2006



Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Gráfico 7

Mato Grosso do Sul – Número de propriedades por tamanho (ha)
1985, 1996 e 2006



Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Tabela 56**Mato Grosso do Sul – Área de estabelecimentos agropecuários (ha)**
1985, 1996 e 2006

Grupos de área	1985	1996	2006
Menos de 10 ha	64.490	39.681	64.816
10 a menos de 100 ha	670.574	637.163	873.699
100 a menos de 1.000 ha	5.406.314	5.992.676	5.995.105
1.000 ha e mais	24.967.432	24.273.252	23.123.327
Sem infraestrutura ou sem área			
Total	31.108.810	30.942.772	30.056.947

Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Tabela 57**Mato Grosso do Sul – Agricultura Familiar (critério da Lei 11.326)**
2006

Item	2006	%
Estabelecimentos	41.104	63
Área dos estabelecimentos (ha)	1.190.206	4
Pessoal ocupado (pessoas)	97.431	46
Com 14 anos ou mais de idade	89.142	45
Valor bruto da produção (R\$ milhões)	500	14

Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

em cada 100 hectares de terra. Falamos de um setor extramente estratégico para o estado de Mato Grosso do Sul (Gráfico 8).

As áreas de Reforma Agrária somam aproximadamente 31.000 famílias assentadas, concentradas nos municípios de Ponta Porã (PA Itamarati), Itaquiraí, Sidrolândia, Terenos, Rio Brillhante, Nova Andradina, Nioaque, Corumbá e Novo Horizonte do Sul.

A Tabela 57 demonstrado engloba-se nas quantidades de agricultores familiares recenseados em 2006, assim os dados oficiais se aproximam dos 70.000 agricultores familiares existentes em Mato Grosso do Sul.

Outra categoria de assentados(as) são os beneficiários do Crédito Fundiário, que já soma em torno de 3 mil famílias, tendo sua concentração em torno de Campo Grande (Bandeirantes, Jaraguari, Corguinho e Rochedo).

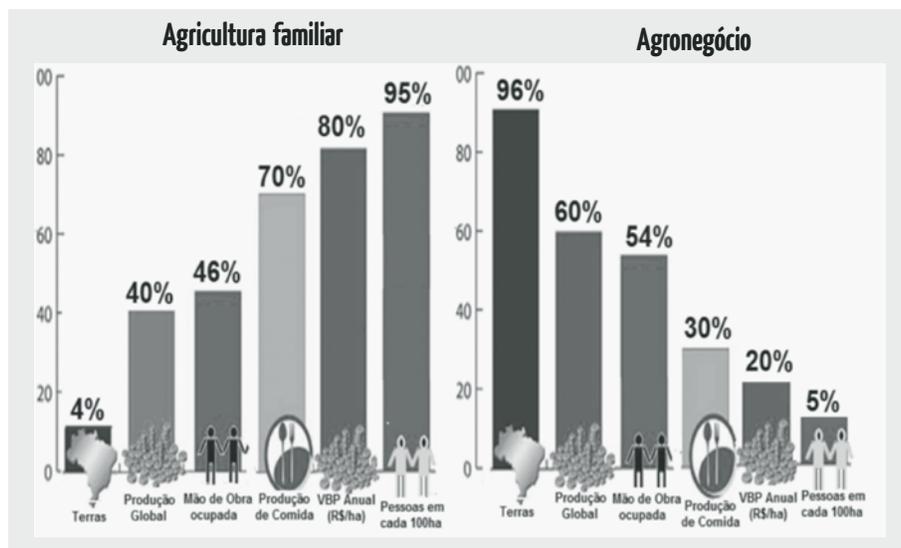
Porém, temos ainda muito à avançar no setor da agricultura familiar e quanto aos assentados da reforma agrária, por serem estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Mato Grosso do Sul. Isso sem perder de vista a questão indígena, dos pescadores, quilombolas, dentre outros (Tabela 58).

CADEIAS PRODUTIVAS / REGIÕES:

- Leite: está em praticamente 90% de todas as propriedades.
- Mandioca: cerca de 30% das propriedades tem essa cultura como atividade principal, concentradas nas regiões do Vale do Ivinhema, Cone Sul e Corumbá.
- Soja: vem se consolidando nas áreas com maior aptidão agrícola e coletivizadas, é possível visualizar essas lavouras nos municípios de Ponta Porã (assentamento Itamarati), Rio Brillhante e Sidrolândia.
- Extrativismo: é considerada uma atividade ainda tímida, porém muito importante com experiências localizadas em Nioaque, Corumbá, Anastácio e Bonito.
- Olericultura: em algumas áreas próximas às cidades como é o caso de Dourados, Campo Grande e Corumbá, com foco nos mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA). Essa política tem tudo para avançar, uma vez que a lei da merenda escolar não está sendo ainda cumprida na sua totalidade, no que diz respeito aos 30% obrigatórios. Isso não significa que o município e o estado não possa adquirir maior percentual.
- Fruticultura: áreas com muito potencial nas regiões sudoeste e norte. Porém, falta incentivos, pesquisa e projetos.

Gráfico 8

**Mato Grosso do Sul – Agricultura familiar
2006**



Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

■ **Avicultura/Suinocultura:** algumas experiências bem localizadas (Sindrolândia, Grande Dourados e São Gabriel) de forma integrada com grandes indústrias.

A seguir, indicadores de produtividade da agricultura familiar de MS.

Tabela 58

Mato Grosso do Sul – Indicadores de produtividade da agricultura familiar 2006

Item	Familiar	Não-familiar
Mão de obra (pessoas / 100ha)	8,2	0,4
VBP anual (R\$ / ha)	420	106

Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Tabela 59

Mato Grosso do Sul – Participação da agricultura familiar na produção de alguns produtos agropecuários 2006

Produto	Nº estabelecimentos	% produção
Arroz em casca	829	22%
Feijão	2.093	56%
Feijão preto	649	55%
Feijão de cor	1.022	62%
Feijão fradinho	422	23%
Mandioca	5.764	77%
Milho em grão	5.887	11%
Soja	2.351	6%
Trigo	26	3%
Café	813	68%
a) Café arábica	583	66%
b) Café canephora (robusta, conilon)	230	84%
Bovinos*	28.017	6%
Leite	17.140	56%
a) Leite de vaca	17.102	56%
b) Leite de cabra	38	54%
Aves*	21.717	45%
Ovos de galinha		39%
Suínos*	12.752	36%

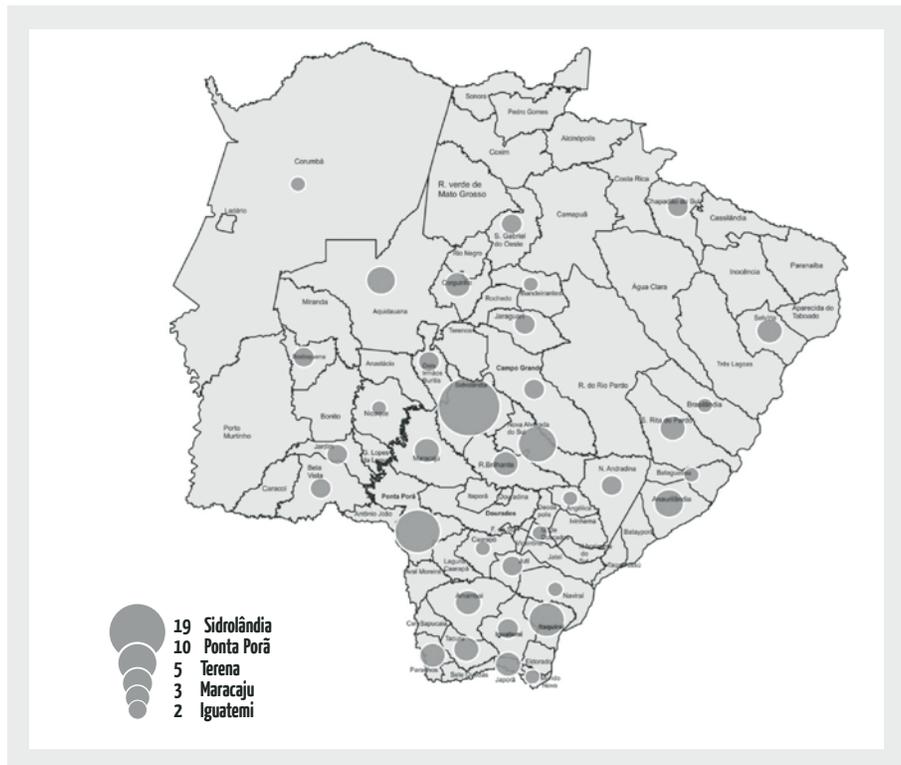
Fonte Censo Agropecuário de 2006 – IBGE 2006.

Nota: número de estabelecimentos que declararam produzir os produtos.

* Participação da agricultura familiar no número de cabeças em 31/12/2006

Figura 16

Mato Grosso do Sul – Número de assentamentos por município
2000 a 2012



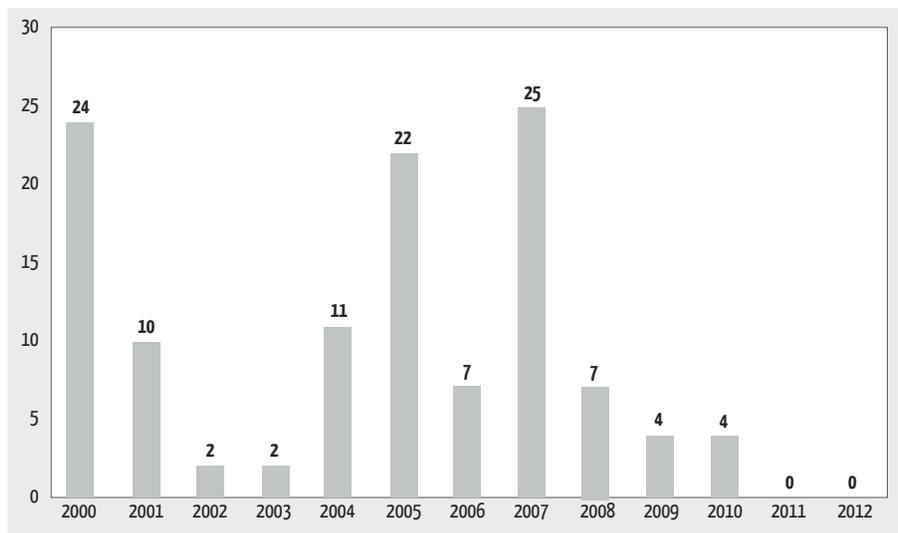
Fonte: DATULA: Banco de Dados da Luta pela Terra/LABET/NERA, 2013.

Tabela 60

Mato Grosso do Sul – Projetos de Assentamentos
2012

Projetos de Assentamentos/Reassentamentos	Quantidade	Nº de famílias	Área (ha)
Criados pelo Incra (Total I)	178	29.891	671.860,91
Criados pelo estado de MS (Total II)	8	694	14.400,81
Total geral (Total I + Total II)	186	30.585	686.261,71

Fonte Incra/MS em dezembro de 2012.

Gráfico 9**Mato Grosso do Sul – Número de assentamentos rurais
2000-2012**

Fonte: DATULA: Banco de Dados da Luta pela Terra/LABET/NERA, 2013.

INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA NO ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A premissa dos trabalhos da equipe de coordenação e seus colaboradores é estabelecer que todas as ações de governo deverão ser resultado de planejamento prévio, ferramenta essencial para um projeto de desenvolvimento sustentado. O planejamento retira da administração pública um de seus mais perversos e renitentes defeitos: a improvisação. Planejar com critério e visão estratégica é garantia de mais e melhores investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano.

O estado de Mato Grosso do Sul possui uma posição privilegiada, limitando-se com países da América do Sul, como Bolívia e Paraguai, em uma extensão de 1.520 km, sendo 724 km de linha seca e, cinco estados da federação em uma extensão de 2.192 km: Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

O estado ocupa uma posição geográfica central entre o Oceano Atlântico e o Pacífico, sendo um centro natural de distribuição de produtos para os mercados da América Latina. Num raio de 1.000 km de Campo Grande existem cerca de 120 milhões de consumidores.

O território de Mato Grosso do Sul está localizado em uma posição estratégica, abraçado por duas grandes bacias hidrográficas formadas pelos rios Paraná e Paraguai, que mostram a riqueza do solo sul matogrossense, que além da sua fertilidade, aponta ainda grandes possibilidades de integração também por meio hidroviário com os estados e países vizinhos.

O rio Paraguai atende plenamente os requisitos para exportação dos nossos produtos aos países do Mercosul e ao mercado europeu. Já o rio Paraná possibilita o transporte dos nossos produtos para os grandes centros comerciais. Também é inegável que o governo do Mato Grosso do Sul, ao planejar o seu desenvolvimento, deverá se articular com os países vizinhos para, em parceria, buscar um desenvolvimento regional que facilite a integração do nosso estado com esses países.

Adicionalmente, tem-se uma malha ferroviária deficitária no estado, representada apenas pela Ferrovia Novoeste, também reconhecida como Allmo (América Latina Logística Malha Oeste), que é nossa única saída férrea e que se direciona para o estado de São Paulo, e não para Paranaguá. Nesta malha existem alguns pontos de transbordo no estado; porém, não comumente utilizados pelas cargas agrícolas. Dessa forma, a opção ferroviária é mais frequentemente utilizada em transbordos no estado do Paraná, sendo até lá o modal rodoviário o responsável pelo transporte.

No presente diagnóstico vamos descrever de forma sucinta as condições atuais dos nossos modais rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário. Além dos modais apresentaremos nessa primeira etapa de trabalho o saneamento básico, as telecomunicações e a energia, que constituem elos da infraestrutura indispensáveis ao desenvolvimento do estado. Onde o estado atua de forma direta, como no caso do saneamento, através da Sanesul - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul e MS GÁS, ou como interlocutor junto às operadoras dos serviços de telecomunicação e de energia elétrica.

RODOVIAS DE MATO GROSSO DO SUL

A malha rodoviária do estado de MS - considerando que as rodovias federais, estaduais e municipais possuem 66.004km, sendo 54.552,8km não pavimentadas (82,65%), 8.601,5km pavimentadas (13,03%) e 2.849,7km planejadas (4,32%), conforme fontes pesquisadas: DNIT, Inkra e Agesul 2013 Gráfico 16).

A malha rodoviária do estado encontra-se assim distribuída:

Malha rodoviária estadual: possui 14.980,5km de rodovias, sendo 3.458,5km pavimentados (23,09%); 747,74km em obras de pavimentação (4,99%); 8.217,26km não pavimentados (54,85%) e 2.557km planejadas (17,07%). Ver Gráfico 17.

Malha rodoviária municipal: possui 46.146,8km de rodovias, sendo que apenas 728km são pavimentadas (1,57%); 45.418,8km não pavimentados (97,8%) e 292,7 km planejadas (0,63%). Ver Gráfico 18.

Malha rodoviária federal: possui 4.584km de rodovias, sendo 3.822km pavimentadas (83,38%) e apenas 762km de rodovias não pavimentadas

(16,62%). As rodovias federais são as principais vias de escoamento de toda produção do estado de Mato Grosso do Sul, dentre as quais, as rodovias BR-163, BR-262 e BR-267 são fundamentais na interligação do estado com as demais regiões do país, e também com países fronteiriços.

RODOVIAS FEDERAIS

Mato Grosso do Sul está em uma posição bastante privilegiada, com rodovias federais BR-163 de Sonora a Mundo Novo (eixo Norte-Sul), BR-262 de Três Lagoas a Corumbá (eixo Leste a Oeste), BR-267 de Bataguassú a Porto Murtinho (eixo Leste a Oeste) e a BR-060 de Chapadão do Sul até Bela Vista (eixo Nordeste a Sudoeste). Não menos importante, destacamos em nosso diagnóstico a rodovia BR-359 que é um importante eixo de ligação entre a BR-163, na região norte do estado e a BR-158 na região nordeste, o que viabiliza o escoamento da produção dessa região através da Ferronorte. Essas rodovias garantem uma estrutura básica para implantação do sistema intermodal de transportes no estado.

A BR-163 (Figura 17) tem 3.467 km de extensão, sendo mais de 1.000 km não asfaltados. Liga Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, a Santarém, no Pará. É uma rodovia que integra o Sul ao Centro Oeste e Norte do Brasil. É asfaltada até Mato Grosso, na cidade de Guarantã do Norte, a 728 km da capital Cuiabá, no extremo norte do estado. Daí, sentido Santarém, PA, são 1010 km de estradas “de chão”. É a principal rota de escoamento dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cortando-os de norte a sul.

Mato Grosso do Sul possui extensão de 847,2 km, passando por São Gabriel do Oeste, Campo Grande, Rio Brilhante, Dourados, Caarapó, Naviraí, Eldorado e Mundo Novo. Em seguida, a rodovia entra no estado do Paraná por Guaíra (Ponte Ayrton Senna – sobre o Rio Paraná).

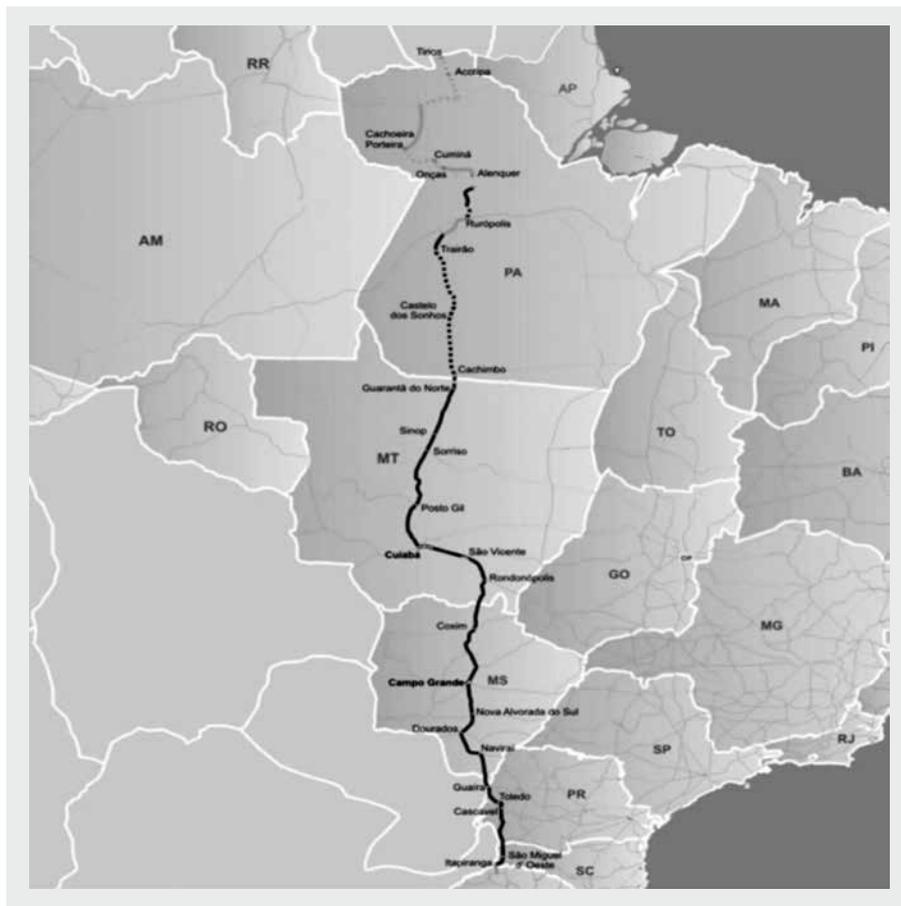
Importante destacar as condições dessa via fundamental de escoamento, visto que em Mato Grosso do Sul ela é toda pavimentada, porém, em grande parte com mão única, apresentando-se duplicada apenas nos arredores da capital Campo Grande e do km 256,5 (acesso para Dourados) até o km 294,9 (um pouco antes de Rio Brilhante).

No estado do Paraná, a rodovia passa por Toledo e finalmente Cascavel (trecho com sinalização irregular e esburacado, que requer atenção), onde há acesso para a BR-277, visto que a BR-163 direciona-se até a divisa com o Rio Grande do Sul.

A terceira etapa do Plano de Conservação das Rodovias Federais (PCRF), com a licitação da concessão da BR-163 do trecho rodoviário de 847,2 km com início na divisa com o estado do Mato Grosso e término na divisa com o

Figura 17

BR-163 interligando PA/MT/MS/PR/SC/RS



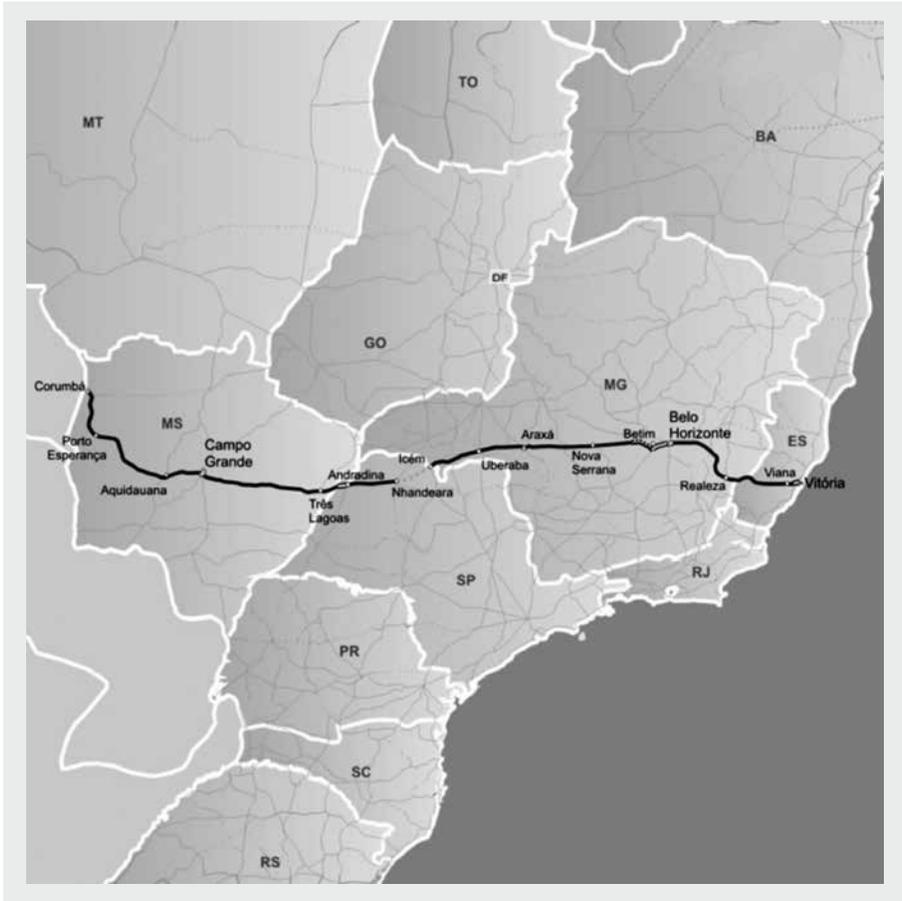
Paraná, se consolidou com a assinatura do contrato em 12/03/2014. A Companhia de Participações em Concessões (CPC), do grupo CCR, vencedor da concessão da rodovia, estima investimento total de R\$ 5,5 bilhões para o período inteiro da concessão, sendo que nos primeiros cinco anos a previsão é que sejam investidos R\$ 3,32 bilhões.

A CPC estima também, para o projeto, tráfego de 76 milhões de veículos e receita líquida sem construção de R\$ 318 milhões em 2016. A companhia prevê ainda crescimento médio de tráfego de 7,8% nos primeiros cinco anos.

A BR 163-MS é parte relevante da infraestrutura de transporte de grãos aos portos das regiões Sul e Sudeste.

Figura 18

BR-262 – Vitória (ES) a Corumbá (MS)



A BR-262 (Figura 18) é uma rodovia transversal brasileira que interliga os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Começa em Vitória, no Espírito Santo, passa por cidades importantes como Belo Horizonte, Araxá, Uberaba, Três Lagoas e Campo Grande, e termina junto à fronteira com a Bolívia, em Corumbá-MS.

Percorre 195,5 km no estado do Espírito Santo, 999,8 km em Minas Gerais, 316,7 km no estado de São Paulo e 783 km em Mato Grosso do Sul.

O município de Três Lagoas se transformou, num curto espaço de tempo, em um importante polo industrial, onde estão localizadas importantes indústrias de tecelagem e celulose (Fibria, Eldorado celulose), na área agrícola

encontra-se a Trading Cargill Agrícola S/A, sendo que estas fazem uso tanto dessa via (BR-262), como também da hidrovía Tietê-Paraná.

Importante destacar que está em fase final de obras a UFN-III - Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, da Petrobras.

A partir da rodovia BR-262, há duas opções praticadas para se chegar ao Porto de Paranaguá-PR:

I – Um trecho é percorrido pelo estado de São Paulo na SP-300, passando por Araçatuba e Birigui, e no trecho de Lins há o acesso para a BR-153, que percorre Marília, Ourinhos e finalmente Castro, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá.

II – Um curto trecho é percorrido pela cidade de Andradina, SP até o acesso à SP-563, que coincide com a BR-158, passando por Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio até Paranaíba, onde se acessa a BR-376 passando por Maringá, Ponta Grossa até Curitiba, e finaliza pela BR-277 até Paranaguá.

Observa-se que no trecho de 325 quilômetros entre Três Lagoas e Campo Grande, a BR-262 encontra-se em constantes obras de conservação, sendo que, tanto a pista quanto a sinalização são consideradas em bom estado. Os 460 km restantes que liga Campo Grande a Corumbá, e faz divisa com a Bolívia, representa a principal via de integração com o país vizinho.

Os produtos brasileiros oriundos de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas (parte sul), atualmente exportados pelos portos do Atlântico, estão com a sua competitividade ameaçada. Além dos longos percursos rodoviários, a má conservação das estradas está causando o encarecimento dos fretes. Ademais, as tarifas portuárias em Santos e em outros portos do litoral brasileiro são consideradas muito altas para padrões mundiais, além do congestionamento verificado.

As saídas rodoviárias para os portos do Pacífico através da Bolívia permitiriam economizar percurso a partir de zonas produtoras, diminuir o tempo total de viagem dos produtos, além de promover o intercâmbio regional com os países vizinhos, possibilitando o tráfego de mercadorias e passageiros. Sem uma infraestrutura adequada que garanta o transporte internacional e sem energia para as agroindústrias se estabelecerem, os acordos comerciais regionais terão muita dificuldade para prosperar.

Em resumo, a partir de Puerto Suarez na Bolívia, até o Pacífico pela opção mais curta, ou seja, a que demanda o Porto de Arica, no Chile, são 1.797 km. A distância total entre Campo Grande e Arica é de 2.228 km. Este corredor transoceânico ou biocênico via Campo Grande e Corumbá possui 3.700 km de percurso rodoviário entre os portos brasileiros, no Atlântico e Arica (Chile), no Pacífico. A Figura 19 ilustra bem essa rota.

Figura 19

Rota para o Pacífico através da BR-262



A BR-267 (Figura 20), oficialmente Rodovia Presidente Itamar Franco, é uma rodovia transversal que corta os estados brasileiros de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Inicia-se no município de Leopoldina, Minas Gerais, no entroncamento com a Rodovia BR-116, e prossegue até a fronteira do Brasil com o Paraguai em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul.

A BR-267 possui extensão total de 1.922 km, sendo 533 km, em Minas Gerais, 706 km, em São Paulo e 683 no Mato Grosso do Sul. Em Minas Gerais, no trecho entre Juiz de Fora e Campanha, é denominada Rodovia Vital Brazil.

No estado de Mato Grosso do Sul a BR-267 transcorre desde Porto Murtinho (divisa com o Paraguai), passando por Maracajú, Rio Brilhante - Nova Alvorada do Sul (trecho coincidente com BR-163, Figura 18). A rodovia sai do estado por Bataguassu, seguindo por Presidente Epitácio, acessando então a BR-158, que passa por Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio até Paranavaí, onde se acessa a BR-376 passando por Maringá, Ponta Grossa até Curitiba, e finaliza pela BR-277 até Paranaguá.

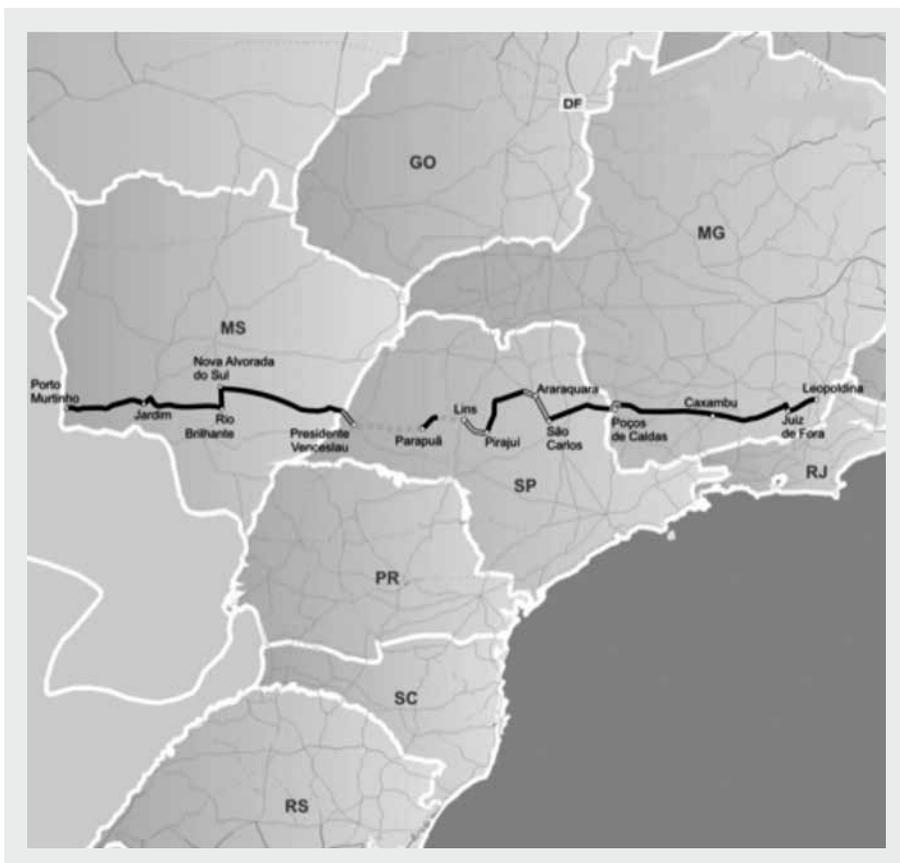
As condições dessa rodovia apresentam-se inferiores às demais, sendo que os 430 km próximos de Porto Murtinho não possuem acostamento e apresentam classificação regular. De Rio Brilhante seguindo pelos aproximados 200 km até Bataguassu, a rodovia passou por obras de recuperação nos dois últimos anos. Também foram executadas obras de adequação e travessias nos trechos urbanos de Bataguassu, Maracajú e Guia Lopes da Laguna. De um modo geral a BR-267 se apresenta em boas condições.

A BR-359 (Figura 21), a pavimentação da BR-359, interligando os municípios de Coxim, Pedro Gomes e Alcinópolis ao estado de Goiás, totalizando 223,13 km teve início em abril de 2010 e foi concluída em dezembro de 2012, com recursos do PAC através de convênio com o governo do estado de Mato Grosso do Sul.

As obras da rodovia fizeram parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e tendo como objetivo principal alavancar o escoamento da produção agroindustrial, uma vez que essa rodovia possibilita a ligação de Silvolândia, próximo ao trevo com a BR-163, em Coxim, com a divisa do estado de Goiás, representando assim, uma redução no valor do frete do transporte de mercadorias para os demais estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. Além de possibilitar o acesso da região norte do estado com a Ferronorte e escoar os

Figura 20

Rodovia BR-267 passando por MG, SP e MS



grãos produzidos na região, também o faz com o gado bovino guzerá e nelore para os frigoríficos de Campo Grande, Cuiabá, Goiânia e São Paulo.

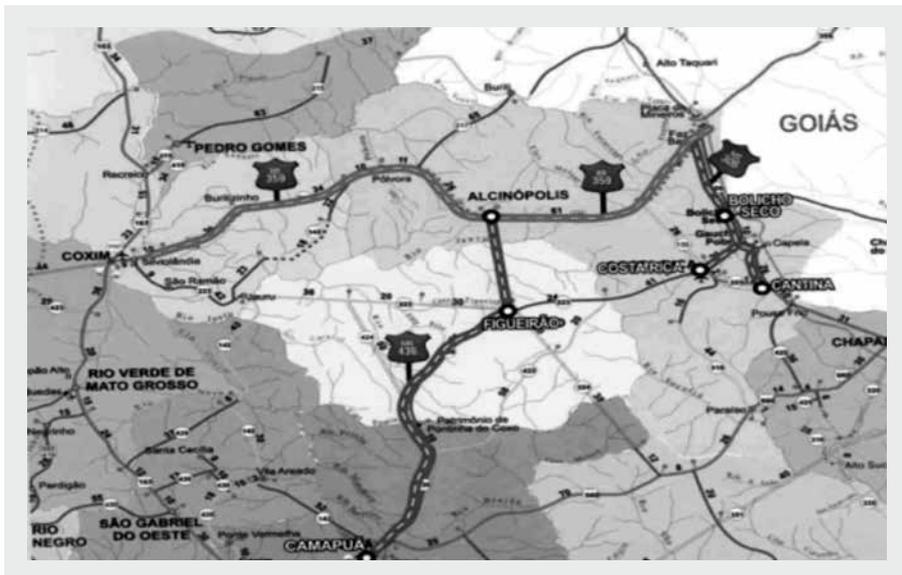
A expectativa é que também possa atrair mais investimentos e indústrias, objetivando o desenvolvimento regional e consequentemente a geração de emprego e renda para a população do norte do estado.

Nas cinco fases da obra foram investidos pouco mais R\$ 265,6 milhões para construção de uma plataforma de pista de 12 metros, sendo que o estado de Mato Grosso do Sul aplicou R\$ 27 milhões como contrapartida.

A pavimentação da BR-359 conta com pinturas de faixas e instalação de tachas bidirecionais e monodirecionais, que proporcionam uma melhor sinalização das bordas e eixos da rodovia, nos sentidos horizontal e vertical. Foram instaladas, ainda, placas de advertência, orientativas e educativas, além de 34 metros de defesa maleável, responsáveis pela contenção de choques. A rodovia BR-359 recebeu também a construção de uma ponte de 76 metros de extensão por 6,6 metros de largura sobre o rio Jauru, em função da contribuição de sua bacia hidrográfica para a região.

Foram executadas ainda galerias e bueiros tubulares, além de valetas de concreto, descidas de água, dissipadores de energia, drenos profundos e aproximadamente 245 mil metros de meio-fio.

Figura 21
BR-359 e suas interligações



A BR-359 ainda tem ligações e dá acesso à rodovia MS-135, que liga o Anel Viário a Costa Rica e a MS-306, que interliga a rodovia BR-359, passando pelo ‘Bolicho Seco’ e indo até Cantina, em Costa Rica, além de dar acesso à sede do município. Outra ligação importante da rodovia BR-359 é com a MS-436, que liga Alcinópolis, Figueirão e Camapuã, em um trecho de 164 quilômetros.

Apesar dessa obra ter pouco mais de um ano de efetivo uso pela população e pela classe produtora da região, a mesma apresenta em diversos trechos, tanto da rodovia como no acostamento, buracos diversos que no período de chuvas aumentaram drasticamente. Cabe à administração pública estadual e também ao governo federal apurar responsabilidades e cobrar a reparação dos danos. Segue abaixo algumas imagens da rodovia entre os km 134 e 136.

BR-060: É uma rodovia federal radial brasileira. Seu ponto inicial fica na cidade de Brasília (DF), e o final, em Bela Vista (MS), na fronteira com o Paraguai. Passa pelo Distrito Federal e pelos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

A rodovia possui todo o trecho asfaltado. O trecho entre Jataí (GO) e Chapadão do Céu (GO) que não era asfaltado, foi inaugurado no início do ano de

Figura 22

Buracos ao longo da BR-359 após 8 meses em uso



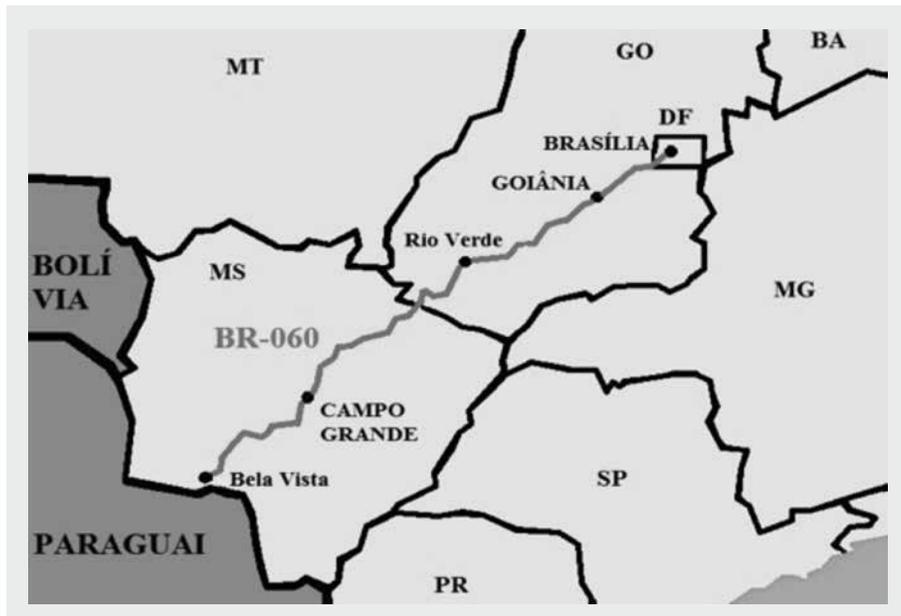
2014. Atualmente encontra-se duplicado o trecho entre Brasília (DF) e Goiânia (GO), e em obra de duplicação o trecho entre Goiânia (GO) e Jataí (GO) que, segundo o DNIT, será concluído também em 2014.

Essa rodovia corta duas grandes regiões produtoras de grãos de nosso estado que são, respectivamente, o município de Chapadão do Sul, com 140 mil hectares de área plantada e o município de Sidrolândia, com 162 mil hectares de área plantada, sendo que Chapadão do Sul se consolida como o oitavo maior polo produtor de soja e o maior em algodão e, Sidrolândia o terceiro maior polo produtor de soja de Mato Grosso do Sul, superando Dourados e atrás apenas de Maracaju (com 230 mil hectares) e Ponta Porã (com 175 mil hectares).

Em 2014 somente nesses dois municípios serão colhidas 451 mil toneladas, um crescimento de 25% sobre as 361 mil toneladas de 2013. Em 2012, Sidrolândia, também conforme o IBGE, ficou em 31º lugar no *ranking* nacional dos municípios com maior produção agrícola do país. A maior parte da safra agrícola dessas regiões escoam pelas rodovias BR-060, sendo que a colheita da região sudoeste é transportada aos portos através da BR-163 e a da região nordeste do estado segue pela BR-060 até a BR-158 e posteriormente até a Ferronorte.

Figura 23

BR-060 ligando Brasília (DF) a Bela Vista (MS)



volvimento, atraindo investidores, considerando as potencialidades locais e regionais. Na Figura 23 apresentamos a malha rodoviária federal e estadual.

As principais rodovias para escoamento da produção no Mato Grosso do Sul tem sua manutenção e recuperação sob responsabilidade da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul, através das suas 17 residências, conforme descrito a seguir:

■ **1ª RESIDÊNCIA REGIONAL - CAMPO GRANDE**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-447 Ponte do Grego/Cipolândia; MS-340 Bandeirantes/ Baianópolis.

b) Rodovias pavimentadas

MS-339 Miranda/Bodoquena.

■ **2ª RESIDÊNCIA REGIONAL - DOURADOS**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-270 Itaporã/Placa do Abadio; MS-145 Glória de Dourados/Nova Esperança MS; 270 Itaporã/Placa do Abadio.

b) Rodovias pavimentadas

MS-379 Entrº BR-163/Panambi; MS-276 Entrº BR-163/Deodópolis; MS-376 Vicentina/Glória de Dourados.

■ **3ª RESIDÊNCIA REGIONAL - TRÊS LAGOAS**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-440 Entrº MS 320 / Entrº; MS-377; MS-245 Entrº MS-324/Rio Verde; MS-338 Santa Rita do Pardo / Córrego da Lagoa; MS-320 Entrº BR-158/Pouso Alto.

b) Rodovias pavimentadas

MS-395 Brasilândia/ Bataguassu

■ **4ª RESIDÊNCIA REGIONAL - MIRANDA**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-345 *Entrº BR-419 (Km 21)/Bonito; MS-448 Miranda/Lalima; MS-449 Entrº MS 448/Imbauval.

b) Rodovias pavimentadas

MS-339 Miranda/Bodoquena.

■ **5ª RESIDÊNCIA REGIONAL - PONTA PORÃ**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-380 Capey/Lagunita; MS-481; MS-386; MS-286.

b) Rodovias pavimentadas

MS-386 Sanga Puitã/Posto Tagi; MS-384; MS-164/Antonio João.

■ **6ª RESIDÊNCIA REGIONAL - PARANAÍBA**

a) Rodovias não-pavimentadas

MS-434 Entrº BR-158/Ponte do Branco; MS-112 Inocência/Cassilândia; MS-310 Entrº MS-240/Alto Santana.

b) Rodovias pavimentadas

MS-377 Entrº MS-112/rio Sucuriú; MS-240 Entrº BR-158/Entrº MS-377.

■ 7ª RESIDÊNCIA REGIONAL - NAVIRAÍ**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-489 Naviraí/Porto Caiuá.

■ 8ª RESIDÊNCIA REGIONAL – CORUMBÁ**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-325 Morrodo Azeite/São Simão; MS-228 Lampião Aceso/Fazenda Alegria.

■ 9ª RESIDÊNCIA REGIONAL - NOVA ANDRADINA**a) Rodovia não-pavimentada**

MS-274 Angélica/Ipezal; MS-340 Entrº BR-267 (Vitor)/Ribas do Rio Pardo.

b) Rodovias pavimentadas

MS-276 Batayporã/Entrº MS-480 (Usina Sérgio Mota); MS-480 Entrº MS-276/Usina Sérgio Mota.

■ 10ª RESIDÊNCIA REGIONAL - COXIM**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-215 Pedro Gomes/Rio do Peixe; MS-214 Entrº BR-163/Paiaguás/ Transpantaneira; MS-418 Entrº BR-163 (Olho D' água)/Pedro Gomes.

b) Rodovias pavimentadas

MS-423.

■ 11ª RESIDÊNCIA REGIONAL - AMAMBAI**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-289 Amambai/Porto Felicidade/Juti; MS-180 Iguatemi/Porto Felicidade; MS-386 Entrº MS-295/Entrº MS-156 (Bila).

b) Rodovias pavimentadas

MS-386 Amambai/Posto Tagi.

■ 12ª RESIDÊNCIA REGIONAL - JARDIM**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-382 Guia Lopes da Laguna/Cabeceira do Apa.

b) Rodovias pavimentadas

BR-060 Jardim/Bela Vista.

■ 13ª RESIDÊNCIA REGIONAL - MARACAJÚ**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-460 Entrº MS-162/Arvorinha/Ponte Rio Santo Antonio; MS-462 Entrº BR-267/ Entrº MS-164; MS-460 Entrº MS-167/Entrº MS-270.

b) Rodovias pavimentadas

MS-162 Maracaju / Sidrolândia; MS-460 Maracaju/Água Fria.

■ 14ª RESIDÊNCIA REGIONAL - COSTA RICA

a) Rodovias não-pavimentadas

BR-359/135 Costa Rica/Alcinópolis; MS-324 BR-060/Entrº MS-229;
MS-425 Entrº MS-306/BR-060; MS-306 Gaúcho Pobre/Divisa MS/MT.

b) Rodovias pavimentadas

MS-306 Costa Rica/Chapadão do Sul/Cassilândia.

■ 15ª RESIDÊNCIA REGIONAL - CAMAPUÃ**a) Rodovia não-pavimentada**

MS-436 Entrº BR-060 (Camapuã)/Pontinha do Coxo/Figueirão; MS-338
Camapuã/ Ribas do Rio Pardo.

■ 16ª RESIDÊNCIA REGIONAL - BELA VISTA**a) Rodovia não-pavimentada**

MS-267 Entrº BR 267/São Lourenço; MS-467 Entrº BR-267/Colônia Inga-
zeira; MS-270 Entrº BR 060/Cabeceira do Apa.

■ 17ª RESIDÊNCIA REGIONAL - RIO NEGRO**a) Rodovias não-pavimentadas**

MS-430 Entrº MS-080/São Gabriel do Oeste/BR-163; MS-244 Entrº MS-
352/Entrº MS-080.

*Entrº = Entroncamento

Considerando a conclusão das rodovias estaduais cujas obras de pavi-
mentação estão sendo executadas, conforme a lista abaixo, teremos 4.206,24
km de rodovias estaduais asfaltadas, o equivalente a 28,08% do total.

RODOVIAS EM MATO GROSSO DO SUL EM PAVIMENTAÇÃO:

■ **Rodovia MS-316** - Paraíso das Águas/entrocamento da MS-320: em
pavimentação (48 km)

■ **Rodovia MS-430** - Rio Negro/São Gabriel do Oeste: em pavimenta-
ção (39 km)

■ **Rodovia MS-112** - Inocência/Cassilândia: em pavimentação (87 km)

■ **Rodovia MS-040** - Campo Grande/Santa Rita do Pardo (antiga Xa-
vantina): em pavimentação (209 km)

■ **Rodovia MS-010** - Campo Grande/Rochedinho: em pavimentação
(14,5 km)

■ **Rodovia MS-162** - Distrito de Quebra Coco/Dois Irmãos do Buriti
- em pavimentação (45 km)

■ **Rodovia MS-165** - Sanga Puitã/Coronel Sapucaia - em pavimentação
(76 km)

■ **Rodovia MS-180** - Iguatemi/Juti - em pavimentação (98 km)

■ **Rodovia MS-274** - Entroncamento da MS-145 (Deodápolis)/Porto
Wilma (13,7 km)

- **Rodovia MS-324** - Água Clara/Córrego Barra Mansa (14,54 km)
- **Rodovia MS-320** - Entroncamento da MS-116 em Chapadão do Sul/Entroncamento da MS-377 em Pouso Alto (Água Clara): em pavimentação (103 km).

RODOVIAS MUNICIPAIS

Sob responsabilidade dos municípios temos 46.146,8 km de rodovias, sendo que apenas 728 km são pavimentados. A entrega pelo governo federal de motoniveladoras, retroescadeiras e caminhões basculantes no ano de 2014, para todos os municípios do estado, possibilitou a ação mais rápida do executivo municipal na recuperação e na conservação das estradas vicinais por onde escoam as produções do agronegócio e da agricultura familiar.

A Agesul através das suas 17 regionais apoia os municípios na manutenção e recuperação das rodovias cuja responsabilidade seja do executivo municipal.

FERROVIAS

O sistema ferroviário em nosso país remonta, ainda, aos tempos do Império, quando foram autorizadas a construção e a operação da Estrada de Ferro Rio-Petrópolis, inaugurada por seu concessionário, o Barão de Mauá, em 1854. Nessa primeira fase, a implantação do modal ferroviário destinou-se unicamente como meio de transporte para as *commodities* brasileiras em direção aos principais portos. Não havia a intenção de articular o território, nem de integrar as regiões remotas aos centros mais dinâmicos do país.

Um segundo momento importante foi a década de 1950, considerada o ponto de inflexão das ferrovias no Brasil. Naquele momento, devido ao processo de industrialização e urbanização, surgiu a necessidade de estatizar as diversas companhias ferroviárias e centralizá-las numa só empresa. Nascia, assim, a Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), que unificou as 42 ferrovias então existentes no país.

O modelo foi bem sucedido até o chamado “choque do petróleo”, na década de 1970, gerando sucessivas crises econômicas, que tornaram a empresa insustentável sob o ponto de vista econômico-financeiro. Por isso, não havia outra saída a não ser a liquidação da Rede Ferroviária Federal, ocorrida em 1992; os leilões de seus ativos se realizaram em 1996 e a companhia foi extinta em 2007.

Atualmente, as principais ferrovias nacionais encontram-se sob a gestão de grandes operadores privados, que realizam exclusivamente transporte de cargas, enquanto apenas parte residual da malha brasileira encontra-se sob poder estatal.

FERROVIA - MALHA OESTE (ALLMO)

No caso específico de Mato Grosso do Sul, a empresa concessionária é a América Latina Logística, que sucedeu a Ferrovia Novoeste, e que administra 1.621 km de trilhos, na chamada “Malha Oeste”, que tem início em Bauru, no estado de São Paulo, chegando até Campo Grande, onde se divide em dois trechos: o primeiro é o Ramal Brasil-Bolívia, também conhecido como Trem do Pantanal. Esse trecho foi construído há mais de meio século e percorre 459 km a partir de Campo Grande; seu eixo permite o acesso à Bolívia, ao Peru e ao Chile. O segundo trecho é o Ramal Brasil-Paraguai, com 410 km de extensão, que começa em Campo Grande e vai até Ponta Porã, e faz fronteira com o Paraguai. Os principais produtos transportados pela “Malha Oeste” são minério de ferro, soja e farelo, açúcar, manganês, derivados de petróleo e álcool.

Se considerarmos os aspectos de infraestrutura de nossa malha ferroviária, veremos que, graças aos modelos de concessões adotados pelo governo e às políticas de incentivos em vigor desde a época do Império, esse modal de transportes sofre algumas deficiências.

SITUAÇÃO ATUAL DA ALLMO

A Malha Oeste, que representa 5% da malha ferroviária brasileira, é herdeira da extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA e, por sua antiguidade, não apresenta uma situação homogênea, variando conforme o segmento. Nesse sentido, podemos dividi-la em três trechos básicos:

■ O primeiro trecho é o que liga a estação de Indubrasil, no município de Campo Grande, a Ponta Porã. Esse trecho não possui circulação de trens de cargas, necessitando de consideráveis intervenções visando capacitá-lo para o restabelecimento de seu tráfego. A estação de Indubrasil foi inaugurada em 1936.

■ O segundo trecho é o que liga a mesma estação de Indubrasil a Corumbá. Nessa parte de malha férrea, a infraestrutura está em estado que varia de regular a muito ruim, necessitando de obras de recuperação/reconstrução em alguns pontos.

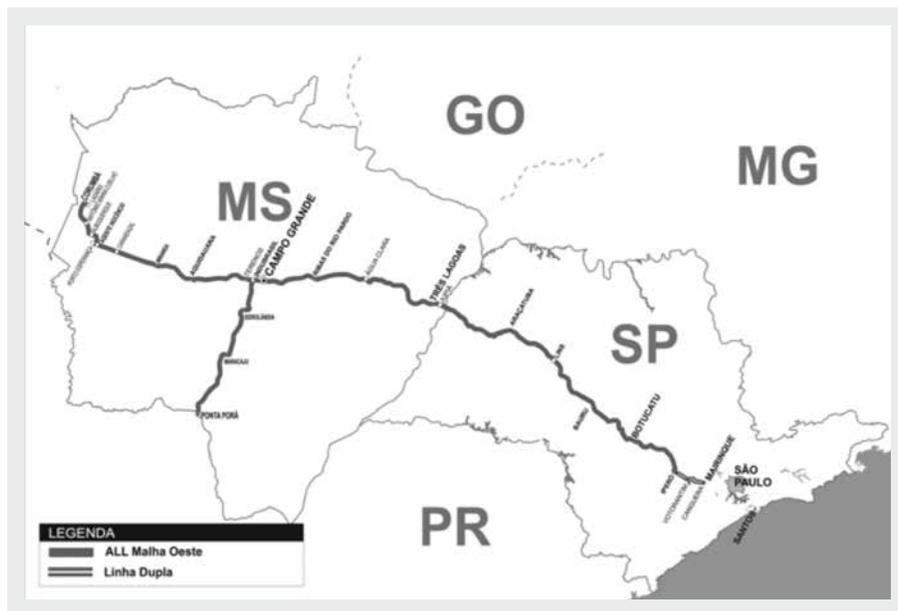
■ Finalmente, temos o terceiro trecho, ligando também a estação de Indubrasil ao município de Três Lagoas, próximo à divisa com o estado de São Paulo. Aí a infraestrutura está regular, necessitando apenas de serviços de conservação em segmentos curtos e componentes, e em particular do sistema de drenagem da plataforma da Via Permanente (VP) e de terraplanagem.

FERROVIA - MALHA NORTE (ALLMN)

Mais recentemente, entre as décadas de 1980 e 1990, foi construído outro trecho, denominado América Latina Logística Malha Norte (antiga Ferronorte),

Figura 25

Malha Oeste de Bauru/SP a Corumbá/MSI



cuja extensão é de aproximadamente 500 km. Ela tem início na ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, entre as estações de Santa Fé do Sul (SP) e Aparecida do Taboado (MS), passando pela ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, no estado de São Paulo, cruzando esse mesmo rio até Aparecida do Taboado (Figura 26). Daí segue para o norte do estado, passando por cidades como Inocência e Chapadão do Sul até atingir Alto Taquari, no sul do estado de Mato Grosso, cujo terminal registra uma movimentação diária de 9.000 toneladas de produtos a granel.

Os principais produtos transportados pela “Malha Norte” são soja e farelo, milho, óleo vegetal, adubo e combustível.

SITUAÇÃO ATUAL DA ALLMN

Com relação à Malha Norte não existem grandes problemas. Trata-se de ferrovia de construção recente apresentando características construtivas mais modernas e adequadas ao transporte ferroviário de cargas.

Integra um dos mais importantes corredores de exportação do Brasil, por onde é escoada considerável parcela da produção agrícola brasileira, com origem nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais com destino ao Porto de Santos (SP).

PREVISÃO DE INVESTIMENTO DA ALLMO

No trecho referente à estação de Indubrasil a Ponta Porã, no estado do Mato Grosso, com 304km de extensão, a concessionária apresentou um cronograma de execução das obras, que foi analisado pela área técnica da ANTT e já se encontra em nível da diretoria colegiada daquela entidade, para deliberação final. O período previsto para regularização do trecho é iniciarem as obras em 2014, com conclusão prevista para dezembro de 2015, já contemplado o tempo previsto para a realização do licenciamento ambiental pelo Ibama.

Da parte da concessionária, temos o projeto “Vétria”, orçado em R\$ 1,8 bilhão, que irá abranger 838 km de trilhos no estado para o transporte de minério de ferro com origem em Corumbá e destino a Santos.

Os principais produtos a serem transportados são granéis minerais, combustíveis e granéis agrícolas. Além disso, será feita a recapacitação dos trechos no estado para demanda de até 16 pares de trens/dia.

Figura 26

ALL Malha Norte



***ESTRADA DE FERRO EF-267:
ESTRELA D'OESTE (SP) - DOURADOS (MS)***

No Mato Grosso do Sul, a expansão do ramal da ferrovia Norte-Sul parte de Estrela d'Oeste, passa por Panorama em São Paulo, entra em Mato Grosso do Sul por Brasilândia, passando pelos municípios de Santa Rita do Pardo, Bataguassú, Nova Andradina, Angélica e Deodápolis, chegando finalmente até a cidade de Dourados.

Está prevista a interligação com a Ferrovia Ferroeste (EF-484), a partir do município de Maracaju seguindo até o Porto de Murtinho, na cidade de mesmo nome, na fronteira com a República do Paraguai, à margem esquerda do Rio Paraguai, perfazendo um total de aproximadamente 1.100 km de extensão dentro do territorial sul matogrossense, passa por dentro de mais de 20 municípios deste estado, beneficiando mais 40 municípios produtores.

A operacionalização deste ramal ferroviário possibilitará a conexão por linha férrea entre as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do Brasil, melhorando consideravelmente a circulação de cargas entre os estados dessas regiões, transformando-se em grande eixo de desenvolvimento regional, por onde deverá ser escoada grande parte da produção agrícola brasileira, com menores custos e maior eficiência.

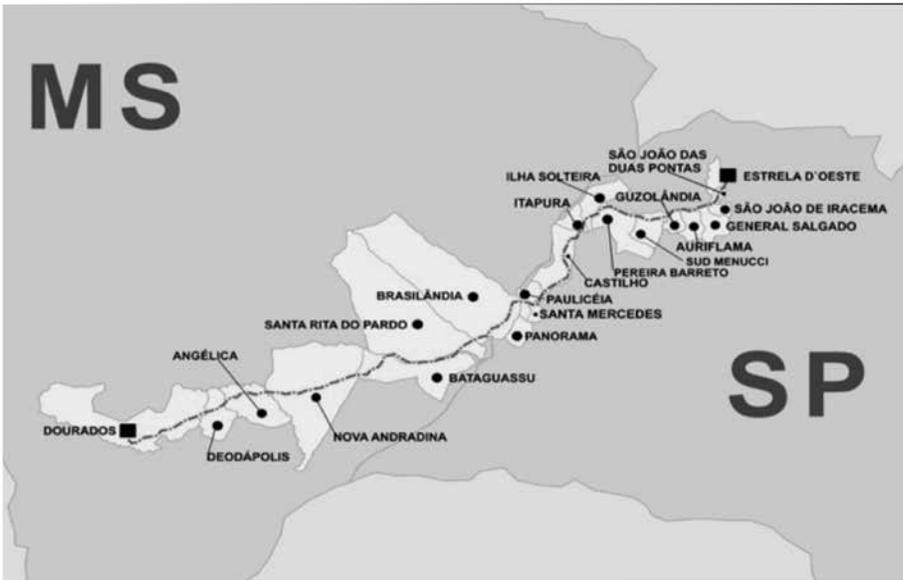
Nosso estado também se transformará em rota de circulação de mercadorias para abastecer os mercados locais a menores custos ao consumidor, e em via estratégica para a distribuição regional de insumos agrícolas, pois o seu traçado vai cortar grandes áreas de produção agropecuária.

Dentro de Mato Grosso do Sul, grande parte do seu traçado margeia a hidrovia Tietê-Paraná, podendo ter acesso a vários portos daquela hidrovia, o que vai possibilitar o desenvolvimento da intermodalidade dos transportes, criando alternativas de entrada e saída de produtos a menores custos, o que vem a contribuir para a redução de custos de produção e comercialização em diversas cadeias em desenvolvimento naquela região sul matogrossense, gerando ganhos em competitividade e assegurando a geração de emprego para a população regional. Este projeto consta no PAC e no Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI).

A implantação do ramal ferroviário da Norte-Sul no território de Mato Grosso do Sul vem integrar os principais polos de desenvolvimento da agroindústria estadual, cujos municípios exercem papel polarizador forte com presença da agropecuária, e que vem se destacando no crescimento de atividades agregadoras de valor à produção primária com a expansão da agroindústria, com destaque para os setores sucroalcooleiro, frigoríficos, papel e celulose e beneficiamento de grãos (Figura 27).

Figura 27

Traçado da EF-267



Fonte: ANTT.

ESTRADA DE FERRO EF-484: LAPA (PR) - MARACAJÚ (MS)

Esta ferrovia ligará os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, e ajudará no transporte e no escoamento da produção. Além disso, em virtude de fazer entroncamento com a Hidrovia Tietê-Paraná, aliviará o tráfego intenso na rodovia BR-163, principal rota dos caminhões de carga. A construção desta ferrovia está sendo pleiteada também pelo governo do estado do Paraná. O investimento previsto para implantação dessa ferrovia é da ordem de R\$ 9,9.

Já o traçado da Ferroeste que liga Dourados (MS) a Lapa (PR), saindo de Maracaju, passando pelos municípios de Itaporã, Caarapó, Amambai, Iguatemi, Eldorado e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul; e Guaíra, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Maripá, Toledo, Cascavel, Tupãssi, Catanduvas, Ibema, Guaraniaçu, Nova Laranjeiras, Campo Bonito, Laranjeiras do Sul, Cantagalo, Marquinho, Cândói, Goioxim, Irati, Guarapuava, Fernandes Pinheiro, Inácio Martins, Palmeira, Porto Amazonas, Balsa Nova e Lapa, no Paraná (Figura 28)

Espera-se que com a implantação da ferrovia diminuam os custos da produção, possibilitando que os produtos cheguem 20% mais baratos ao consumidor final, além de aumentar a competitividade de Mato Grosso do Sul no cenário internacional. “O aumento da exportação significa mais emprego e mais renda para os municípios, estado e União”, observando que

Figura 28

Traçado da EF - 484



Fonte: ANTT.

60% do total produzido em Mato Grosso do Sul ainda é feito pelo transporte rodoviário.

HIDROVIAS

HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ

A hidrovia Paraguai-Paraná é um dos mais extensos e importantes eixos continentais de integração política, social e econômica. Ela corta metade da América do Sul, vai desde a cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, até Nova Palmira, no Uruguai. São 3.442 km, sendo 2.202 km até a divisa com o Paraguai e Argentina, e servem a cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

A área de influência da hidrovia é da ordem de 700.000 km² e atinge uma área ocupada por 25 milhões de habitantes.

HISTÓRICO DA HIDROVIA

Várias foram as tentativas de ampliação da capacidade de navegação da bacia do rio Paraguai, que atravessa o Pantanal Matogrossense.

A primeira tentativa ocorreu na década de 1980, quando o Ministério dos Transportes propôs a construção de um canal no Pantanal com investimentos de US\$ 400 milhões. O projeto nasceu no bojo das negociações do Mercosul e, desde seu início, foi apontado como um importante canal de escoamento da produção agrícola da região, em especial de soja para o mercado internacional. No início dos anos 1990, essa hidrovia foi apresentada com o chamado “projeto Internave”, que durou até 1998, quando o governo brasileiro anunciou o seu abandono. A estratégia seguinte foi a construção da hidrovia por partes, ou seja, por meio de pequenas obras em diferentes regiões sem aparente conexão entre elas.

A última etapa começou com novos estudos feitos pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia, somados à decisão governamental de integrar o Projeto Hidrovia à IIRSA. A iniciativa sul-americana previa o início das obras no Pantanal para 2005, mas para isso era necessário que o Ministério dos Transportes tivesse apresentado em janeiro do mesmo ano o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA-RIMA), o que não aconteceu.

O destino da hidrovia ainda continua em questão. Em 2010 voltaram à tona iniciativas de retomada do projeto da hidrovia Paraná-Paraguai a partir de reuniões promovidas pelo Ministério dos Transportes.

Uma das primeiras reuniões para discutir sobre o assunto aconteceu em junho de 2010, através do seminário “A hidrovia do rio Paraguai; o desenvolvimento regional e o PAC 2”, realizado na cidade de Corumbá. O seminário teve como intuito identificar os principais fluxos de carga; mensurar os ganhos econômicos provenientes do uso hidroviário e estabelecer metas para o futuro do modal de transporte.

De acordo com a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, ligada ao Ministério dos Transportes, o governo federal vai investir R\$ 126 milhões na hidrovia do rio Paraguai, denominado Corredor Hidroviário do Paraguai. Destes, R\$ 82 milhões serão para a infraestrutura do leito e R\$ 44 milhões para infraestrutura portuária.

Os recursos estavam previstos para ser aplicados no período de 2011 a 2014, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, o chamado PAC2. No entanto, as obras não foram executadas, por dificuldades operacionais e também por questões legais junto aos órgãos ambientais.

DISTRIBUIÇÃO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

- Brasil : 890 km.
- Mato Grosso: 485 km.

- Mato Grosso do Sul: 787 km.
- Brasil/Bolívia: 48 km.
- Brasil/Paraguai: 332 km.
- Paraguai: 557 km.
- Paraguai/Argentina: 375 km.
- Argentina: 1.240 km.
- TOTAL: 3.442 km

A Figura 29 mostra o trajeto da Hidrovia Paraguai-Paraná e os municípios por onde ela passa.

CARACTERÍSTICAS DOS TRECHOS DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

RESTRIÇÕES À NAVEGAÇÃO

■ **Trecho Cáceres/Castelo de Areia (159 km)** - no período de junho a novembro deve ser mantida a dragagem de manutenção para que inúmeros passos ou pontos críticos existentes ofereçam condições de navegabilidade e segurança;

■ **Trecho Castelo de Areia/Boca Inferior do rio Sararé (59 km)** - passando pelo rio Bracinho e rio Formoso é a opção utilizada pelos comboios quando carregados água abaixo e vazios água acima. No período da seca existem três pontos com restrição de calado, que são a entrada do Castelo de Areia - PK 3.224 para o rio Bracinho e curvas situadas entre os PK 58 e PK 49 do trecho opcional acima;

■ **Trecho Boca Inferior do rio Sararé/Ponta do Morro (167 km)** - existem algumas curvas de raio reduzido entre a Boca do Anta - PK 3.057 e a volta das Duas Pontas - PK 3.050. O canal executado pela AHIPAR na Baía Gaíva - PK 3.031 é objeto de manutenção constante da sinalização para uma navegação segura em qualquer período do dia;

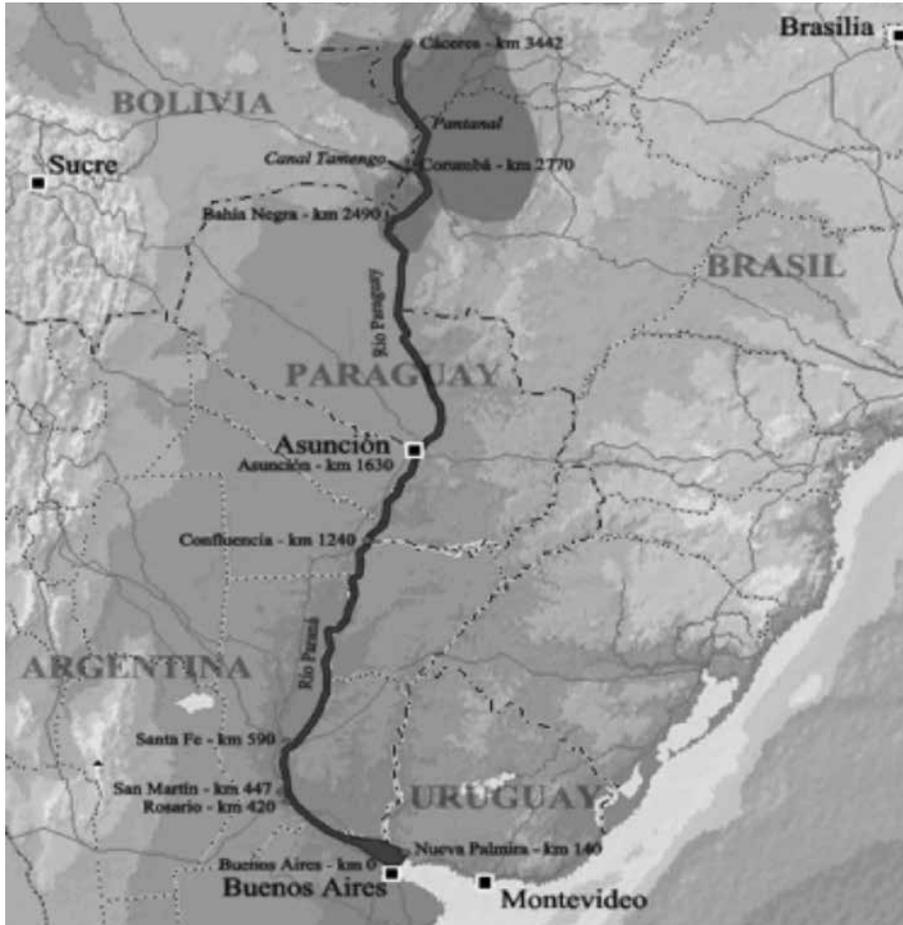
■ **Trecho Ponta do Morro/Corumbá (263 km)** - existem alguns locais que merecem atenção e cuidado, principalmente com os comboios de grande porte e durante a seca, que são Santa Isabel - PK 3.021, Independência - PK 2.961 e Castelo - PK 2.855;

■ **Trecho Corumbá/foz do rio Apa (604 km)** - a navegação se desenvolve sem maiores obstáculos, excetuando-se apenas o desmembramento sistemático do comboio na Ponte Barão do Rio Branco (km 2.630), que pela sua posição diagonal em relação ao canal de navegação, obriga a tal procedimento;

■ **Trecho foz do Apa/Assunción (534 km)** - neste trecho, o rio Paraguai apresenta uma série de bancos de areia, sobretudo entre os PK's 2.050 e 1.750, que dificultam o tráfego das embarcações nas águas baixas. Além disso,

Figura 29

Traçado da Hidrovia Paraguai/Paraná



inclui-se neste trecho a passagem sob a ponte de Remanso Castilho, que em águas baixas constitui-se no principal obstáculo ao tráfego em toda a Hidrovia. Situam-se também neste trecho os passos rochosos de Arrecifes - PK 2.048 e Guggiari - PK 1.940, este último em frente a Concepción, que se constituem também em obstáculos importantes por suas características próprias. Neste trecho a Hidrovia é cruzada pela ponte Chaco-Corrientes (Ponte General Manuel Belgrano), que não impõe restrições maiores às embarcações, porém a regulamentação marítima nesse trecho impõe que a navegação tanto diurna quanto noturna seja feita em ambos os sentidos, pelo canal balizado entre os

pilares 5 e 6, sendo proibidos os cruzamentos e ultrapassagens nos 1.000m a jusante e a montante da ponte.

■ **Assunção/Paraguai - PK 1.630 a Corumbá/BR - PK 2.768:** comboios 4 x 4, com calado de 2,6 m e capacidade de até 24.000 t;

■ **Canal Tamengo** - inicia-se no PK 2.769, com 10,5 km de extensão e largura entre 80 e 100m. Dá acesso aos terminais bolivianos da Gravelal e Central Aguirre, distantes 5 e 8 km, respectivamente, da foz do canal, ficando restrito às dimensões do vão principal da ponte de captação de água. Utilizam comboios com capacidade de até 15.000 t e 2 m de calado;

■ **Corumbá - PK 2.768 a Ponta do Morro - PK 3.031:** comboios compostos por chatas de 45m de comprimento, 12m de largura, calado de 1,5m e formação 3x2 que podem transportar até 18.000 t de carga. No período de águas baixas o comboio passa a operar com formação menor ou reduzindo o calado, com o transporte de menos carga;

■ **Ponta do Morro - PK 3.031 a Cáceres - PK 3.442:** comboios compostos com formação 2x2, medindo 24m de boca por 77m de comprimento, transportando no mínimo 4.000 t de carga.

PORTOS NA HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ

PORTO DE CORUMBÁ

Está situado na margem direita do rio Paraguai, km 1.528,8. Possui cais em plataforma com 202 metros de extensão. Atualmente conforme convênio 013/98 celebrado pela União, por intermédio do Ministério dos Transportes e o município de Corumbá, o porto foi cedido à prefeitura municipal para sua administração e exploração, sendo que esse porto é utilizado pelas empresas de turismo da região para movimentação de passageiros e pequena movimentação de carga.

PORTO DO CIMENTO ITAÚ PORTLAND

Está localizado na margem direita do rio Paraguai, km 1.517, no município de Corumbá-MS. O seu acesso é rodoviário e se dá pela Avenida Rio Branco.

O porto possui um pequeno cais de atracação destinado à exportação de cimento, e descarga de gesso e coque, para utilização em sua fábrica. Possui grua/guindaste e um pátio de estocagem com capacidade de 2.000 toneladas.

PORTO SOBRAMIL

Está localizado à margem direita do rio Paraguai, no km 1.516, sendo seu acesso é por via rodoviária, pela antiga estrada da Urucum/Bocaína.

O porto se caracteriza por um cais de parâmetro vertical para atracação, com sistema complementar de dois dolphins para movimentação das embarcações. Possui cinco dolphins para carregamento e atracação, uma esteira graneleira para embarque com capacidade de 1.000 toneladas/hora, um armazém com capacidade de 20.000 toneladas de capacidade e uma cinta transportadora com capacidade de 1.000 toneladas/hora.

O fluxo de carga médio é de 800.000 toneladas/ano de minério de ferro e manganês.

PORTO DE LADÁRIO

O porto está situado à margem direita do rio Paraguai, no km 1.514,5, na cidade de Ladário-MS. Os acessos podem ser via rodoviário, ferroviário e fluvial.

Há no porto um armazém convencional para armazenagem de sacaria, capacidade estática de 4.000 toneladas; uma correia transportadora reversível com capacidade nominal de 60 toneladas/hora para movimentação de granéis sólidos (minérios); um pátio para estocagem de minérios com capacidade para 40.000 toneladas; e um curral para movimentação de bovinos, com capacidade de 1.000 reses.

PORTO GRANEL QUÍMICA

Está localizado junto ao rio Paraguai, no município de Ladário. Trata-se de um porto privado cujo acesso se dá pelo rio Paraguai, pela rodovia BR-262 e pela ferrovia Allmo.

Possui em suas instalações dois silos verticais de 6.000 toneladas cada, um armazém de 12.000 toneladas, um armazém de 24.000 toneladas, um

Figura 30

Porto Granel Química



desvio ferroviário com pátio para 60 vagões, duas moegas rodoferroviárias e uma moega fluvial, dois berços de atracação, área de armazenagem externa de 20.000 m². Em julho de 2004 foram construídos seis tanques para produtos químicos totalizando 8.000 m³.

PORTO GREGÓRIO CURVO

Localizado na margem esquerda do rio Paraguai, no município de Corumbá, no distrito de Porto Esperança.

O acesso pode ser rodoviário e ferroviário. As instalações possuem três dolphins para atracação de barcas; cinta transportadora de 1.300 toneladas/hora. Não possui silos nem armazéns para estocagem do minério, apenas um pátio com capacidade de 250.000 toneladas.

O fluxo anual de carga de minério de ferro é superior a 1,2 milhão de toneladas.

PORTO DE PORTO MURTINHO

O porto está localizado na margem esquerda do rio Paraguai, no km 996. Esse porto atende toda a região oeste e sudoeste do estado.

O acesso ao porto se dá através da rodovia BR-267 e possui um armazém com capacidade de 23.000 toneladas e cinta transportadora de 180 toneladas/hora.

A estrutura portuária da Hidrovia Paraguai-Paraná é praticamente privada, com capacidade limitada de operação e estocagem de produtos e tendo seu acesso atualmente apenas por rodovias e pela própria hidrovia. A recuperação da malha ferroviária e a construção das Ferrovias EF-267 e EF-484 nos próximos anos é que deverá estimular o maior uso da hidrovia no transporte de cargas, em especial aos países do Mercosul.

INVESTIMENTOS

A hidrovia do rio Paraguai tem 30 pontos críticos, 28 deles conhecidos como “paços”, trechos de difícil navegação em época de baixa no nível do rio.

Conhecido como “tramo sul”, o trecho entre Corumbá e Porto Murtinho é o de maior importância para a hidrovia do rio Paraguai, em razão do alto volume de embarcações, principalmente pelo transporte de minério. Atualmente, o maior gargalo é a segurança das pontes rodoviária, em Corumbá, e ferroviária em Porto Esperança.

Em anos anteriores, colisões entre barcas e as estruturas quase resultaram em tragédias maiores. Com a verba prevista no PAC, a AHIPAR pode instalar estruturas de segurança, aumentar a mesma nas pontes e ainda reduzir o tempo de transporte de mercadorias. “Hoje, pelas regras da Marinha, um

comboio com 16 barcaças, por exemplo, tem que parar na ponte rodoviária e desmembrar o comboio em grupos de quatro barcaças para poder atravessar. Aí passa pela ponte rodoviária, navega cerca de 10 quilômetros, e tem que desmembrar de novo, para passar na ponte ferroviária, só esse trecho leva em torno de um dia e meio”. Com todo esse procedimento os custos do transporte ficam elevados, perdendo sua atratividade, além do maior prazo demandado para chegar ao destino.

HIDROVIA DO RIO PARANÁ

É uma via muito importante para o escoamento da produção agrícola dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e parte de Rondônia, Tocantins e Minas Gerais. A hidrovia movimentou dois milhões de toneladas de carga no ano de 2001. Possui doze terminais portuários, distribuídos em uma área de 76 milhões de hectares. A entrada em operação desta hidrovia impulsionou a implantação de 23 polos industriais, 17 polos turísticos e 12 polos de distribuição. Gerou aproximadamente 4 mil empregos diretos.

Somente a hidrovia do Paraná movimentou, em 2010, mais de 3,7 milhões de toneladas de cargas. A hidrovia Tietê-Paraná, em 2011, movimentou cerca de 5,8 milhões de toneladas de carga, ficando muito próxima de sua capacidade de carga. Foi a segunda hidrovia brasileira em quantidade de carga, sendo superada apenas pela quantidade transportada na bacia amazônica, que foi de cerca de 9,8 milhões de toneladas.

A administração da hidrovia do Paraná - AHRANA é a responsável na bacia do rio Paraná e seus afluentes, sendo navegáveis principalmente os rios Grande e Paranaíba, além do rio Paraná.

NAVEGABILIDADE

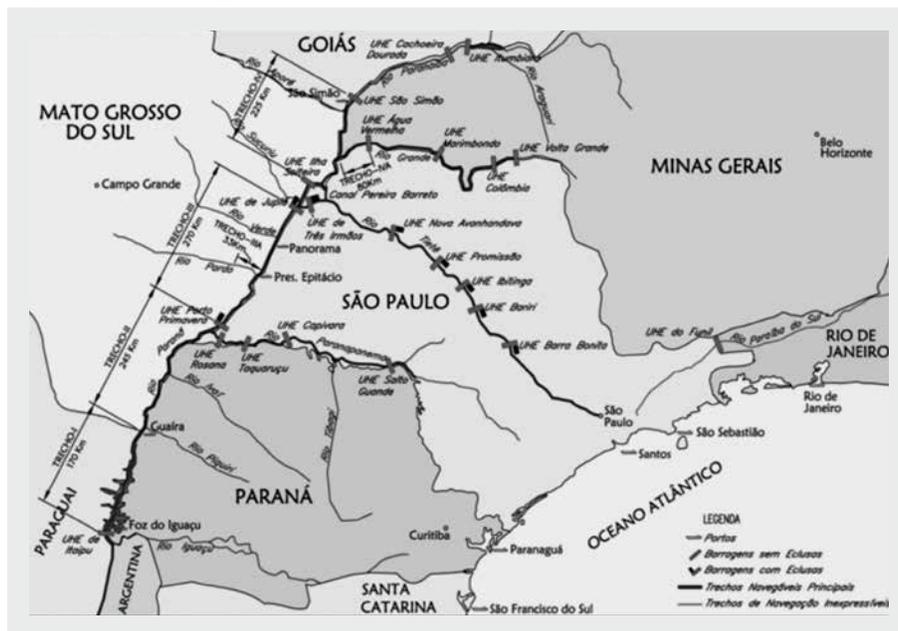
A administração da hidrovia do Paraná (AHRANA), dividiu a extensão navegável do rio Paraná em quatro trechos:

O **Trecho I** da hidrovia está situado entre a Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, e a entrada do canal de navegação, sob a ponte rodoviária Ayrton Senna, nas proximidades da cidade de Guaíra, Paraná, apresentando profundidades que variam entre 10 e 180 metros, com extensão de 170 km. Este trecho fica na região de fronteira entre o Brasil (estado do Paraná) e o Paraguai.

O **Trecho II**, com extensão de 245 km, estende-se desde o canal de navegação sob a ponte rodoviária Ayrton Senna até a UHE Eng.º Sérgio Motta (Porto Primavera). Este trecho está localizado na divisa dos estados de Paraná e São Paulo com o estado do Mato Grosso do Sul.

Figura 31

Traçado da Hidrovia Paraguai/Paraná



O **Trecho III**, com extensão de 270 km está totalmente situado no reservatório da UHE de Eng.º Sérgio Motta, na divisa dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Neste trecho o Paraná passa pelas cidades de Presidente Epitácio e Panorama e recebe as águas do Rio Pardo (trecho III-A), onde possui um trecho navegável de 33 km no Mato Grosso do Sul.

O **Trecho IV**, com extensão de 225 km, apresenta boas condições de navegação desde a foz do rio São José dos Dourados até o Complexo Portuário de São Simão (Goiás), com o percurso de 55 km no Rio Paraná, 170 km no rio Paranaíba e 80 km no rio Grande (trecho IV-A). Este trecho fica nas divisas dos estados de São Paulo e Minas Gerais, com Mato Grosso do Sul.

TERMINAIS PORTUÁRIOS NA HIDROVIA

No Mato Grosso do Sul, os principais terminais de cargas em operação na hidrovia do rio Paraná é o da Cargill Agrícola no município de Três Lagoas, com capacidade de carregamento de 700m³/dia ou o equivalente a 600 toneladas de óleo de soja e da Eldorado, com capacidade de 1.000.000 toneladas de madeira/dia.

Está entrando em operação o Porto de Bataguassú, operado pelo governo do estado, possui capacidade de movimento de carga de 500.000 toneladas

de soja e óleo de soja; encontra-se em fase de construção o porto de Mundo Novo, com previsão para entrar em operação até o final de 2015.

A utilização da hidrovia Tietê-Paraná, com os seus mais de 2.400 quilômetros de vias navegáveis por cinco estados e capacidade para transportar até 11,5 milhões de toneladas de cargas por ano, vai melhorar a competitividade dos produtos de Mato Grosso do Sul.

AEROPORTOS

Mato Grosso do Sul possui uma estrutura aeroportuária bastante deficiente e demanda investimentos para sua melhor operacionalização e segurança aos usuários, para ajudar no processo de desenvolvimento regional.

As infraestruturas aeroportuárias surgem assim, neste contexto, com uma importância acrescida, enquanto polos integradores das diferentes regiões e trunfos importantes na definição das novas geografias regionais.

O papel dos aeroportos como peças importantes no desenvolvimento regional começa a ser assimilado de forma cada vez mais rápida pelos agentes envolvidos na atividade, assim como por todos os agentes econômicos (agentes de viagens, representantes de organizações empresariais, companhias aéreas e, porque não, os próprios aeroportos) e pela população em geral. Podemos ainda destacar:

- O impacto econômico que as infraestruturas aeroportuárias têm nas economias regionais, por exemplo, por cada mil empregos nos aeroportos, são criados em média 1100 na região (ANA, 2005);

- O impacto do turismo (obviamente relacionado com a existência de um aeroporto na região) no emprego e na criação de riqueza nas economias regionais é também substancial (ANA, 2005);

- O impacto social dos aeroportos na vida das pessoas e no seu acesso à saúde, à educação, à cultura, ao desporto etc.

AEROPORTOS DE MATO GROSSO DO SUL – CARACTERÍSTICAS

AEROPORTOS INTERNACIONAIS

Em Mato Grosso do Sul, três aeroportos são considerados internacionais, cuja administração é responsabilidade da Infraero, sendo:

- **Aeroporto internacional de Campo Grande:** o aeroporto, localizado a apenas 7 km do centro de Campo Grande, oferece suporte para a aviação regular regional, aviação geral, e apoio fundamental para as operações militares e alternativa imprescindível à aviação internacional.

Assim como a capital sul matogrossense, o aeroporto internacional de Campo Grande cresce de forma organizada e planejada desde 1953, ano de

inauguração da pista principal. A partir de 1975, quando passou a ser administrado pela Infraero, recebeu melhoramentos em obras.

Na década de 1980 o terminal de passageiros foi ampliado, de 1.500m² para 5.000m². No final da década de 1990 cresceu ainda mais de 5.000m² para 6.082 m², com a criação da ala internacional. Possui duas pistas homologadas para pouso/decolagem; sendo uma principal com dimensões de 2.600m de comprimento x 45m de largura e direção 06/24, e a outra, classificada como secundária, tem 2.600m de comprimento x 23m de largura. A operação do aeroporto internacional de Campo Grande é compartilhada com a Base Aérea de Campo Grande e o 3º BAVEX.

■ **Aeroporto internacional de Ponta Porã:** localizado no bairro da Granja, o aeroporto está estrategicamente posicionado a 500 m da linha de fronteira e a 4km do centro comercial dos municípios de Ponta Porã (MS/Brasil) e Pedro Juan Caballero (Dep. Amambay/Paraguay). O mercado de trabalho existente no aeroporto é formado por 94 empregos diretos. Atualmente atende apenas a aviação geral.

Teve investimentos na ordem de R\$ 15 milhões: recapeamento da pista de pouso/decolagem, instalação de cerca operacional, execução da II etapa de obra de drenagem no sítio aeroportuário e substituição de auxílios à navegação aérea como o Non-Directional Beacon (NDB), estação transmissora especializada, instalada numa posição geográfica fixa e precisamente conhecida, que emite sinais de radiofrequência com um formato pré-determinado que permite às estações de rádio móveis (terrestres, aéreas ou marítimas) fazerem a sua identificação e determinar a sua posição relativa face ao ponto geográfico de emissão.

■ **Aeroporto internacional de Corumbá:** construído em terreno de 290 hectares (a área perimetral do sítio é de 1.216.425,40m²), está situado no bairro Aeroporto, a apenas 3 km do centro da cidade.

O terminal de passageiros conta com uma edificação térrea de alvenaria e concreto, tendo uma área construída de 2.403,00m², composta por saguão principal, totalmente climatizado, boxes para companhias aéreas e lojas comerciais. A capacidade operacional do terminal é de 520.000/passageiros ano.

Sendo um dos primeiros aeroportos a ser construído no interior do Brasil e o primeiro aeroporto construído na região Centro-Oeste, é um dos três mais importantes de nosso estado (juntamente com o Aeroporto regional de Dourados e o Aeroporto internacional de Campo Grande). Com capacidade para receber aviões de médio porte como Boeing's 737 e Fokker's 100, conta com uma pista de asfalto que mede 2000 x 45 metros, sendo uma de suas cabeceiras reforçadas com concreto na extensão de 60m.

AEROPORTOS REGIONAIS

■ **Aeroporto público de Bonito:** localizado no município de Bonito, possui pista com dimensões de 2.000 metros de comprimento e 30 metros de largura. É administrado pela empresa DIX Empreendimentos, sob regime de concessão. Atualmente operam as empresas Gol, Azul e Passaredo, com aeronaves tipo 737/800 e ATR 72/600, com dois voos semanais, sem homologação da EPTA e atende voos *charters*.

■ **Aeroporto público de Três Lagoas:** localizado no município de Três Lagoas, sua pista apresenta as dimensões de 2.000 metros de comprimento, 30 metros de largura e recuo de 470 metros. É administrado pelo poder público municipal. Atualmente operam as empresas Azul e Passaredo, com aeronaves tipo ATR 72/600, com quatro voos regulares diários.

■ **Aeroporto público de Dourados:** localizado no município de Dourados, sua pista apresenta as dimensões de 1.950 metros de comprimento e 30 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal. Atualmente operam as empresas Azul e Passaredo, com aeronaves tipo ATR 72/600.

■ **Aeroporto público de Chapadão do Sul:** localizado no município de Chapadão do Sul, sua pista apresenta as dimensões de 2.000 metros de comprimento, 30 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Porto Murtinho:** localizado no município de Porto Murtinho, sua pista apresenta as dimensões de 1.600 metros de comprimento, 30 metros de largura. É administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público da Estância Santa Maria:** localizado no município de Campo Grande, sua pista apresenta as dimensões de 1.500 metros de comprimento, 30 metros de largura. É administrado pelo poder público estadual, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Paranaíba:** localizado no município de Paranaíba, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Costa Rica:** localizado no município de Costa Rica, sua pista apresenta as dimensões de 1.500 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Cassilândia:** localizado no município de Cassilândia, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 18 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Camapuã:** localizado no município de Camapuã, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público estadual, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Naviraí:** localizado no município de Naviraí, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Nova Andradina:** localizado no município de Nova Andradina, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. Administrado pelo poder público municipal, não se encontra homologado pela ANAC.

■ **Aeroporto público de Coxim:** localizado no município de Coxim, sua pista apresenta as dimensões de 1.300 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Bela Vista:** localizado no município de Bela Vista, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. Administrado pelo poder público municipal, encontra-se interdito.

■ **Aeroporto público de Jardim:** localizado no município de Jardim, sua pista apresenta as dimensões de 1.000 metros de comprimento, 18 metros de largura. Administrado pelo poder público municipal, encontra-se interdito.

■ **Aeroporto público de São Gabriel do Oeste:** localizado no município de São Gabriel do Oeste, sua pista apresenta as dimensões de 1.195 metros de comprimento, 30 metros de largura. Administrado pelo poder público municipal, não se encontra homologado pela ANAC.

■ **Aeroporto público de Maracajú:** localizado no município de Maracajú, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Rio Brillhante:** localizado no município de Rio Brillhante, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. O aeroporto é administrado pelo poder público municipal, e atende a aviação geral.

■ **Aeroporto público de Amambai:** localizado no município de Amambai, sua pista apresenta as dimensões de 1.200 metros de comprimento, 23 metros de largura. Administrado pelo poder público municipal, encontra-se interdito.

SUSTENTABILIDADE E CONDICIONANTES AMBIENTAIS

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

A agropecuária é uma atividade de grande importância, no entanto essa atividade pode alterar profunda e extensivamente os ecossistemas naturais e, se aliada a pressão demográfica, pode causar degradações ambientais severas. A natureza por sua vez tende a reagir às modificações da paisagem geradas pela agricultura e pecuária, como o aparecimento de novas pragas e doenças agrícolas. Assim, a manutenção exige constante aplicação de insumos, grande parte deles representados por produtos químicos sintéticos e nocivos aos ambientes naturais e à saúde humana, as práticas geram problemas ambientais sérios particularmente sobre três recursos naturais essenciais: terra cultivável, água e diversidade genética. As terras cultiváveis têm sido afetadas tanto pela conversão de áreas produtivas em urbanas, degradação e destruição das características físicas, químicas e biológicas dos solos devido ao manejo inadequado.

Em relação à água, a expansão das áreas irrigadas, com conseqüente aumento da produção agrícola tem ampliado a poluição e o assoreamento dos corpos d'água como também competem pelos recursos hídricos com empreendimentos industriais, hidrelétricos, pesqueiros e núcleos urbanos. A mineração com exploração do ferro e manganês e os assentamentos no entorno desses empreendimentos provocam uma mudança no padrão natural da percolação da água subterrânea, acarretando diminuição de vazão de córregos.

No município de Bonito a escassez de água em algumas cachoeiras e córregos devem ser investigadas. Mas positivamente, deve-se ao fato de serem

feitas intervenções antrópicas, efetuadas drenagens em suas margens para exploração turística e também a exploração intensiva de água subterrânea por poços tubulares, uma possível causa da diminuição dessas águas. No Bioma Pantanal, dentre os fatores antrópicos que comprometem a qualidade ambiental, interferindo nos processos ecológicos, podem-se elencar:

1. As atividades realizadas no planalto como desmatamento, práticas agropecuárias inadequadas e mineração que resultam na erosão dos solos e no assoreamento dos rios da planície a jusante, como é o caso dramático do rio Taquari.

2. O aporte de matéria orgânica e contaminante, oriunda de efluentes domésticos e industriais.

3. As obras da construção civil, como barragens, diques, estradas ou obra de navegação e hidrovias que interfiram no pulso anual de inundação.

A pesca predatória do ponto de vista econômico-social é bastante crítica: pescadores pouco escolarizados, baixa capacidade de organização, a sociedade tem uma imagem negativa desse grupo, responsabilizando-os pela redução e escassez de peixe, muitas vezes não é verídico, porque a medida que o uso da terra se intensifica (agricultura, pecuária, mineração, industrialização etc.) há uma gradativa perda de qualidade ambiental, o que afeta consideravelmente o potencial de reposição ou capacidade de suporte do sistema. O aumento do número de queimadas vem transformando a paisagem e o meio ambiente do estado no período das secas, que se estende do final de março a meados de setembro. Outro problema ambiental é o assoreamento do rio Taquari, um dos principais formadores do Pantanal, provocado pela ocupação predatória da região.

O estado de Mato Grosso do Sul passa atualmente por um processo de mudança de vocação onde até o momento, suas principais atividades estavam voltadas para a pecuária e a agricultura, sendo que na maioria das propriedades não se utilizava de tecnologias ambientais adequadas e nem de manejo e conservação ambiental. Em virtude disso, as áreas onde atualmente estão sendo implantados os novos empreendimentos do setor sucroalcooleiro têm que adequar-se a essa realidade, onde notadamente faz-se necessário a recuperação dessas áreas anteriormente utilizadas por produtores sem preocupação alguma com as questões ambientais. Vale ressaltar que, isso ocorre agora não puramente por uma questão de consciência ambiental, mas também, por uma questão mercadológica, onde o principal objetivo é a certificação ambiental.

Para a instalação de novas usinas de produção de açúcar e álcool em Mato Grosso do Sul, os empreendedores optaram por áreas geograficamente estratégicas, tanto para escoamento de seus produtos finais, como para aquisição de

novas terras para o plantio de cana-de-açúcar. No entanto, um aspecto que muitas vezes não é levado em consideração, são os passivos ambientais, ou seja, as pendências ambientais com relação às legislações ambientais vigentes.

IMPACTOS AMBIENTAIS NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

REGIÃO DE CAMPO GRANDE

Conforme dados apresentados no Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul - IRS/MS (2009), analisando os municípios da região de Campo Grande, com dados obtidos junto ao IBGE, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, mostra que: no ano de 2008, os impactos ambientais mais frequentes foram o assoreamento, desmatamento e desnudamento de solos por queimadas. Em menores proporções ocorreu a poluição do ar e a poluição dos recursos hídricos no município de Campo Grande. Houve a degradação de áreas legalmente protegidas no município de Rochedo. Os impactos ambientais aqui abordados demonstram as ocorrências negativas observadas com frequência no meio ambiente municipal nos últimos 24 meses que antecederam a coleta da informação. Assim, analisou-se as seguintes questões: poluição do ar; poluição e escassez do recurso água; assoreamento de corpo de água; contaminação do solo; degradação de áreas legalmente protegidas; desmatamento; alteração que tenha prejudicado a paisagem e ocorrência de queimadas.

Esses dados foram coletados conforme metodologia do IBGE, por meio de um questionário básico que teve seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da diretoria de pesquisas do IBGE. A unidade de investigação do MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura, através dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultados de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigadas, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais. Vale ressaltar que as ocorrências divulgadas pelo IBGE não dão conta do percentual e dimensão dos impactos. Esses dados são insuficientes para o monitoramento dos impactos ambientais ocorridos nos municípios, pois não levam em consideração dados qualitativos, como desmatamentos autorizados e as condições ambientais dos municípios pesquisados, porém essas variáveis servem para a construção de indicador e o monitoramento e avaliação do meio ambiente para o futuro.

A título de exemplo, da variável desmatamento, usá-la simplesmente, sem as devidas considerações, como indicador pode trazer contradições quando comparada com outras unidades da federação, pois apesar de aparecer o desmatamento no município, não consta uma discriminação do que foi regular ou irregular. Seria necessário também avaliar a área total do município em questão, em relação à área existente de cobertura vegetal nativa. Para uma prefeitura enfrentar de forma adequada os problemas ambientais, é fundamental que possua algum tipo de estrutura ambiental, recursos e um fórum onde possam se reunir entidades do poder público e sociedade civil para tratar da política ambiental do município. Segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, algumas ações estão sendo aplicadas visando minimizar os impactos ambientais sofridos, tais como a gestão ambiental compartilhada, a existência de conselhos municipais de meio ambiente, a realização de Conferências de Meio Ambiente, a recuperação de áreas degradadas. O tratamento de esgoto doméstico nos municípios de Ribas do Rio Pardo e Campo Grande e o aterro controlado em Nova Alvorada do Sul, Dois Irmãos do Buriti são também exemplos de ações que minimizam esses impactos (Tabela 60).

Em Campo Grande instalou-se um aterro sanitário e implementou-se o processo de recuperação da área degradada do atual lixão, e somente este, e o município de Terenos recebem recursos do ICMS, pelo critério ambiental. Segundo informações obtidas junto à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), no ano de referência 2007, a região de Campo Grande tem 50% dos municípios atendidos com abastecimento de água pela empresa e 50% dos municípios atendidos pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAE. Quanto ao esgoto, apenas 1 município (Ribas do Rio Pardo) é atendido com rede de esgoto pela Sanesul, outros cinco municípios são atendidos por outra companhia e quatro municípios não têm atendimento.

REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

Os impactos ambientais nos municípios que compõem a região da Grande Dourados são mais evidentes quanto ao assoreamento e poluição dos recursos hídricos (SEMAC, 2009). Os impactos ambientais aqui abordados dizem respeito às ocorrências negativas observadas com frequência no meio ambiente municipal nos últimos 24 meses que antecederam a coleta da informação. Assim, foram analisadas as seguintes questões: poluição do ar; poluição e escassez do recurso água; assoreamento de corpo de água; contaminação do solo; degradação de áreas legalmente protegidas; desmatamento; alteração que tenha prejudicado a paisagem e ocorrência de queimadas (Tabela 62).

Tabela 61

Região de Campo Grande – Ocorrência de impactos ambientais
2008

	Assoreamento	Desmatamento	Queimadas	Redução do pescado	Poliuição do recurso água	Degradação de áreas legalmente protegidas	Poliuição do ar
Bandeirantes							
Campo Grande							
Corguinho							
Dois Irmãos do Buriti							
Jaraguari							
Nova Alvorada do Sul							
Ribas do Rio Pardo							
Rochedo							
Sidrolândia							
Terenos							

Fonte: IBGE Municíp. 2008.

■ Não informado ■ Sim ■ Não

Tabela 62

Região de Campo Grande – Ações de redução de impactos ambientais
2008

	ICMS Ecológico	Realiza licenciamento ambiental de impacto local	Possui algum tipo de aterro	Gestão ambiental regional consorciada	Tratamento de esgoto doméstico	Realização de conferência municipal de meio ambiente	Existência de conselho municipal de meio ambiente	Recuperação de áreas degradadas
Bandeirantes								
Campo Grande								
Corguinho								
D. I. do Buriti								
Jaraguari								
N. Alvorada Sul								
Ribas R. Pardo								
Rochedo								
Sidrolândia								
Terenos								

Fontes: Semac/Superintendência do meio Ambiente – Supema/Imasul, prefeituras municipais.
Nota: Dados preliminares sujeitas a alteração trabalhados pela CPPPM/Suplan/Semac.

■ Não informado ■ Sim ■ Não

Esses dados foram coletados conforme metodologia do IBGE, por meio de um questionário básico que teve seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE. A unidade de investigação do MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE) é o Município, sendo informante principal a Prefeitura através dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada Município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigadas, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

Vale ressaltar que as ocorrências divulgadas pelo IBGE não dão conta do percentual e dimensão dos impactos. Esses dados são insuficientes para o monitoramento dos impactos ambientais ocorridos nos Municípios, pois não levam em consideração dados qualitativos, como desmatamentos autorizados, e as condições ambientais dos Municípios pesquisados, porém essas variáveis servem para a construção de indicador e o monitoramento e avaliação do meio ambiente para o futuro. Citando, a exemplo da variável desmatamento, usá-la simplesmente, sem as devidas considerações, como indicador pode trazer contradições quando comparada com outras Unidades da Federação, pois apesar de aparecer o desmatamento no Município, não consta uma discriminação do que foi regular ou irregular. Seria necessário também avaliar a área total do Município em questão, em relação à área existente de cobertura vegetal nativa. Para uma Prefeitura enfrentar de forma adequada os problemas ambientais, é fundamental que possua algum tipo de estrutura ambiental, recursos e um fórum onde possam se reunir entidades do poder público e sociedade civil para tratar da política ambiental do Município. Dados levantados junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –IMASUL mostram que algumas medidas estão sendo adotadas, para minimizar os impactos ambientais da região.

O ICMS ecológico, tratamento de esgoto doméstico, aterro sanitário e realização de conferências municipais de meio ambiente, estão presentes em mais de 50% dos municípios da região. Apenas o município de Dourados realiza licenciamento ambiental das atividades de impacto local. Quanto à gestão ambiental regional consorciada, só o município de Maracaju a realiza. Os municípios de Dourados e Jateí possuem Conselho Municipal de Meio ambiente e 50% dos municípios da região tem ação em andamento de recuperação de áreas degradadas (Tabela 63).

As informações obtidas pela Coordenadoria de Planos, Projetos e Pesquisa e Monitoramento (CPPM) junto à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do

Tabela 63

Região de Grande Dourados – Ocorrência de impactos ambientais
2008

	Assoreamento	Desmatamento	Queimadas	Redução do pescado	Poluição do recurso água	Degradação de áreas legalmente protegidas	Poluição do ar
Caarapó							
Deodápolis							
Douradina							
Dourados							
Fátima do Sul							
Glória de Dourados							
Itaporã							
Jateí							
Maracaju							
Rio Brillhante							
Vicentina							

Fonte: IBGE Municípios, 2008.

■ Não informado ■ Sim ■ Não

Tabela 64

Região de Grande Dourados – Ações de redução de impactos ambientais
2008

	ICMS Ecológico	Realiza licenciamento ambiental de impacto local	Possui algum tipo de aterro	Gestão ambiental regional consorciada	Tratamento de esgoto doméstico	Realização de conferência municipal de meio ambiente	Existência de conselho municipal de meio ambiente	Recuperação de áreas degradadas
Caarapó								
Deodápolis								
Douradina								
Dourados								
Fátima do Sul								
G. de Dourados								
Itaporã								
Jateí								
Maracaju								
Rio Brillhante								
Vicentina								

Fontes: Semac/Superintendência do meio Ambiente – Supema/Imasul, prefeituras municipais.
Nota: Dados preliminares sujeitas a alteração trabalhados pela CPPPM/Suplan/Semac.

■ Não informado ■ Sim ■ Não

Sul -Sanesul no ano de referência 2007, dão conta que apenas o município de Glória de Dourados é atendido pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto – SAAE; os outros municípios são abastecidos pela Sanesul.

Quanto ao esgoto, dos onze municípios, sete são atendidos pela rede da Sanesul, três não têm atendimento e em Glória de Dourados a operação é feita por outra concessionária.

TURISMO

HISTÓRICO

Em Mato Grosso do Sul, o órgão oficial de turismo é a Fundação de Turismo - Fundtur, criada através do decreto n. 10.552 de 14 de novembro de 2001, com base na autorização constante na lei n. 2.307 de 9 de outubro de 2001, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – Seprotur, e coordena, propõe e centraliza as principais ações para desenvolvimento da atividade turística no estado.

A Fundtur é comandada há dez anos pela mesma diretora-presidente, Nilde Brun e apesar de estar “subordinada” à Seprotur, conta com bastante autonomia para suas ações e projetos. O fato de ser uma Fundação lhe permite algumas “vantagens” como, não depender unicamente do repasse do tesouro estadual. A Fundação recebe parte do valor arrecadado com as autorizações de pesca emitidas no estado.

Atualmente percebe-se uma clara “verticalização” das políticas públicas do turismo, partindo do Ministério do Turismo e “descendo” para os estados e municípios, em forma de planos e programas. O principal documento neste setor é o Plano Nacional de Turismo, que traz como diretrizes a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento.

Dentro deste plano, várias ações foram e são desenvolvidas pelo país, como o Programa de Regionalização do Turismo, que é um dos principais e com maior abrangência. Neste programa, o conceito básico é o de que a partir de um destino chamado “indutor”, ou seja, onde a atividade turística já é uma realidade, outros municípios com menor atratividade e que estão no entorno deste, também possam ser beneficiados por esta atividade econômica. Em muitos casos isso ocorre sem a transferência de fluxo turístico, mas de uma forma onde este “município vizinho” abastece o destino indutor com produtos do setor primário ou secundário, ou com prestações de serviços.

O TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O estado possui três destinos prioritários: Campo Grande, Bonito e Corumbá. Campo Grande foi selecionado por ser capital, enquanto Bonito e Corumbá pelas belezas, encantos cênicos e natureza única, além do fato de já possuírem um considerável fluxo de turistas. O MTur, atualmente, prioriza a distribuição de recursos federais para estes três destinos indutores, uma vez que estes podem dar e ter maior retorno em relação ao capital investido.

Outra política que veio do Ministério do Turismo é o estímulo à gestão compartilhada e descentralizada, e por isso no estado temos hoje dez macrorregiões, escolhidas de acordo com suas características, similaridades e proximidade em relação à atividade turística. São elas:

- Caminhos dos Ipês – Região onde Campo Grande está inserido;
- Bonito e Serra da Bodoquena;
- Pantanal;
- Caminhos da Fronteira;
- Cone Sul;
- Costa Leste;
- Grande Dourados;
- Rota Norte MS;
- Vale das Águas;
- Vale do Aporé.

Para cada uma dessas regiões há um Fórum Regional, com representantes de todos os municípios inseridos. Além deste Fórum, temos o Fórum Estadual de Turismo, com um representante de cada Fórum Regional, Fundação de Turismo, sistema “S” e os presidentes/representantes de associações e entidades de classe estaduais devidamente constituídas e em atividade.

Este Fórum Estadual tem caráter consultivo e é ouvido pela Fundação de Turismo sempre que há uma nova ação política ou programa para ser implantado. É uma oportunidade para a Fundtur comunicar os envolvidos e tentar conseguir sugestões ou comentários a respeito do que está sendo proposto. O Fórum tem reuniões ordinárias de dois em dois meses e está ativo, contando com uma boa participação do empresariado e dos Fóruns Regionais.

Este sistema de gestão compartilhada e descentralizada também incentiva a criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Turismo – Comtur. Particularmente neste ponto, é grande a dificuldade para envolver e manter operante os Conselhos Municipais, muito por falta de mobilização, estímulo ou vontade de participar de algo voluntariamente.

A FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS - FUNDTUR/MS

A Fundação de Turismo conta com um orçamento previsto de R\$ 11.497.200,00 para 2014, e para 2015, deverá subir para R\$ 11.568.500,00. Este orçamento vem subindo ano a ano, o que já pode ser considerado como uma conquista para o turismo, porém a Fundtur ainda precisa de uma maior estrutura física, mais veículos e mais pessoal.

Recentemente com a regulamentação da Lei Geral do Turismo, lei n. 11.771, a Fundação de Turismo, por meio de parceria assinada com o MTur, será responsável pela fiscalização e cadastro dos prestadores de serviços turísticos no estado de Mato Grosso do Sul no Cadastur, que agravará um problema existente: a falta de veículos e pessoal para executar este serviço. O Cadastur é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo. Atualmente alguns financiamentos e empréstimos públicos para a iniciativa privada só são obtidos com este cadastro, que é gratuito e válido por dois anos, e ele também reflete na “imagem” que o estado tem perante o Ministério, facilitando ou não a obtenção de recursos federais.

A Fundação de Turismo possui uma gerência de mercado que é responsável pela divulgação do estado em eventos e feiras nacionais e internacionais, e estes vem aumentando em seu número. Para efeito de comparação, em 2011 foram 28 eventos nacionais e 12 internacionais, totalizando a participação em 40 eventos. Para 2014 a previsão é de participação em mais de 50 eventos nacionais e internacionais. Este trabalho é feito levando-se em consideração o perfil do evento, público frequentador e resultado esperado.

Especificamente para a captação de eventos, são feitas parcerias com os *Convention Bureau*, que são entidades criadas para este fim. No caso de Bonito o *Convention* possui grande apoio do poder público municipal, o que não ocorre em Campo Grande, com o risco de ser interrompida. Em Corumbá não há *Convention* e Ponta Porã e Dourados, apesar de não serem destinos indutores, apresentam bons resultados na captação de eventos com seus *Conventions*.

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE MATO GROSSO DO SUL

Para a realização de eventos é fundamental que tenhamos bons espaços, e neste ponto encontramos nosso maior gargalo, pois o Centro de Convenções está ultrapassado e carente de reformas, além de ter somente um auditório de porte médio para 1.049 pessoas, sendo que atualmente temos a necessidade de uma sala/espço para 5.000 pessoas.

O Centro de Belas Artes que poderia ser uma alternativa, pela proposta que tem atualmente não terá espaços grandes, sem se falar na indecisão quanto ao término ou não da obra.

Quanto à capacidade hoteleira, em 2014 temos a previsão da abertura de mais dois hotéis em Campo Grande (Ibis Budget e Deville), sendo que três foram abertos o ano passado e, temos mais algumas unidades abrindo pelo interior do estado. Não corremos atualmente o risco de excesso de oferta de leitos em nossos hotéis, pois nossa oferta está adequada ao nosso fluxo. Exceção, é claro, quando temos alguns eventos pontuais e esporádicos que trazem dificuldades em conseguir um apartamento aos visitantes.

De maneira geral, à medida que esta demanda se consolida, a iniciativa privada se adapta e cria novos leitos para atender a esta demanda, por isso deve-se criar e fortalecer uma agenda de eventos, pois com isto os empresários ampliarão suas unidades hoteleiras ou teremos novos investidores neste mercado, criando novas vagas de emprego e renda.

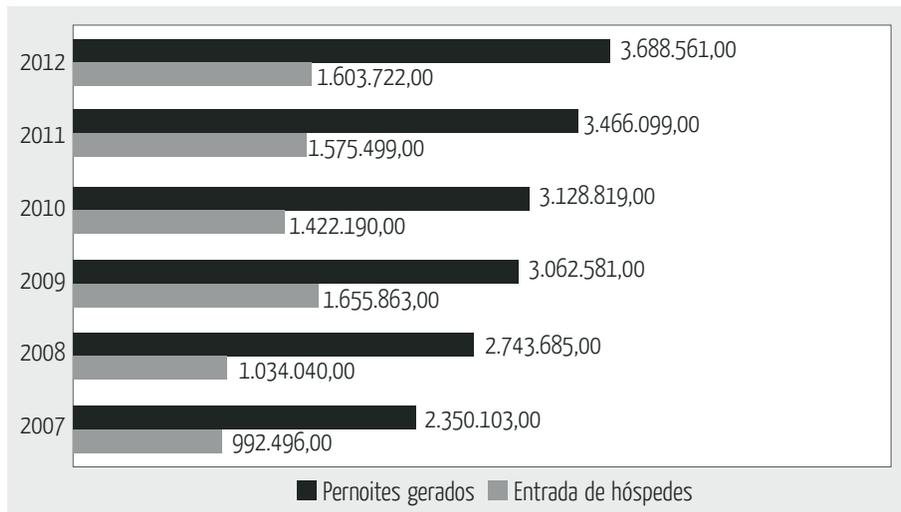
Percebemos um aumento na ocupação hoteleira, em seis anos de apuração dos dados quase dobrou este número, e houve elevação na taxa de ocupação, apesar da diminuição na média de dias em nosso estado.

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO TURÍSTICA

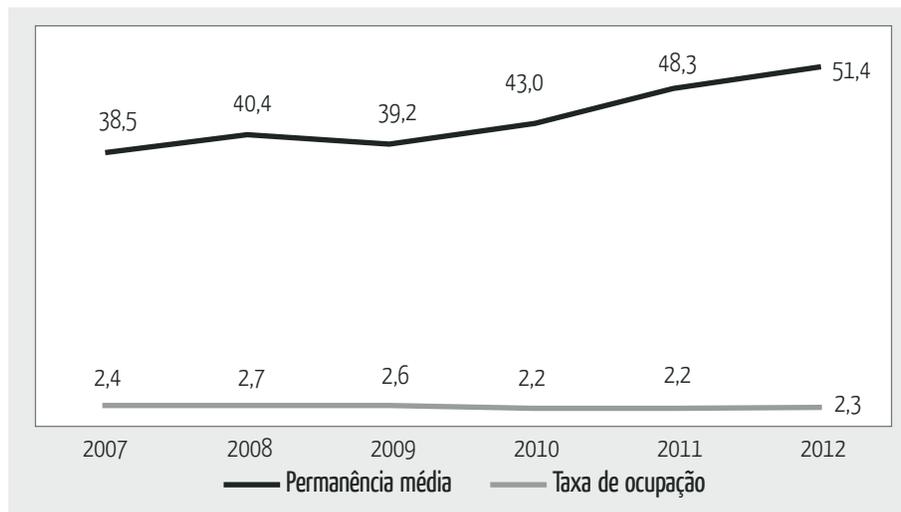
Criado em 2013, o Sistema de Classificação dos Municípios visa elencar e classificar em qual estágio de desenvolvimento turístico os municípios se encontram, por isso temos os quatro estágios: Semear, Nascer, Frutificar e Colher.

Gráfico 10

Mato Grosso do Sul – Movimentação hoteleira, unidades 2007-2012



Fonte: Setor de Informações e Estatísticas – FUNDTUR/MS.

Gráfico 11**Mato Grosso do Sul – Permanência média (dias) e taxa de ocupação (%)**
2007-2012

Fonte: Setor de Informações e Estatísticas – FUNDTUR/MS.

Para este sistema, dos 79 municípios, 25 não mandaram suas informações, o que demonstra desinteresse ou a não organização/falta de preparo para trabalharem este segmento. Para cada um destes estágios a Fundação de Turismo presta um tipo de ação, indo desde o apoio à instituição das instâncias de governança, até o apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos, ou seja, desde o ponto inicial do processo de desenvolvimento, até o último passo que é a divulgação de um destino já consolidado e preparado. Acreditamos que tenha sido uma proposta acertada e que gerará bons frutos.

A atividade turística e a nossa “atratividade” estão muito ligadas à nossa infraestrutura e esta é uma questão chave não só para o turismo, mas também para outras atividades de diversos setores. As condições de nossas rodovias, aeroportos, segurança, entre outros, impactam positiva ou negativamente em quem pretende vir para Mato Grosso do Sul. Além das condições citadas acima, é importante que isso seja divulgado, pois muitos desconhecem a real situação e atribuem uma imagem errônea ou equivocada ao estado e, lamentavelmente, este processo nunca ocorre de forma positiva, mas sim de forma negativa e depreciativa.

As rodovias BR 262 e BR 163, que são federais, são as principais vias para distribuir o fluxo turístico que chega ao estado, interligando seus principais

Tabela 65

Mato Grosso do Sul – Permanência média (dias) e taxa de ocupação (%)
 2007-2012

2006	UH's ¹ disponíveis	UH's ² ocupadas	Hóspedes ³	Pernoites gerados ⁴	Taxa ocupação (UH) ⁵	Permanência média (dias) ⁶	Hóspede por UH ocupada ⁷
MS	4.642.070	1.792.305	830.287	2.424.438	38,6	2,9	2,1
2007 *	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hospede / UH ocupada
MS	4.068.886	1.567.154	992.496	2.350.103	38,5	2,4	1,5
Capital	1.201.298	655.690	249.325	904.851	54,6	3,6	1,4
Interior	2.867.587	911.469	743.171	1.445.252	31,8	1,9	1,6
2008	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hóspede / UH ocupada
MS	4.300.297	1.738.443	1.034.040	2.743.685	40,4	2,7	1,6
Capital	1.367.935	734.876	271.075	1.053.866	53,7	3,9	1,4
Interior	2.932.362	1.003.567	762.965	1.689.819	34,2	2,2	1,7
2009	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hóspede / UH ocupada
MS	4.177.884	1.636.192	1.165.863	3.062.581	39,2	2,6	1,9
Capital	1.357.046	680.581	344.633	1.026.377	50,2	3,0	1,5
Interior	2.820.838	955.611	821.230	2.036.205	33,9	2,5	2,1
2010	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hóspede / UH ocupada
MS	4.485.120	1.955.512	1.422.190	3.128.819	43,6	2,2	1,6
Capital	1.004.845	620.391	489.782	930.586	61,7	1,9	1,5
Interior	3.480.275	1.335.121	932.408	2.198.233	38,3	2,3	1,6
2011	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hóspede / UH ocupada
MS	4.485.120	2.166.312	1.575.499	3.466.099	48,3	2,2	1,6
Capital	1.004.845	652.043	570.537	912.860	64,8	1,6	1,4
Interior	3.480.275	1.514.269	1.004.962	2.553.239	43,51	2,5	1,6
2012	UH's disponíveis	UH's ocupadas	Hóspedes	Pernoites gerados	Taxa ocupação (UH)	Permanência média (dias)	Hóspede / UH ocupada
MS	4.485.120	2.305.351	1.603.722	3.688.561	51,4	2,3	1,6
Capital	1.004.845	602.907	496.508	844.069	60,0	1,7	1,4
Interior	3.480.275	1.702.444	1.107.214	2.844.492	48,9	2,5	1,7

Fonte: Indicadores Básicos de Ocupação Hoteleira - DEPEs - Ministério do Turismo; FUNDTUR - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/FUNDTUR.

Nota: UH's 1 disponíveis: total de unidades habitacionais que podiam ser utilizadas no período nos estabelecimentos hoteleiros em funcionamento; UH's 2 Ocupadas: unidades habitacionais utilizadas por viajantes que se hospedaram no período; Hóspedes 3 : quantidade de visitantes que deram entrada nos empreendimentos no período; Hospedados 4: pernoites gerados por todos aqueles que pernoitaram durante um ou mais dias consecutivos no mesmo empreendimento; Taxa de ocupação 5: relação percentual entre o total de pernoites e de unidades habitacionais pelos dias referentes aos pernoites; Permanência média em dias 6: razão entre o total de pernoites e o número de viajantes; Relação Hóspedes/UH's Ocupadas 7: número médio de hospedados por unidade habitacional.

Tabela 66**Mato Grosso do Sul – Chegadas de turistas por via terrestre, segundo país de residência permanente 2007-2012**

País	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bolívia	22.566	24.642	31.938	37.376	20.333	29.132
Paraguai	19.879	19.382	21.411	23.169	14.663	8.373
Peru	4.674	1.622	3.413	4.136	1.068	1.568
Inglaterra	1.083	441	117	419	351	525
Alemanha	807	212	118	271	231	363
Austrália	695	490	128	295	211	267
Estados Unidos	627	118	10	184	94	159
Argentina	633	327	262	329	389	503
Espanha	619	149	92	71	133	142
Bélgica	412	-30	11	29	48	108
Canadá	371	-106	43	104	62	102
França	368	235	54	180	188	362
Holanda	341	141	47	111	91	164
Israel	321	87	37	76	32	53
Nova Zelândia	60	148	37	88	52	84
Irlanda	154	118	32	46	33	80
Suíça	165	119	54	110	69	120
Chile	122	229	151	214	128	298
Colômbia	87	84	97	197	118	227
África do Sul	100	-	11	18	9	34
Equador	123	90	38	70	146	286
Índia	-	44	21	-	64	90
Uruguai	75	32	25	53	35	50
Itália	75	83	27	58	47	82
Rússia	-	-	-	-	5	31

Fonte: Departamento de Polícia Federal / Anuário Estatístico - Ministério do Turismo.

destinos indutores. Com a concessão da BR-163, estão previstos investimentos como a instalação de balanças, melhorias na sinalização, duplicação da rodovia em toda sua extensão, entres outras. As rodovias estaduais de forma geral têm um papel “acessório” neste fluxo e atualmente atende razoavelmente a demanda existente, que vem caindo, apesar de, também, não contar com uma eficiente sinalização turística.

Recuperar estradas-chaves, melhorar nossos aeroportos, investir na saúde e na segurança pública, são ações básicas para quem pretende desenvolver a

atividade turística. Aqui vale lembrar que turistas não são somente aqueles que vêm de outros estados ou países para nos visitar, temos aqui também o turista interno, aquele sul matogrossense que gosta, quer e pode viajar pelo seu estado.

Os aeroportos no estado, principalmente o de Campo Grande, que centraliza a maior quantidade de voos e passageiros, necessita de ampliação e modernização. Algumas obras como ampliação do saguão do aeroporto, ampliação e melhorias da sala de embarque e desembarque, ampliação do estacionamento para visitantes, locais apropriados para vans e ônibus turísticos, linha de transporte público que faça a interligação com o centro da cidade e com a rodoviária, além da raspagem e recapagem da pista de pouso, são obras em execução no aeroporto internacional “Antônio João” em Campo Grande. De qualquer forma, há muito o que melhorar no aeroporto da capital, por exemplo o setor receptivo, área para restaurantes, área de táxis, área de recepção de bagagens etc. Diversos aeroportos regionais necessitam de melhorias, para que o turista passe a utilizar dessa estrutura em seu deslocamento com uso de pequenas aeronaves.

Vale salientar que nem todos os produtos e serviços turísticos têm a mesma atratividade, ou seja, americanos saem de seu país para vir conhecer o Pantanal e Bonito, mas não o fazem para conhecer Aparecida do Taboado ou Fátima do Sul. A atratividade destes dois primeiros destinos é muito maior que dos dois destinos seguintes, porém não quer dizer que eles não possam ser trabalhados também.

Aparecida do Taboado tem em um raio de 100 km quase um milhão de pessoas que podem conhecer e usufruir de suas belezas naturais, principalmente as ligadas ao turismo aquático/fluvial e outras atividades que ali podem ser desenvolvidas.

Fátima do Sul com seu parque aquático e o rio Dourados também pode atrair e receber pessoas da região da Grande Dourados, até mesmo porque vem investindo bastante em alguns eventos na cidade, como o Carnaval, com a presença de artistas e celebridades.

Este é um dos grandes diferenciais da atividade turística, pois não precisa de grandes empresas, multinacionais ou a construção de complexos com estruturas milionárias. Da união de pequenas ações, pequenos empresários e o apoio do poder público, podemos gerar renda e trabalho para um grande número de envolvidos.

PROJETOS DA FUNDTUR - EM ANDAMENTO

A inauguração do Aquário Natural, projeto do arquiteto e designer de móveis, o brasileiro Ruy Othak, responsável por mais de trezentas obras

realizadas no Brasil e no exterior, deverá ser o maior Aquário Natural de Água Doce do mundo, aumentará nossa evidência dentro e fora do país, porque será único e atrairá uma gama variada de turistas por seus múltiplos propósitos; contemplativos, turísticos, educacionais e científicos.

Sua finalidade é incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e diálogos com universidades nacionais e internacionais, educação ambiental e ainda funcionar como um espaço de turismo, lazer e reuniões. Inclui ainda biblioteca, laboratório, auditório, salas para exposição, praça de alimentação para a população campo-grandense, beneficiando também vários setores da capital, entre eles o alimentício, hoteleiro, transportes aéreos e rodoviários. Será uma grande oportunidade para aumentar nossa divulgação e aumentar nosso fluxo turístico.

Para 2016 teremos no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, a realização das Olimpíadas, e será mais uma grande oportunidade de atrair turistas e a mídia internacional para nosso estado, mostrando nossas belezas naturais, nossa cultura e nosso povo.

Pontualmente neste caso, acreditamos ser fundamental a divulgação de Mato Grosso do Sul nesta localidade, uma vez que ali teremos vários turistas, atletas e a mídia internacional, que fará a cobertura deste evento, e que poderá, dependendo de nossos esforços, gerar um aumento no fluxo turístico ou até mesmo demandar reportagens e matérias para a imprensa internacional, algumas sem custo ou com baixo custo para o apoio. Nesta vertente, é claro o baixo apoio dado à realização de *press trip*. Esta ação é fundamental para a divulgação do estado, principalmente no exterior do Brasil.

E como principal obstáculo para o desenvolvimento da atividade turística no estado está a falta de dados e informações. No turismo estadual praticamente tudo, é feito por estimativas ou “achismos”. Adotam-se pesquisas feitas nacionalmente, principalmente pela Embratur (que após a criação do Mtur ficou com a incumbência de trabalhar o *marketing* brasileiro e, por isso, realiza vários levantamentos quanto às expectativas, grau de satisfação, imagem do país, entre outros) para subsidiar ações estaduais e, é sabido que o planejamento sem as devidas informações dificilmente atingirá o resultado esperado. Seria interessante criar um sistema ou *software* de pesquisa que pudesse unir dados das estatísticas produzidas pelos Departamento da Polícia Federal, Departamento da Aviação Civil e Departamento de Estradas e Rodagem. Por último, vale ressaltar que a mensuração da demanda turística é um processo difícil que reflete a própria complexidade do produto turístico.

É preciso ter conhecimento de que os turistas de hoje, para planejar e realizar suas viagens, usam a internet e as indicações de amigos e parentes para escolher seus destinos. As indicações de amigos e parentes ainda lide-

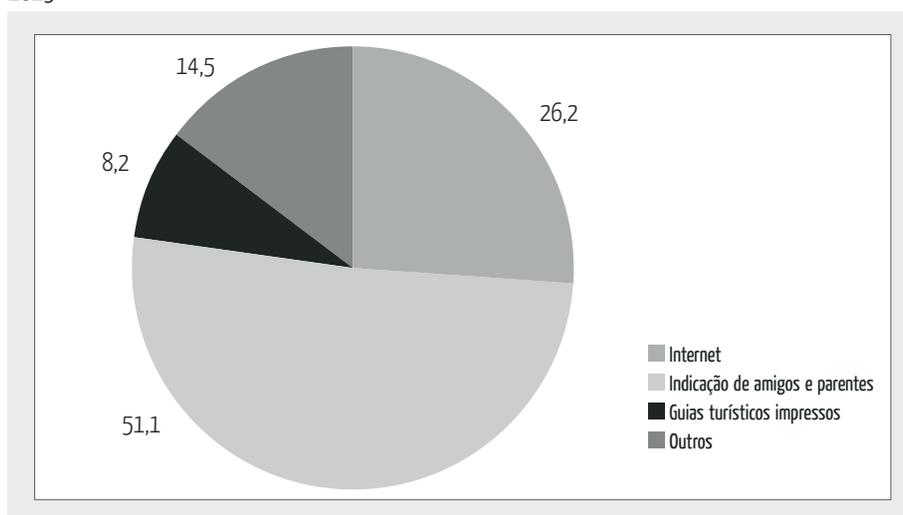
ram as fontes de informação com 51,1%, seguido pela pesquisa na internet com 26,2%. O primeiro trata da divulgação “boca em boca”, que além de ser largamente usada como fonte, é gratuita, pois quem fala bem de algum lugar o faz porque realmente gostou/gosta daquele local ou serviço e não porque está sendo comissionado ou remunerado para fazê-lo. O que gera este tipo de propaganda “boca em boca” é o bom atendimento dado a este turista, de tal forma que o satisfará a ponto de fazer divulgação desse destino gratuitamente. Daí a grande importância da capacitação de recursos humanos. Vale lembrar que a propaganda negativa também existe, inclusive em escala muito maior e com muito mais força do que a propaganda positiva.

A internet, uma realidade nos tempos de hoje, é a segunda maior fonte de informações para as pessoas que querem viajar pelo mundo. Temos sites de buscas especializados em destinos turísticos, site de compra de pacote e serviços, site com depoimentos de turistas que já fizeram aquele destino/passeio, inclusive sites com fotos em 360° que tenta transmitir pela tela do computador a sensação real do visitante naquele local. Mato Grosso do Sul possui uma página institucional do órgão oficial de turismo, mas que é subutilizada.

As participações em eventos, *road shows*, entre outros, também se justifica por ser uma ação voltada diretamente para os “intermediários” deste setor,

Gráfico 12

Mato Grosso do Sul – Fonte de informações para o turista programar viagens
2013



Fonte: Estudo da Demanda Turística Internacional 2007-2012 – FIPE e MTur.

ou seja, para quem tem a responsabilidade de “revender” nossos destinos aos consumidores finais, os turistas.

Uma pesquisa realizada pela FIPE-MTur e deve subsidiar e nortear todas as ações de planejamento e divulgação do “Destino MS” no mercado internacional de turismo.

Apesar de estar em um processo de redução, a maior motivação para se visitar o estado ainda é por causa do “lazer”. Dentro deste conceito podemos englobar todas as viagens motivadas pelo desejo de se divertir, usar o tempo ocioso, usufruir das férias para visitar locais novos ou ainda não conhecidos pelo turista.

O percentual de turistas que viajam para o lazer é de 34,5%, 86,4% viajam para ver nossa natureza, praticando assim o ecoturismo. Outros motivos com 52,2% surge em primeiro lugar nas motivações para se conhecer o estado, mas aqui dentro estão várias outras motivações com influência menor que a de lazer. São motivações como: viagem para visitar a família, amigos, viagem de saúde, viagem histórico-cultural, entre outras motivações.

O turismo de negócios e eventos apresentou recuperação no ano de 2012, e quando se trata de negócios e eventos Campo Grande lidera com 69,9% deste fluxo, deixando Bonito em segundo lugar com 16,5%. Quando a motivação é lazer este cenário se inverte, tendo Bonito em primeiro lugar com 61,8%, e Campo Grande com 48,6 %. Vale lembrar que aqui a soma dos dois destinos será maior do que 100%, porque um turista pode visitar os dois destinos na mesma viagem.

A hotelaria e os destinos turísticos “sofrem” com a sazonalidade típica da atividade turística (Gráfico 13), e uma das saídas para sanar este problema é a realização de eventos. Alguns destes entraram definitivamente na agenda do estado como o Festival de Inverno de Bonito e o Festival América do Sul.

Recentemente foi realizado o “Pantanal Extremo” no município de Corumbá, em uma tentativa de diminuir a grande queda que há no fluxo turístico daquele destino após o início da época de piracema, quando a pesca fica proibida para permitir a reprodução dos peixes. Esta iniciativa além de movimentar a cidade, cria um novo produto. É uma proposta que busca a diversificação do público consumidor, possibilitando novas possibilidades de negócios. Tudo isso sem se esquecer da preocupação ambiental, uma vez que o perfil do público almejado é o de uma pessoa preocupada com a natureza e a sustentabilidade no planeta.

Portanto, se torna possível diminuir o impacto da sazonalidade na economia local, que inclui a demissão de empregados e redução na arrecadação de impostos por parte do poder público e, ainda divulgar e incentivar a pre-

Tabela 67

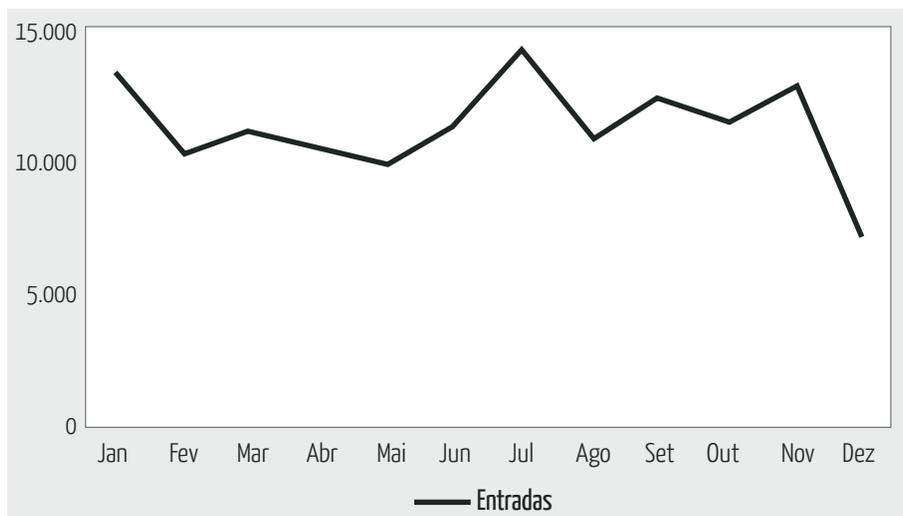
Unidades da Federação – Chegadas de turistas ao Brasil, por via terrestre
2007-2012

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total Brasil	1.150.119	1.248.508	1.298.972	1.400.483	1.442.865	1.540.646
Paraná	492.647	577.012	638.678	695.222	705.633	739.728
Rio Grande do Sul	503.655	536.376	516.923	558.851	598.176	656.927
Mato Grosso do Sul	55.209	49.508	58.395	68.140	39.100	43.891
Santa Catarina	45.793	38.419	49.558	54.593	64.593	75.301
Amazonas	8.401	9.488	4.328	1.839	5.769	4.508
Outros estados	43914	37.705	31.090	21.838	29.594	20.291

Fonte: Departamento de Polícia Federal / Anuário Estatístico - Ministério do Turismo.

Gráfico 13

Mato Grosso do Sul – Movimento sazonal
Janeiro/dezembro



Fonte: Sistema de Informações e Estatística – FUNDTUR/MS.

servação ambiental em um local até recentemente associado à pesca predatória e a depredação ambiental.

Esta iniciativa “experimentada” no município de Corumbá pode ser aproveitada por todos os demais municípios, mas é claro que nem todos terão a mesma atratividade percebida nessa região, porém, mesmo que gere somente um fluxo interno no estado, isso já é suficiente para movimentar o comércio local, gerar lucros e dividendos para toda esta comunidade envolvida neste evento.

Tabela 68

Mato Grosso do Sul – Chegadas de turistas por via terrestre, segundo continentes e país de residência permanente
2007-2012

Continentes/países	2007	2008	2009	2010	2011	2012
África	132	4	16	60	41	66
África do Sul	100	-	11	18	9	34
Angola	-	-	*	-	-	-
Nigéria	-	1	5	18	9	3
Cabo Verde	-			6	1	-
Outros	32	3	*	18	22	29
América Norte	1.008	235	75	317	190	297
Estados Unidos	627	118	10	184	94	159
Canadá	371	106	43	104	62	102
México	10	11	22	29	34	36
América Central	32	10	10	30	27	51
Outros	32	2	5	30	15	30
Cuba	-	5	*	-	11	14
Costa Rica/Panamá/Porto Rico	-	3	5	-	1	7
América Sul	48.238	46.421	57.367	65.597	36.879	40.457
Bolívia	22.566	24.642	31.938	37.376	20.333	29.132
Paraguai	19.879	19.382	21.411	23.169	14.663	8.373
Peru	4.674	1.622	3.413	4.136	1.068	1.568
Argentina	633	327	262	329	369	503
Chile	122	229	151	214	128	298
Uruguai	75	32	25	53	35	50
Colômbia	87	84	97	197	118	227
Equador	123	90	38	70	146	286
Venezuela	47	12	27	47	13	16
Guiana Francesa	32	-	5	-	4	2
Rep. da Guiana/Suriname	-	1	*	6	2	2
Europa	4.366	1.738	635	1.507	1.429	2.325
Inglaterra	1.083	441	117	419	351	525
Alemanha	807	212	118	271	231	363
Espanha	619	149	92	71	133	142
Bélgica	412	30	11	29	48	108
França	368	235	54	180	188	362
Holanda	341	141	47	111	91	164
Suíça	165	119	54	110	69	120
Irlanda	154	118	32	46	33	80
Suécia	114	49	27	35	24	42

Dinamarca	91	52	10	52	23	46
Itália	75	83	27	58	47	82
Portugal	31	17	*	12	32	38
Finlândia	20	2	5	-	14	11
Polônia	14	21	*	6	30	42
Noruega	-	7	*	6	39	34
Áustria	-	9	15	24	22	43
Grécia	-	17	*	-	4	6
Hungria	-	4	*	12	4	4
República Tcheca	--	2	5	-	10	16
Rússia	14	*	6	5	31	
Outros	72	16	21	59	31	66
Oceania	755	639	165	383	265	354
Austrália	695	490	128	295	211	267
Nova Zelândia	60	148	37	88	52	84
Ásia	357	(1) 289	127	246	267	341
China	92	1	*	6	8	7
Japão	102	95	42	88	77	75
Coreia	163	22	27	35	24	36
Índia	-	44	21	-	64	90
Israel	321	87	37	76	32	53
Outros	-	40	*	41	62	80
Países não especificados	-	172	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	55.209	49.508	58.395	68.140	39.100	43.891

Fonte: Departamento de Polícia Federal / Anuário Estatístico - Ministério do Turismo.

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – FUNTUR

Existe ainda o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo para o Mato Grosso do Sul – Funtur, que é administrado pela própria Fundação de Turismo em um Conselho Administrativo. Neste Fundo, a empresa “doadora” tem o valor da doação deduzido do valor devido de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Ultimamente somente a empresa Vivo Celular vem contribuindo para este Fundo. Lei de criação do Funtur n. 2652 de 17/07/03 e decreto n. 11.340 de 14/08/2003.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA LOCAL ESTRUTURA ADMINISTRATIVA – RELATÓRIO ESTADIC

Tabela 69

Mato Grosso do Sul – Composição do quadro de funcionários da administração direta 2013

Total de funcionários ativos da administração direta ⁽¹⁾	44480
Total de funcionários ativos da administração direta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental ⁽³⁾	4848
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	17288
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino superior	20456
Total de funcionários ativos da administração direta - pós-graduação	3888
Total de funcionários ativos da administração direta - estatutários ⁽¹⁾	34294
Total de funcionários ativos da administração direta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental ⁽³⁾	4518
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	13943
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino superior	12552
Total de funcionários ativos da administração direta - pós-graduação	3281
Total de funcionários ativos da administração direta - CLT ⁽¹⁾	70
Total de funcionários ativos da administração direta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental ⁽³⁾	11
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	31

continua

MATO GROSSO DO SUL
2000-2013

Total de funcionários ativos da administração direta - ensino superior	25
Total de funcionários ativos da administração direta - pós-graduação	3
Total de funcionários ativos da administração direta - somente comissionados ⁽¹⁾	1373
Total de funcionários ativos da administração direta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental ⁽³⁾	107
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	621
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino superior	638
Total de funcionários ativos da administração direta - pós-graduação	7
Total de funcionários ativos da administração direta - estagiários ⁽¹⁾	13
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	13
Total de funcionários ativos da administração direta - s/vínculo permanente ⁽¹⁾	10730
Total de funcionários ativos da administração direta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino fundamental ⁽³⁾	212
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino médio	2680
Total de funcionários ativos da administração direta - ensino superior	7241
Total de funcionários ativos da administração direta - pós-graduação	597

Fonte: IBGE, pesquisa de informações básicas estaduais - 2012.

(1) Inclusive os sem declaração de escolaridade. (2) Pessoa que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental.

(3) A declaração de escolaridade referente ao ensino fundamental refere-se ao primeiro grau completo ou incompleto. Quanto às demais escolaridades, considerou-se apenas o curso completo. Acesso em: www.ibge.gov.br/estadic2012/ver_tema.php?tema=t2_2&munic=&uf=50&nome=

Tabela 70**Mato Grosso do Sul – Composição do quadro de funcionários da administração indireta
2013**

Total de funcionários ativos da administração indireta ⁽¹⁾	7825
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental ⁽³⁾	777
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	2809
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino superior	2977
Total de funcionários ativos da administração indireta - pós-graduação	1262
Total de funcionários ativos da administração indireta - estatutários ⁽¹⁾	7186
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental ⁽³⁾	759
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	2530
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino superior	2683
Total de funcionários ativos da administração indireta - pós-graduação	1214
Total de funcionários ativos da administração indireta - CLT ⁽¹⁾	47
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental ⁽³⁾	7

continua

Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	16
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino superior	22
Total de funcionários ativos da administração indireta - pós-graduação	2
Total de funcionários ativos da administração indireta - somente comissionados ⁽¹⁾	533
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental ⁽³⁾	10
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	208
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino superior	272
Total de funcionários ativos da administração indireta - pós-graduação	43
Total de funcionários ativos da administração indireta - estagiários ⁽¹⁾	56
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	55
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem vínculo permanente ⁽¹⁾	3
Total de funcionários ativos da administração indireta - sem instrução ⁽²⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino fundamental ⁽³⁾	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino médio	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - ensino superior	0
Total de funcionários ativos da administração indireta - pós-graduação	43

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - 2012

(1) Inclusive os sem declaração de escolaridade. (2) Pessoa que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu a 1ª série do ensino fundamental. (3) A declaração de escolaridade referente ao ensino fundamental refere-se ao primeiro grau completo ou incompleto. Quanto às demais escolaridades, considerou-se apenas o curso completo.

Figura 32

Mato Grosso do Sul – Folha de pagamento estado de MS 2010

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SIPLAN ORÇAMENTO ANUAL - 2010		DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR GRUPO ORÇAMENTAR (G0RAL)		ACRÉSCIMOS
		SEGUIMOS		R\$ 1,00
E S P E C I F I C A D		T E S O U R O	O U T R A S F O N T E S	T O T A L
DESPESAS CORRENTES		909.862.500	1.127.794.100	2.226.656.600
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		320.143.900	1.133.272.800	1.453.416.700
JURIS E ENCARGOS DA DÍVIDA		3.546.000	0	3.546.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		586.182.600	184.461.300	770.643.900
DESPESAS DE CAPITAL		126.373.300	18.941.100	145.314.400
INVESTIMENTOS		77.740.700	18.927.100	96.667.800
AMPLIACÃO DA DÍVIDA		48.632.600	0	48.632.600
FINANCIAMENTO DE CAPITAL		1.600	11.000	12.600
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0	99.217.800	99.217.800

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO MATO GROSSO DO SUL

SEMACE

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e de Tecnologia (SEMACE) surgiu com a última reforma administrativa (dezembro de 2002), fundindo o Instituto de Planejamento (Iplan) a Superintendência da Ciência e Tecnologia (Sucitec), do estado.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia (Fundect) em Mato Grosso do Sul, é autônoma e está vinculada e subordinada hierarquicamente à Semace.

SUCITEC: SUPERINTENDÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Superintendência de Ciência e Tecnologia é subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, e a ela compete:

- I - reconhecer, promover e orientar as demandas de desenvolvimento do ensino superior, ciência e tecnologia e inovação e promover a difusão de técnicas e conhecimentos tecnológicos inovadores;
- II - promover, orientar, coordenar e supervisionar a política de desenvolvimento de ciência e tecnologia e inovação;
- III - executar os procedimentos para a integração do Sistema Estadual

de Ciência, Tecnologia e Inovação com o Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação e demais áreas;

IV - exercer a Secretaria-Executiva do Fórum Estadual de Ciência e Tecnologia, viabilizando as condições técnicas e administrativas para o seu funcionamento;

V - manter intercâmbio para a criação e divulgação de conhecimentos com órgãos públicos e entidades governamentais ou particulares, nacionais ou estrangeiras, que atuem no segmento de desenvolvimento científico, tecnológico e inovador;

VI - articular-se com os Sistemas Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação;

VII - incentivar a formação, o desenvolvimento e a capacitação de recursos humanos nas áreas de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia;

VIII - implementar programas e ações de popularização da ciência tecnologia e inovações, com vistas a sua apropriação pela sociedade;

IX - estimular a realização e divulgação de pesquisas científicas e tecnológicas.

FUNDECT

A Fundect, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, foi criada pela lei 1.860 de 3 de julho de 1998, alterada pela lei 2.046 de 15 de dezembro de 1999. É pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade é conceder apoio financeiro e incentivar Projetos de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação relevantes para o desenvolvimento econômico, cultural e social de Mato Grosso do Sul, executados por pesquisadores vinculados à Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, públicas ou privadas localizadas no Estado (Tabela 67).

O artigo 12 da Constituição Estadual, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, estabelece que o repasse de recurso do Tesouro à Fundect deva ser de, no mínimo, 0,5% da Receita Tributária Estadual (ICMS). O valor de receita com recursos do tesouro do estado em 2011 foi de R\$4.855.084,01, que representa 24,5% do valor orçamentário constitucional de R\$ 19.820.000,00, que equivale a um repasse de 0,12% da receita tributária estadual de 2011. A comparação de valores dos recursos financeiros disponibilizados no ano de 2010 (R\$5.332.670,40) mostrou uma redução no investimento em C,T&I em Mato Grosso do Sul no ano de 2011.

Tabela 71

Mato Grosso do Sul – Síntese do balanço financeiro da Fundect
2011 e 2012

Receita por fonte de recurso	2011	2012
Repasse Tesouro via conta D	4.203.696,59	4.215.221,19
Repasse Tesouro via Conta Única	308.104,07	263.982,43
Repasse Tesouro contrapartida convênios		1.367.775,00
Repasse UEMS/PIBIC		317.520,00
Repasse SED_MS		155.000,00
Rendimentos	2.125,52	706,22
Devolução*	341.157,83	179.878,99
Receitas Fonte 00 total, R\$	4.855.084,01	6.500.083,83
Receitas recebidas por NC - outras fontes		
Repasse Fundtur - Fonte 0240		42.000,00
Repasse Fundems - Fonte 0246		1.400.000,00
Repasse Imasul - Fonte 0244		135.000,00
Rendimentos		3.215,37
Receitas outras fontes Total R\$		1.580.215,37
Total R\$		8.080.299,20
Receitas total - Fonte 81		
PPSUS/CNPq		634.310,00
Pronem 2010 (CNPq)	715.200,00	
PPP 2010 (CNPq)	745.000,00	
PIBICJr-MS (CNPq)	156.000,00	156.000,00
FAPERGS		82.800,00
Fapespa		72.689,22
Rede Dengue Fase I	55.522,87	209.615,61
Rede Dengue Fase II	497.924,35	2.180.963,00
Finep Ridesa	188.500,00	
Sebrae ALI	155.000,00	89.840,00
Prefeitura municipal de Bonito (Curso de Guia de Turismo)	14.000,00	63.000,00
Rendimentos	224.101,37	165.328,64
Receitas Fonte 81 Total, R\$	2.751.248,59	3.654.546,47
Receitas total, R\$	7.606.332,60	11.734.845,67

Fonte: Relatório de Gestão Fundect 2011 e 2012.

INVESTIMENTOS DIRETOS REALIZADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Um fator limitante ao desenvolvimento do estado é a falta de ambiente de inovação. Ações envolvendo o incentivo à inovação e a pesquisa tecnológica, ao desenvolvimento da engenharia e a consolidação dos ambientes de

Tabela 72

Mato Grosso do Sul – Detalhamento das despesas da Fundect por programa e fonte de recurso 2011 e 2012

Despesa por programa e fonte de recurso	2011		2012	
	Fonte 00	%		%
I Fomento	3.583.190,62	75,22	8.160.218,24	84,21
Apoio a projetos	1.026.424,51	21,55	2.200.292,38	22,76
Apoio da formação de recursos humanos	2.334.360,00	49,00	2.103.359,66	2,07
Apoio a realização de eventos	160.327,52	3,33	200.133,40	
Outras atividades técnicas	62.078,59	1,30		
Programas especiais			3.517.114,80	36,38
Inovação nas empresas			139.318,00	1,44
II. Despesas administrativas	1.180.323,89		1.507.616,55	
Pessoal	771.210,98		1.072.504,26	71,14
Encargos	248.461,72		153.499,94	10,18
Material de consumo	5.182,42		5.105,30	0,34
Serviços de terceiros	151.931,66		224.746,38	14,91
Passagens			31.071,65	2,06
Diárias			16.511,40	1,10
Ind. e restituição			4.177,62	
Equip e material permanente				
Transf. para outras fontes	3.537,11			
Total R\$	4.763.514,51		9.667.834,79	

Fonte: Relatório de Gestão Fundect 2011 e 2012.

inovação nos setores produtivos, visando a qualificação e a capacitação para o maior desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia local, de modo a se incrementar a competitividade de Mato Grosso do Sul, ainda são muito incipientes e feitas de forma isolada, sem uma visão objetiva e sistêmica.

Observando o quadro abaixo em Mato Grosso do Sul os números apontam um descaso total do governo do estado com esta modalidade temática. Avaliando apenas a região Centro-Oeste, notamos que a aplicação em ciência e tecnologia não evoluiu como nos outros estados, o que interfere diretamente na nossa competitividade, sobretudo nos aspectos de tecnologia e inovação agregando valor a cadeia produtiva.

Abaixo seguem os dispêndios dos orçamentos do governo em ciência e tecnologia (C&T) por órgão e atividade do ano de 2011, apresentados em Tabelas 70, 71 e 72, para os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Embora o estado de Minas Gerais não seja parte da região Centro-

Tabela 73

Mato Grosso do Sul – Investimentos diretos em ciência e tecnologia região Centro-Oeste 2006 a 2010

Sigla	Código	Estado	2006	2007	2008	2009	2010
DF	53	Distrito Federal	2.581.754	68.504.138	45.653.977	75.015.112	80.756.431
GO	52	Goiás	10.567.864	30.626.342	140.709.282	192.986.513	200.806.714
MS	50	Mato G. do Sul	4.321.796	5.329.060	6.832.048	6.135.446	9.015.384
MT	51	Mato Grosso	15.393.550	14.164.761	27.881.579	66.583.016	95.793.302

Fonte – IPEADATA.

Figura 33

Mato Grosso do Sul – Despesas por função em ciência e tecnologia 2010



Fonte: IPEADATA.

-Oeste, apresentamos o dispêndio do orçamento para mostrar como uma política de ação transversal em Ciência e Tecnologia pode angariar muitos recursos e aplicar em diversos seguimentos. Mato Grosso do Sul investiu aproximadamente 33 milhões, Mato Grosso 120 milhões, Goiás 99 e Minas Gerais 645 milhões.

Os investimentos realizados em atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC – visualizar nas tabelas Y e Z) nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais demonstram uma forte atuação de maneira transversal por estes estados nas diversas áreas e secretarias de um governo. Outro ponto importante a ser destacado são os números de fundações de pesquisa existentes nestes estados, ou seja, há uma política clara de incentivo a inovação, onde se cria um ambiente favorável às universidades, empresas, fundações, para realização de pesquisas básicas e aplicadas.

Tomando como exemplo o estado de Minas Gerais podemos observar investimentos de Atividades Científicas e Técnicas (ACTC) nas secretarias de cultura, turismo, meio ambiente dentre outras.

Esta é uma grande oportunidade para o próximo governador, que pode criar uma política inovadora de investimentos em ciência e tecnologia, desde a criação de polos de tecnologia de maquinários e *software* agrícolas a melhoramentos por meio de pesquisas em cadeias produtivas já existentes no estado, como por exemplo: o couro, o gado, a celulose, piscicultura, bem como investir em novas cadeias promissoras e que dispomos de matérias-primas em estado latente, como nanotecnologia correlacionada a biotecnologia, fármacos e a biodiversidade do bioma pantanal e cerrado.

Neste caminhar para a elaboração do diagnóstico do programa de governo nos foi relatado o sucateamento da AGRAER e ao avaliar o dispêndio do orçamento disposto nas tabelas a seguir, podemos verificar que foi investido apenas R\$ 11 milhões no ano de 2011, já em Cuiabá, a secretaria de desenvolvimento rural investiu R\$ 43 milhões.

Tabela 74

Mato Grosso do Sul – Dispêndios do orçamento⁽¹⁾ do governo em ciência e tecnologia (C&T)^(2,3) por órgão e atividade (em R\$ 1,00)
2011

Órgão	P&D ⁽³⁾	ACTC	C&T ^(2,3)
Total	6.742.027,41	26.291.110,45	33.033.137,86
Agência de desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	856.969,32	11.538.006,59	12.394.975,91
Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal Vegetal	-	52.015,17	52.015,17
Agência Estadual de Meteorologia	-	9.311.611,14	9.311.611,14
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia	4.985.024,46	1.218.829,20	6.203.853,66
Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	712.124,37	840.664,58	1.552.788,95
Secretaria de Desenvolvimento Prod. Ind. Com. Turismo	-	3.141.307,43	3.141.307,43
Secretaria de Estado do Meio Ambiente Cidade e Planejamento	187.909,26	188.676,34	376.585,60

Fonte: Balanço Geral do Estado e/ou levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia ou instituições afins. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) Notas: (1) Considerados os valores de empenhos liquidados dos recursos do Tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social, excluindo-se, quando o balanço permite, as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e com inativos e pensionistas (2) Ciência e Tecnologia (C&T) = Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) + Atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC). (3) Não estão computados os dispêndios estimados em P&D das instituições estaduais de ensino superior do governo estadual. Fonte: www.mcti.gov.br/riecet_indicadores_estaduais/auto/DISP_A_MS.html

Tabela 75

Mato Grosso do Sul – Dispêndios do orçamento⁽¹⁾ do governo em ciência e tecnologia (C&T)^(2,3) por órgão e atividade (em R\$ 1,00)

2011

Órgão	P&D ⁽³⁾	ACTC	C&T ^(2,3)
Total	20.678.720,82	99.754.092,28	120.432.813,10
Fundação Universidade do Estado do Mato Grosso	-	632.693,56	632.693,56
Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial	-	163.300,00	163.300,00
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	16.575.847,67	38.813.541,38	55.389.389,05
Secretaria de Estados de Desenvolvimento Rural	4.102.873,15	38.745.025,33	42.847.898,48
Secretaria de Estado e Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar	-	14.190,00	14.190,00
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia	-	21.385.342,01	21.385.342,01

Fonte: Balanço Geral do Estado e/ou levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia ou instituições afins. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (CGIN) - ASCAV/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). No-tas: (1) Considerados os valores de empenhos liquidados dos recursos do Tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social, excluindo-se, quando o balanço permite, as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e com inativos e pensionistas (2) Ciência e Tecnologia (C&T) = Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) + Atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC). (3) Não estão computados os dispêndios estimados em P&D das instituições estaduais de ensino superior do governo estadual. Fonte: www.mcti.gov.br/riecet_indicadores_estaduais/autor/DISP_A_MS.html

Tabela 76

Mato Grosso do Sul – Dispêndios do orçamento⁽¹⁾ do governo em ciência e tecnologia (C&T)^(2,3) por órgão e atividade (em R\$ 1,00)

2011

Órgão	P&D ⁽³⁾	ACTC	C&T ^(2,3)
Total	41.033.218,80	58.221.483,20	99.254.702,00
Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás – Emater	912.837,32	27.155.746,18	28.068.583,50
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás - Fapeg	36.318.877,49	3.579.748,25	39.898.625,74
Fundo Especial de Desenvolvimento Rural - Funder	-	175.837,22	175.837,22
Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	3.082.095,11	20.420.180,72	23.502.275,83
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	719.408,88	6.885.403,41	7.604.812,29
Secretaria de Ciência e Tecnologia	-	4.567,42	4.567,42

Fonte: Balanço Geral do Estado e/ou levantamento realizado pela Secretaria Estadual De Ciência e Tecnologia ou Instituições Afins. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (Cgin) - Ascav/Sexec - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Mcti). Notas: (1) Considerados os valores de empenhos liquidados dos recursos do tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social, excluindo-se, quando o balanço permite as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e com inativos e pensionistas (2) Ciência e Tecnologia (C&T) = Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) + Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (Actc). (3) Não estão computados os dispêndios estimados em P&D das instituições estaduais de ensino superior do governo estadual. Fonte: www.Mcti.Gov.Br/Riecet_Indicadores_Estaduais/Auto/Disp_A_Ms.html

Tabela 77

Mato Grosso do Sul – Dispêndios do orçamento⁽¹⁾ do governo em ciência e tecnologia (C&T)^(2,3) por órgão e atividade (em R\$ 1,00)

2011

Órgão	P&D ⁽³⁾	ACTC	C&T ^(2,3)
Total	318.182.285,90	326.915.823,24	645.098.109,14
Controladoria-Geral do Estado	90.677,94	-	90.677,94
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural De Mg - Emater	-	201.854.806,45	201.854.806,45
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig	75.129.539,32	124.535,21	75.254.074,53
Escola de Saúde Pública do estado De Minas Gerais	15.272,40	-	15.272,40
Fundacao Centro de Hematologia E Hemoterapia de Minas Gerais	113.714,12	-	113.714,12
Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas	4.115.210,23	-	4.115.210,23
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec	129.250,20	20.013.975,77	20.143.225,97
Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Minas Gerais - Fapemig	233.709.110,15	38.479.982,54	272.189.092,69
Fundação Estadual do Meio Ambiente	877.045,92	-	877.045,92
Fundacao Ezequiel Dias	1.239.515,68	-	1.239.515,68
Fundação João Pinheiro	196.051,01	28.295.323,98	28.491.374,99
Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais	-	474.774,52	474.774,52
Instituto de Geociências Aplicadas - Iga	-	3.812.866,77	3.812.866,77
Instituto de Pesos d Medidas de Minas Gerais - Ipem/MG	-	22.878.869,44	22.878.869,44
Secretaria de estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2.368.664,01	7.479.243,09	9.847.907,10
Secretaria de Estado de Cultura	-	1.462.980,28	1.462.980,28
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	-	40.303,25	40.303,25
Secretaria de Estado De Turismo	-	250.030,88	250.030,88
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentavel	-	31.594,51	31.594,51
Universidade Estadual de Montes Claros	198.234,92	1.716.536,55	1.914.771,47

Fonte: Balanço Geral do Estado e/ou levantamento realizado pela Secretaria Estadual de Ciência E Tecnologia ou instituições afins. Fonte: www.Mct.Gov.Br/Riecet_Indicadores_Estaduais/Auto/Disp_A_Ms.Html

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores (Cgin) - Ascav/Sexec - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Mcti).

Notas: (1) Considerados os Valores de empenhos liquidados dos recursos do Tesouro e de outras fontes dos orçamentos fiscal e de seguridade social, excluindo-se, quando o Balanço permite, as despesas com juros e amortização de dívidas, cumprimento de sentenças judiciais e com inativos e pensionistas (2) Ciência e Tecnologia (C&T) = Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) + Atividades Científicas e Técnicas Correlatas (Actc). (3) Não estão computados os dispêndios estimados em P&D das instituições estaduais de ensino superior do governo estadual.

Tabela 78

Mato Grosso do Sul – Número de bolsas concedidas: CNPq – Bolsas-ano⁽¹⁾ de formação concedidas no país por modalidades 2000-2012

Ano	Mato Grosso do Sul				Minas Gerais				Goiás				Mato Grosso				
	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Outras ⁽²⁾	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Prof. visitante nacional sênior	Mestrado	Mestrado profissionalizante	Doutorado	Pós-doutorado	Outras ⁽²⁾	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Outras ⁽²⁾
2000	8,6	-	-	-	1.204	633	2	-	-	15,8	2	0,1	-	11,6	1	-	5
2001	10,8	-	0,2	-	1.249	652	2	-	-	26,3	1,8	0,9	-	11,5	1	-	2,8
2002	7,5	-	1	-	1.355	745	20	-	-	30,3	1,8	-	-	13,6	0,2	-	-
2003	14,1	-	0,2	-	1.573	987	28	-	-	49,7	8,6	-	-	15,6	-	-	-
2004	23,7	-	0,6	-	1.694	996	28	-	-	81,2	17,6	-	-	17,7	-	-	-
2005	34,4	1,7	1,1	-	1.580	897	52	-	-	91,4	26	1	-	19,8	-	-	-
2006	45,3	3,9	1,5	-	1.804	1.194	58	-	-	115,7	34,1	2,8	-	26,8	-	-	-
2007	52,5	4,6	1,2	-	1.762	1.000	49	-	-	129,1	38,6	3,2	-	35	-	-	-
2008	49,5	5,4	0,1	-	2.402	1.308	133	-	-	136,2	42,9	3,4	-	36,2	-	-	-
2009	67,1	5,9	-	-	2.343	1.432	248	-	-	163,7	54,1	3,2	-	40,8	0,8	-	-
2010	78,2	8,3	0,1	-	3.082	1.869	263	15	-	169,5	65,7	5,5	-	49,4	3	1,9	-
2011	87,5	11,9	1	2,5	4.186	2.615	474	15	105	167,6	73,9	8,2	10,1	58,5	9	5,6	3,8
2012	74,1	11,4	1,8	-	4.647	2.864	531	17	223	146,4	68,3	7,7	1,1	48,8	8,5	7,1	-

Fonte: www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/337181.html.

Tabela 79**Mato Grosso do Sul – Remuneração do estado
2007-2012**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Até ½ salário-mínimo – mulheres	63.967	69.364	72.469	-	46.911	43.123
Até ½ salário-mínimo – homens	25.848	24.930	22.368	-	11.824	12.139
Até ½ salário-mínimo – total	89.815	94.294	94.837	-	58.735	55.262
Mais de ½ a 1 salário-mínimo – homens	109.197	97.481	106.183	-	84.365	88.762
Mais de ½ a 1 salário-mínimo – total	235.519	228.510	232.220	-	197.106	218.557
Mais de ½ a 1 salário-mínimo – mulheres	126.322	131.029	126.037	-	112.741	129.795
Mais de 1 a 2 salários-mínimos – total	450.699	470.459	484.920	-	502.635	540.118
Mais de 1 a 2 salários-mínimos – mulheres	183.827	177.710	203.227	-	211.696	226.925

Resgatando a Tabela 75 já referida anteriormente no desenvolvimento econômico do estado, podemos conjecturar que a formação ainda de forma incipiente no Mato Grosso do Sul de mestres e doutores, o baixo investimento em ciência e tecnologia nos diversos seguimentos da nossa economia, perfazem em empregos medianos, com remuneração atrelada a ½ a dois salários-mínimos.

REDE DE INOVAÇÃO

REDE CENTRO-OESTE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO (PRÓ-CENTRO-OESTE)

Conforme Portaria MCT-MEC n 1.038 de 10 de dezembro de 2009, a Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Pró-Centro-Oeste, com sua estrutura no âmbito do MCTI, será dirigida por um Conselho Diretor, gerenciada por uma Secretaria Executiva, assessorada por um Comitê Científico e Comitês Locais.

A Rede é avaliada a cada dois anos por uma Comissão independente, designada pelo Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Figura 34).

A rede pró-centro-oeste conta hoje com 16 áreas de concentração. Ao todo são 100 projetos cadastrados na Rede, e apenas 15 são do Mato Grosso do Sul (15%). Os projetos que já estão andamento são:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA REDE PRÓ-CENTRO-OESTE

O Programa de Pós-Graduação da Rede Pró-Centro-Oeste conta com uma área de concentração e três linhas de pesquisa, conforme descrito a seguir:

Figura 34

Mato Grosso do Sul – Mapa da Região Pró-Centro-Oeste



Área 1 : Biotecnologia e Biodiversidade

A área de concentração do Programa está relacionada ao desenvolvimento de Linha de Pesquisa 1: Ciência, Tecnologia e Inovação para Sustentabilidade da Região Centro-Oeste; Linha de Pesquisa 2: Bioeconomia e Conservação dos Recursos Naturais; Linha de Pesquisa 3: Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Biotecnológicos

REDES ESTADUAIS DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA

Destinam-se a promover extensão tecnológica para solucionar pequenos gargalos na gestão tecnológica, projeto, desenvolvimento e produção das MPME. São formadas por entidades especializadas na extensão tecnológica, atuantes na região, por meio da organização de um arranjo institucional.

Nota-se que o Mato Grosso do Sul conta com uma rede em implementação que está ligada à estruturação: IEL/MS; SENAI/MS; UFMS; UEMS; UFGD; UCDB; SEBRAE/MS; SEMAC.

REDES TEMÁTICAS DE CENTROS DE INOVAÇÃO

Destinam-se a gerar e transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em produtos, processos e protótipos com viabilidade comercial (inovação radical ou incremental).

Para a estruturação da rede é necessário no mínimo, três centros de inovação com experiência na interação com empresas e que possuam política de propriedade intelectual e, no caso de instituições públicas, Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) estruturado. Cada Rede tem um Núcleo de Coordenação, composto por no máximo cinco representantes integrantes da rede, que tem, entre outras atribuições, encaminhar os projetos cooperativos que serão desenvolvidos pela Rede para atender demandas de empresas. Os projetos cooperativos devem ter valor mínimo de R\$ 500 mil e o SIBRATEC/FINEP aporta até 95% do seu valor, de acordo com o porte da empresa.

REDES TEMÁTICAS DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Destinam-se a ofertar às empresas serviços de avaliação da conformidade (calibração, ensaios, análises, certificação) para auxiliá-las na superação de exigências técnicas para o acesso aos mercados interno e externo. São constituídas por, no mínimo, quatro laboratórios e entidades acreditadas ou que possuam sistema de gestão da qualidade laboratorial implantado, com experiência na prestação de serviços tecnológicos para atender demandas de empresas. Este componente não aporta recursos para o pagamento do serviço tecnológico e sim promove o fortalecimento da infraestrutura laboratorial colocada a serviço da empresa.

REDE SIBRATEC EM MATO GROSSO DO SUL

O Rextec - MS pretende mobilizar e articular instituições de ciência, tecnologia e inovação para oferta e execução de extensionismo tecnológico para as micros pequenas e médias empresas do estado. Ou seja, promover a articulação entre os empresários que oferecem um problema de sua empresa a ser resolvido, as instituições de pesquisa estudam a demanda, tendo em vista o conhecimento científico e tecnológico para resolvê-lo e o governo federal via Finep (MCT) libera recursos para sanar essa demanda.

Ao apoiar as empresas, científica e tecnologicamente, gera-se uma otimização da produção e como consequência uma lucratividade maior para o empreendedor e aumento de emprego e renda para o estado. O projeto recebeu um investimento de R\$ 3,600 milhões e conta com a parceria do IEL, SENAI, SEBRAE, UFMS, UFGD e UEMS.

Nota: De acordo com o site do Ministério de Ciência e Tecnologia, o estado do Mato Grosso do Sul está inserido apenas no grupo Redes Estaduais de Extensão Tecnológica e em fase de implementação. Ainda não estamos inseridos nas Redes Temáticas de Centros de Inovação, bem como na Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos.

CONJUNTURA POLÍTICA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ANTECEDENTES

A hegemonia política no Mato Grosso do Sul a partir de sua formação como novo estado ao final da década de 1970 continuou basicamente bipartidária como já o era quando o estado fazia parte do Mato Grosso. Esta hegemonia era dividida entre a elite agrária e setores do comércio e do serviço público urbano. Os expoentes desta conformação política na ocasião eram Wilson Barbosa Martins um dos fundadores do MDB e depois liderança do PMDB e Pedro Pedrossian advindo da ARENA, que no processo de redemocratização do Brasil se transformou no PDS, filiando-se depois no PTB.

Eles se sucederam no governo do estado diversas vezes até a eleição de Zeca do PT em 1998, favorecido pela divisão entre estas duas lideranças políticas tradicionais. Zeca foi reeleito em 2002 e em 2007 foi sucedido pelo atual governador André Puccinelli do PMDB. Este período marcou a consolidação da presença política da esquerda no estado, bem como de maior pluralismo partidário, pois até então os resultados alcançados pelo PT e outros partidos de centro-esquerda eram extremamente modestos. Para ilustrá-lo, em 1988 o PT elegeu um prefeito e quatro vereadores em todo o estado.

DISTRIBUIÇÃO POLÍTICA ATUAL

Nas eleições de 2012 a presidente Dilma teve 518.877 votos, ficando atrás de José Serra que obteve 551.296. Para o governo do estado, André Puccinelli do PMDB totalizou 704.407 votos e o Senador Delcídio do Amaral

do PT foi eleito com 826.848 numa votação histórica. Dos 79 Municípios, o Partido dos Trabalhadores administra 13 e possui 36 prefeituras aliadas.

Segue abaixo o quadro atual do Legislativo de MS.

SENADORES (03)

Delcídio do Amaral (PT), Waldemir Moka (PMDB) e Rubens Figueiró (PSDB).

DEPUTADOS FEDERAIS (08)

Edson Giroto (PR), Reinaldo Azambuja (PSDB), Vander Loubet (PT), Fábio Trad (PMDB), Geraldo Resende (PMDB), Luiz Henrique Mandetta (DEM), Marçal Filho (PMDB), Antonio Carlos Biffi (PT).

DEPUTADOS ESTADUAIS (24)

Marcos Trad (PMDB), José Teixeira (DEM), Amarildo Cruz (PT), Carlos Marun (PMDB), Jerson Domingos (PMDB), Onevan de Matos (PSDB), Paulo Correa (PR), Junior Mochi (PMDB), Londres Machado (PR), Marcio Monteiro (PSDB), Antonio Carlos Arroyo (PR), Maurício Picarelli (PMDB), Lidio Lopes (PEN), Felipe Orro (PDT), Eduardo Rocha (PMDB), Dione Hashioka (PSDB), George Takimoto (PSL), Marcio Fernandes (PT do B), Laerte Tetila (PT), Pedro Kemp (PT), Cabo Almi (PT), Osvane Ramos (PROS), Mara Caseiro (PT do B), Lauro Davi (PSB).

PMDB

O PMDB em Mato Grosso do Sul está dividido na atual eleição, tendo o governador declarado apoio à presidente Dilma, porém o pré-candidato ao governo do estado por esse partido e ex-prefeito da capital Campo Grande, Nelson Trad Filho, declarou apoio ao pré-candidato à presidência da República pelo PSB, Eduardo Campos. Existem lideranças do partido seguindo o governador e outras, o pré-candidato. A exemplo disso o atual presidente da Assembleia Legislativa, Jerson Domingos do PMDB, sinaliza apoio à presidente Dilma e ao pré candidato ao governo de Mato Grosso do Sul, senador Delcídio do Amaral, do PT.

Obs.: O prefeito eleito de Campo Grande, nas eleições de 2012, Alcides Bernal (PP), sofreu processo de cassação em que o PMDB foi o principal partido responsável pelo referido processo.

PDT, PCdoB, PROS, PSL, PTC, PRB, PP e PR

Esses respectivos partidos tendem a apoiar o pré-candidato ao governo de Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio do Amaral, do PT e a presidente Dilma.

PSC

Declara apoio ao seu pré-candidato à presidência da República, pastor Everaldo, porém no estado sinaliza apoiar a pré-candidatura de Delcídio do Amaral ao Governo.

PTB, PSDC e PV

Indefinidos até o momento com relação à presidência da República, porém poderão apoiar o pré candidato do PT ao governo do estado, senador Delcídio do Amaral.

PSD

Indefinido no nível nacional, porém poderá apoiar o pré-candidato do PMDB ao governo.

DEM, PPS e PSDB

Apoiam a candidatura à presidência da República do pré-candidato Aécio Neves do PSDB e no estado, o pré candidato Reinaldo Azambuja do PSDB.

SOLIDARIEDADE

Tendem a apoiar o pré-candidato Eduardo Campos em nível nacional e o PMDB em nível estadual.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Abaixo segue a relação dos investimentos do Programa de aceleração do crescimento no estado do Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar que para o período de 2011 a 2014, Goiás (mais pós) captou R\$ 64,49 bilhões e Mato Grosso no mesmo período (mais pós) R\$ 48,37 bilhões.

Tabela 80

Mato Grosso do Sul – Remuneração do estado (em R\$)
2007-2012

Até 2010				
Investimentototal	9,6 bilhões			
Até 2010	9,2 bilhões			
Pós 2010	0,4 bilhão			
Eixo	Empreendimentos exclusivos (R\$ milhões)		Empreendimentos de caráter regional (R\$ milhões)	
	2007 - 2010	Pós-2010	2007 - 2010	Pós 2010
Logística	779,60		5.280,00	
Energética	2.131,80	374,30		
Social e Urbana	981,60			
Total	3.893,00	374,30	5.280,00	
2011 a 2014				
Investimento Total	17,30 bilhões			
2011 a 2014	9,2 bilhões			
Pós 2014	4,58 bilhões			

continua

MATO GROSSO DO SUL
2000-2013

Eixo	2011 a 2014 exclusivo (R\$ milhões)	Pós 2014 exclusivos (R\$ milhões)	2011 a 2014 regional (R\$ milhões)	2014 regional (R\$ milhões)
Transportes	1.386,96	206,97	327,68	2.455,21
Energia	5.255,25	124,00	1.408,39	442,76
Cidade Melhor	402,81	877,75		
Comunidade Cidadã	157,15	85,46		
Minha Casa Minha Vida	3.596,62	119,49		
Água e Luz para Todos	199,97	266,21		
	10.998,76	1679,88	1736,07	2.897,97

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mato Grosso do Sul é um estado geograficamente privilegiado, com um potencial adormecido e ao mesmo tempo latente a ser explorado economicamente. O estado faz divisa com dois países e com estados importantes da federação: São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso e esta localização já é um ponto diferencial estrategicamente sob o ponto de vista de logística. Mas só a logística não é fator decisivo, é preciso investir na infraestrutura para o escoamento da produção. Um governo moderno e inovador, que invista e entenda que o setor produtivo precisa de amparo físico para o seu desenvolvimento e crescimento. O pacto federativo, a integração nacional e o desenvolvimento regional é um conjunto que deve ser discutido para a dinâmica do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e por isso, é fundamental considerar as vocações regionais, dando oportunidade a empresas e projetos que potencializem-nas. E por fim, investir na qualificação profissional. O estado foi o último a implantar os institutos federais, salvos os trabalhos desenvolvidos pelo Sistema S, nada fora feito antes no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SEMAC. IRS – Índice de Responsabilidade Social, vol. 1, 2009.
- IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso do Sul, 1995/1996.
- IBGE. Censo Demográfico – Famílias e Domicílios, 2000.
- IBGE. Censo Demográfico – Nupcialidade, Fecundidade e Migração. Resultados da Amostra, 2010.
- IBGE. Pesquisa Anual do Comércio – PAC.
- IBGE. Pesquisa Anual da Indústria –PIA.
- IBGE. Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil –PAIC.
- IBGE. Pesquisa Anual dos Serviços –PAS.
- IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, LSPA.
- JACOBO, Julio Waiselfisz. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventudes no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.
- IBGE. Pesquisa Anual da Extração Vegetal.
- IBGE. Pesquisa Anual da Produção da Silvicultura.
- IBGE. Pesquisa da Produção da Agricultura Municipal, PAM.
- IBGE. Pesquisa da Produção da Pecuária Municipal, PPM.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Brasil e grandes regiões, 2002 – 2009.

SEMAC. PIB/MS 2002 – 2010.

IBGE & ENCIF. Pesquisa da Economia Informal Urbana, 2003.

Balancos Patrimoniais de Empresas de Serviço Público (Energia, Saneamento e Comunicações);

SENNA, Ester et.al. *Políticas Públicas Sociais do Estado de Mato Grosso do Sul: Um balanço da década de 1990*. Mato Grosso do Sul, Fundect, UFMS, 2010.

Balancos Gerais da Administração Pública Centralizada e Descentralizada das Esferas Federal, Estadual e Municipal;

SEMAC. Banco de Dados do Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia.

Pesquisa de Orçamento Familiar–POF, 2002/2003.

Secretaria da Receita Federal.

Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul.

Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Brasileiro.

SOBRE A AUTORA

FERNANDA FIALHO é doutoranda em Tecnologia Farmacêutica pela Universidade de São Paulo (USP), considerada área estratégica na política pública em ciência e tecnologia. Autora e pesquisadora do principal do projeto aprovado no Edital de Inovação SENAI 2011 “Desenvolvimento de uma plataforma tecnológica contendo o óleo da bocaiúva nanoencapsulado”, no qual foi bolsista CNPQ DTI-A. Graduada em farmácia-bioquímica na Faculdade Oswaldo Cruz (2005), Mestrado em Fármacos e Medicamentos pela Universidade de São Paulo(USP-2008). Foi diretora técnica da empresa Ph Farmacêutica de 2003 a 2010. Participou na coordenação da elaboração do programa de governo do candidato Delcídio do Amaral ao governo do Mato Grosso do Sul nas eleições de 2014, criando o conceito inovador de gestão do “Estado Inteligente”. Ministra palestras e cursos de formação da na área da saúde, com foco na qualidade e inovação tecnológica.

O livro *Mato Grosso do Sul 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares.

O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume, os leitores encontram dados e análises sobre o Mato Grosso do Sul. Geograficamente privilegiado, o estado faz divisa com dois países, Bolívia e Paraguai, além de outros cinco estados, São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

Pacto federativo, integração nacional e o desenvolvimento regional fazem parte do elenco para debates sobre políticas públicas, situação econômica e questões sociais, tão caras à sociedade desde a última década.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-7643-256-2



9 788576 432562